

Escola de Administração de Empresas de São Paulo
da Fundação Getúlio Vargas

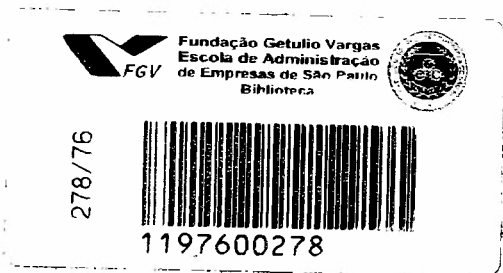


ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E
MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL

Walter Chaves Marx

DISSERTAÇÃO

Tese apresentada ao
Departamento de Eco-
nomia da Escola de
Administração de En-
presas de São Paulo
da Fundação Getúlio
Vargas, para obten-
ção do Título de
Mestre.-



1975

AGRADECIMENTOS

Quero manifestar os meus agradecimentos a todos aqueles que co laboraram direta ou indiretamente para elaboração desta monografia, especialmente:

- ao Plano Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE), cujo su porte financeiro possibilitou-me a conclusão do curso de mes - trado e a realização desta.
- ao Prof. Eduardo Matarazzo Suplicy, pela orientação e estímulo, auxiliando-me de muitas maneiras a melhorar tanto a forma como o conteúdo deste trabalho.
- ao Prof. Luiz Carlos Bresser Pereira, pela leitura e valiosas sugestões apresentadas na versão preliminar deste trabalho.
- aos professores José Luiz Teixeira Marques Vieira (USP), José Jorge Gebara e José Roberto M. Landim (Faculdade de Medicina, Veterinária e Agronomia de Jaboticabal - SP), pelas sugestões.
- à professora Maria Luzia Lirio Costa, pela revisão do texto.
- à minha esposa, Maria Lucia Santos Marim, pela datilografia / dos originais.
- de um modo mais geral, estou em débito para com todos os meus professores e colegas, que coletivamente ensinaram-me tudo quan to aprendi. O mesmo acontece em relação à minha esposa, cu- ja paciência e entusiasmo tornaram possível a realização des- te trabalho.

Como de praxe, devo declarar que a entidade e as pessoas acima ci tadas estão isentas de qualquer responsabilidade pelos conceitos emitidos, erros de análises e deficiências do trabalho, que são de inteira responsabilidade do autor.

ÍNDICE

	<i>Página</i>
AGRADECIMENTOS	ii
ÍNDICE	iii
 CAPÍTULO I - EMPREGO E DESEMPREGO: UMA ANÁLISE ESTRUTURAL	
1.1 - Introdução	1
1.2 - Uma Abordagem Histórica	6
1.3 - O Mito do Pleno Emprego	13
1.4 - A Realidade Brasileira	15
1.5 - Natureza do Emprego e a Estrutura de Remuneração na Agricultura Brasileira	28
 CAPÍTULO II - A AGRICULTURA NO BRASIL	
2.1 - Crescimento da Produção Agrícola	33
2.2 - O Comportamento dos Preços dos Produtos Agrícolas	38
2.3 - Mercado Interno	41
2.4 - A Baixa Produtividade do Setor Agrícola e a Deterioração dos Salários	45
2.5 - O Mercado Externo	53
2.6 - A Estrutura Agrária	57
 CAPÍTULO III - O CRESCIMENTO DA DEMANDA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E SUA VIABILIDADE	
3.1 - Modernização da Agricultura e Absorção de Mão-de-Obra	61
3.2 - O Mercado Externo	71
3.3 - O Mercado Interno	76
3.4 - Como Ampliação do Mercado Interno para Produtos Industrializados	79
3.5 - Transferência de Capital	84
3.6 - Viabilidade da Modernização—Uma discussão da Tese de R.M. Paiva	86
 CAPÍTULO IV - POLÍTICA ECONÔMICA PARA AUMENTAR A DEMANDA DE MÃO-DE-OBRA NA ZONA RURAL	
4.1 - Eliminação do Desemprego Cíclico	92
4.2 - Educação Básica e Formação de Profissionais nas Zonas Rurais	93
4.3 - Incentivos para que as Empresas Agrícolas tornem-se grandes Absorvedoras de Mão-de-Obra	95
4.4 - Criação de Benefícios à População Rural Equiparados aos dos Centros Urbanos	96
4.5 - Comercialização, Planejamento e Diversificação da Produção	100

	<i>Página</i>
<i>CONCLUSÕES.....</i>	<i>102</i>
<i>BIBLIOGRAFIA.....</i>	<i>104</i>

À minha esposa,

Maria Lucia Santos Maxim

CAPÍTULO 1

EMPREGO E DESEMPREGO: UMA ANÁLISE ESTRUTURAL

CAPÍTULO 1

1.1 - INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é tentar conciliar duas posições consideradas antagônicas por muitos estudiosos que se referem a modernização da agricultura e absorção de mão-de-obra pelo setor agrícola.

Em muitos países, atualmente subdesenvolvidos, a maioria de sua população encontra-se no setor agrícola; e grande parte de sua população economicamente ativa está desempregada e subempregada. Para que estes países possam alcançar a condição de pleno emprego seriam necessárias taxas muito elevadas de industrialização para absorverem todo aquele contingente de mão-de-obra. Esta situação não é típica de alguns países, mas pode-se generalizá-la na maior parte do mundo. Atualmente, a maioria da população mundial vive em países subdesenvolvidos, e a maioria da população mundial depende da agricultura para subsistir. O rápido incremento da população nestes países agrava ainda mais o problema. De que maneira poderão resolver esta questão? Como conseguirão equilibrar crescimento econômico com o crescimento demográfico dentro de uma distribuição equitativa de renda?

A idéia generalizada é de que a tecnificação e a capitalização agrícolas permitem produzir quantidades crescentes de alimentos, fibras e outras matérias-primas com um número cada vez mais reduzido de trabalhadores agrícolas. Como a expansão da indústria e dos serviços se faz em ritmo mais acelerado, a participação deste setor na economia torna-se cada vez menos expressiva.

As possíveis taxas de crescimento não podem deduzir-se da experiência passada. A técnica moderna e o planejamento econômico podem ser capazes de obter melhores resultados que a industrialização imatura do século passado. Por outro lado, as taxas de incremento da população eram menores naquela época e havia mais facilidade para a emigração do que existe atualmente.

Dados recentes sobre a estrutura social nos países subdesenvolvidos indicam que alguns deles têm obtido altas taxas de mudança em sua estrutura / por atividades assim como a urbanização. Sem dúvida, na maioria dos casos, tais dados se referem, unicamente a curto prazo, e podem ser enganosos sem uma análise posterior, pois a curto prazo pode significar crescimento temporário e não crescimento sustentado. Também existe em certos países, a tendência de

expulsar excedente da população agrícola, devido a ausência de suficiente emprego nas condições que prevalecem. A migração para as cidades e a inclusão / em outras ocupações, quase que no setor terciário, não implica numa mudança de estrutura de produção na amplitude que os dados podem sugerir.¹

A maioria dos países subdesenvolvidos canalizam boa parte de sua poupança (que é ínfima em relação aos países desenvolvidos) para aquisição de tecnologia mais avançada, para que não se sintam marginalizados tecnicamente, sendo esta tecnologia altamente poupadora de mão-de-obra. Observa-se no desenvolvimento destas regiões uma desproporcionalidade entre crescimento econômico e crescimento da população e escassez de capital associada ao excedente / de mão-de-obra. Sendo, portanto, escassez de capital o principal obstáculo ao desenvolvimento econômico, na medida em que um volume substancial de mão-de-obra permanece desempregada, subempregada ou empregada de forma improdutiva.

As divergências surgem para aumentar as possibilidades de emprego. Enquanto uns afirmam que essa utilização parcial da mão-de-obra é uma decorrência de escassez de capital, porque cada unidade adicional de emprego requer um certo volume de capital, outros defendem que se deve fazer o máximo possível para a utilização produtiva desse potencial de mão-de-obra, especialmente pela substituição do capital escasso pela mão-de-obra abundante. Para estes / últimos a criação de emprego seria mais fácil, tanto no setor tradicional, como no moderno, se o progresso tecnológico pudesse ser orientado para o uso mais intensivo de mão-de-obra. Para aqueles existe a possibilidade de um conflito entre o crescimento do produto e a criação de emprego porque uma política de desenvolvimento orientada para o emprego poderia ser ineficiente.² Principalmente, tratando-se de uma política econômica voltada para o exterior, pois estes países não teriam condições de concorrer no mercado internacional / devido a custos elevados, em consequência do baixo nível tecnológico utilizado em seus processos produtivos.

1 - Folke Dyrning - "The Share of Agriculture in a Growing Population" - Editado por Carl Eicher e Lawrence Witt - "Agriculture in Economic Development", McGraw-Hill, 1964, pag. 95.

2 - José Almeida - "Transferência de Tecnologia e Absorção de Mão-de-Obra" - Revista IPEA, vol. 3, março/1973 - pp. 191-2.

Como estes países não tem condições de desenvolverem tecnologias absorvedoras de mão-de-obra e para que não se sintam marginalizados tecnicamente, são levados a importarem processos tecnológicos altamente desempregadores de mão-de-obra, elevando ainda mais seus "exércitos industriais da reserva".

O nível de desemprego nos países subdesenvolvidos tem-se tornado uma preocupação geral não só dos economistas, como também dos dirigentes políticos. Suas preocupações estão voltadas para a execução de programas destinados à melhoria deste angustiante problema sócio-econômico. Apesar dos esforços de diversos países em desenvolvimento a situação é tão grave como antes. Esta situação não se traduz num baixo crescimento econômico destas nações, pois as regiões de diversas partes do mundo em desenvolvimento apresentam taxas de crescimento de seus PIB provavelmente superiores as das regiões hoje desenvolvidas quando apresentavam o mesmo estágio de desenvolvimento, mas sim, numa maneira de difundir os benefícios criados pelo crescimento a toda população do país.

Apesar do substancial aumento de renda "per capita" que muitos países menos desenvolvidos alcançaram nestas últimas décadas, observa-se que a maior parte desta renda está concentrada entre a minoria; apesar de que tais taxas de crescimento tenham sido particularmente elevadas, os grupos mais pobres pouco se beneficiaram, tanto em termos absolutos como em termos relativos.

O problema não é essencialmente o da adoção de uma política que elimine a distorção na distribuição da renda destes países, mas o da adoção de um plano de desenvolvimento que proporcione a esta população empregos produtivos com o objetivo de eliminar a pobreza reinante dando condições de sobrevivência ao menos dentro dos padrões mínimos indispensáveis a todo ser humano. O problema da desigualdade na distribuição de renda deverá ser automaticamente amenizado quando toda a população estiver produtivamente ocupada. Somente com a escassez de mão-de-obra poder-se-á corrigir as disparidades na distribuição de renda.

Pela experiência brasileira pode-se provar que o intercâmbio crescimento de renda e criação de emprego foi insuficiente para resolver o problema da distribuição; pelo contrário, a distribuição de renda tornou-se cada

vez mais regressiva no Brasil.³

As bases do atual "modelo de desenvolvimento brasileiro" foram lançadas no período 57/62, permitindo a entrada de grandes empresas multinacionais, manutenção de elevada taxa de crescimento e alto índice de concentração de renda.

Após o período de recessão 1962/67, o reconhecimento da necessidade de ampliação de nossas exportações foi considerado um fator importante, pois, além de suprir as necessidades de divisas e permitir o maior aproveitamento da capacidade instalada na indústria elas proporcionariam condições adicionais para um crescimento acelerado das atividades industriais e atingir escalas de produção mais elevadas. Seria, então, a continuação do Modelo de Substituição de Importações e, ao mesmo tempo, com abertura para o mercado internacional. Como a participação dos produtos das indústrias dinâmicas (produtoras de bens de consumo duráveis) em nossa pauta de exportação tem crescido pouco, são as indústrias tradicionais (produtoras de bens de consumo não-duráveis) / que têm atendido aos apelos do governo à sua ampliação. O crescimento industrial brasileiro não está ligado às exportações, pois tem sido relativamente / pequena a participação das indústrias dinâmicas na obtenção de divisas.⁴ Em 1974, os itens material de transporte; máquinas e aparelhos elétricos; caldeiras, máquinas, aparelho e instrumentos mecânicos representaram apenas 6,5 % do total de nossas exportações.

Por outro lado, as empresas multinacionais ao produzirem bens de / consumo para o mercado interno têm gerado demanda complementar por bens intermediários e bens de capital importados e consequentes pressões sobre o balanço de pagamentos.⁵ Para aliviar as pressões do balanço de pagamentos, incenti -

3 - No início desta década foi grande o debate sobre a distribuição de renda no Brasil, após a publicação do Censo de 1970. Dentre os principais debatedores destacam-se: Paul Singer, Maria C. Tavares, Celso Furtado, Rodolfo Hoffmann, Edmar Lisboa Bacha, Pedro Maln, Carlos G. Langoni etc.

4 - "A importância das exportações como fonte de crescimento para o setor industrial, se considerada pelo seu efeito direto sobre a demanda agregada do setor, apresentou-se no período (1966/71) bastante reduzida, ainda mais se se considera o crescimento dos gêneros dinâmicos, sobre os quais se apoiou a retomada de dinamismo do setor industrial, foi calcada basicamente na expansão do mercado interno. Apenas nos ramos tradicionais, que foram exatamente os que apresentaram, no período, as mais baixas taxas de crescimento, as exportações tiveram alguma importância como fonte de crescimento." - Wilson Suzigan e outros - "Crescimento Industrial no Brasil" - IPEA - n.º 26 - p. 169.

5 - Em 1974, as importações de máquinas e equipamentos corresponderam a 25 % do total de nossas importações.

vos são oferecidos aos banqueiros e empresários internacionais para uma canalização cada vez mais intensiva de divisas para nossa economia.

Sendo a acumulação de capital função do excedente econômico, são as indústrias dinâmicas ou as grandes empresas multinacionais que controlam grande parte desta acumulação e sendo, portanto, responsáveis pela alta taxa de crescimento da economia brasileira. O capital não é homogêneo e, obviamente, não pode ser dirigido a outros setores produtivos da economia. Ele pertence / a um setor altamente produtivo e de rentabilidade elevada. Se houver ameaças, por parte do governo, em reduzir o índice de lucratividade destas empresas, elas responderão com uma queda nos investimentos. O crescimento da economia / brasileira está, em grande parte, condicionado aos interesses dos capitalistas internacionais. Mas não é somente o perigo na retração dos investimentos a ameaça que se faz ao atual "modelo brasileiro". Ele vê-se ameaçado, também, por uma futura saturação no mercado consumidor de produtos de luxo. A crise econômica que ocorreu no início da década passada poderá repetir-se e talvez / em proporções mais desastrosas. A abertura que houve no mercado consumidor / com a ascensão dos tecnoburocráticos aos poderes econômico-político, a partir de 1964, não tornou o modelo, indefinidamente, auto-sustentável, isto é, sem tendências à estagnação. Esta distribuição de renda no topo da pirâmide mantém considerável percentagem da população do país marginalizada do processo de desenvolvimento econômico. Há necessidade de um processo redistributivista mais intensivo com conseqüentes alterações na estrutura da demanda e mudanças de "valor" no processo produtivo. As indústrias tradicionais de hoje, passariam a ditar as taxas de crescimento da economia; ou seja, passariam a ser as indústrias "dinâmicas". Haveria uma inversão de valores: a estrutura da oferta estaria condicionada à estrutura da demanda.

A análise do "modelo brasileiro de desenvolvimento econômico" nos mostra uma política de desenvolvimento voltada para um setor extraordinariamente dinâmico e pouco absorvedor de mão-de-obra com conseqüências desagradáveis para o sistema: desemprego e concentração de renda.

Eis o impasse: desenvolver esforços no sentido de elevar a economia à condição de pleno emprego ou utilizar "modelo de desenvolvimento econômico" que satisfaça os desejos de consumo sofisticado.

1.2 - UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

Em que condições os países atualmente desenvolvidos conseguiram atingir a condição de pleno emprego ou de relativo pleno emprego? Existem diferenças entre as características das sociedades em desenvolvimento e das sociedades já desenvolvidas, quando estavam num mesmo nível de desenvolvimento / econômico? A situação internacional de hoje é semelhante a do século passado?

"Quando observamos de forma panorâmica a economia mundial no correr do século XIX, particularmente na sua segunda metade, percebemos que as enormes transformações ocorridas se ordenam em torno de dois processos: - o primeiro diz respeito a uma considerável aceleração na acumulação de capital nos sistemas de produção, e o segundo a uma não menos considerável intensificação do comércio internacional. Ambos os processos engendraram aumentos substanciais da produtividade do fator trabalho, dando origem a um fluxo crescente de excedente que seria utilizado para intensificar mais a acumulação e para financiar a ampliação e diversificação do consumo privado e público. Como foi apropriado e como foi orientada a utilização desse excedente, constitui o problema fundamental no estudo da evolução do capitalismo industrial em sua fase de amadurecimento. Durante uma primeira fase, grande parte do referido excedente foi canalizado para a Inglaterra, transformando-se Londres no centro orientador / das finanças do mundo capitalista. Financiando os investimentos infraestruturais em todo o mundo em função dos interesses do comércio internacional, a Inglaterra promoveu e consolidou a implantação de um sistema de divisão internacional do trabalho que marcaria definitivamente a evolução do capitalismo industrial. Esse sistema tendeu a concentrar geograficamente o processo de acumulação de capital, pelo simples fato de que, em razão das economias externa e das economias de escala de produção as atividades industriais - às quais correspondia o setor da demanda em mais rápida expansão - tendem a aglomerar-se."

Esses dois processos de transformação conseguiram mudar o panorama econômico mundial, em detrimento das regiões menos desenvolvidas, não proporcionando

nando às atuais regiões subdesenvolvidas as mesmas condições prevalescentes no século passado.

Além da dependência tecnológica que os países menos industrializados enfrentam, outra consequência grave desse processo de industrialização na tecnologia do século XX é o alcance de um relativo alto nível de produtividade, sem expansão considerável da oferta de empregos industriais. Os esforços das sociedades menos desenvolvidas de criar emprego na proporção adequada ao crescimento da população economicamente ativa, através da industrialização, tiveram por base a experiência dos países industrializados no século passado, deixando de considerar que a evolução da tecnologia reduziu substancialmente a capacidade do setor industrial em absorver mão-de-obra.

Existem diversos tipos de indicadores para medir o nível de desenvolvimento de um país, tais como: - renda per capita, consumo de diversos bens, índice de mortalidade infantil, etc. O objetivo é comparar o estágio de desenvolvimento econômico do Brasil, em diversas décadas, com os mesmos estágios de desenvolvimento econômico dos demais países, através da participação da força de trabalho no setor primário.

Tabela 1.1

Composição setorial da força de trabalho, no Brasil em 1940, em comparação com países selecionados em diferentes períodos históricos (percentuais)

Países	Ano	Setores		
		Primário	Secundário	Terciário
Brasil	1940	64	12	24
Finlândia	(a) 1920	63	20	17
França	1845	62	18	20
Itália	1861	62	25	13
Suécia	(b) 1890	62	22	16
EUA	1850	65	18	17

(a) - exclui as mulheres na agricultura

(b) - os dados cobrem o total da população, incluindo os dependentes.

Fonte: - Glaucio A. D. Soares - "A Nova Industrialização e o Sistema Político Brasileiro" - Dados nº 2/3, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1967.

Pela Tabela 1.1, podemos constatar que o Brasil em 1940, tinha um nível de desenvolvimento econômico semelhante ao da Finlândia em 1920, ao da França em 1845, ao da Itália em 1861, ao da Suécia em 1890 e ao dos Estados Unidos em 1850, medido pela percentagem de força de trabalho no setor primário.

Quanto a comparação da composição setorial da força de trabalho no setor secundário vemos que a menor participação percentual pertence ao Brasil, com apenas 12 %, enquanto a Itália, em 1861 tinha mais que o dobro. Para os demais países a participação da força de trabalho no setor secundário é bem maior que no terciário, com exceção da França.

Em 1950, apesar do setor secundário ter apresentado o maior incremento na absorção de mão-de-obra em comparação com a Finlândia, Itália e EUA, a participação da força de trabalho no setor terciário continuou a crescer. Enquanto a participação no setor terciário é inferior ou igual a do setor secundário para os demais países, para o Brasil prevalece consideravelmente maior.⁷

Ao compararmos os dados de 1960 vamos ver que o disparate ainda é mais acentuado. Para os demais países a participação no secundário é igual ao no terciário ou acentuadamente maior, para o Brasil a participação da força de trabalho no setor secundário passa a corresponder apenas a 45 % da participação no setor terciário. Vemos, também, que caiu a participação percentual no setor secundário, nesta década, de 16 % para 15 %.⁸

Levando, ainda, em consideração a participação média da força de trabalho no setor secundário dos demais países (que é de aproximadamente 30 %), conforme a Tabela 1.2, observamos que neste mesmo estágio do desenvolvimento o Brasil contava apenas com 18 % de sua força de trabalho neste setor, ou seja, uma participação relativa inferior, em 40 % a média daqueles países.

Estas comparações nos mostram, claramente, os efeitos desempregadores da moderna tecnologia utilizada nos processos produtivos das regiões subdesenvolvidas.

7 - Glaucio A. D. Soares, obra cit.

8 - Idem, idem.

Tabela 1.2

Composição setorial da força de trabalho, no Brasil, em 1970, comparada com países selecionados em diferentes períodos históricos (percentuais).

Países	Anos	Setores		
		Primário	Secundário	Terciário
Brasil	1970 ¹	44	18	38
Austria	(a) 1890 ²	43	30	27
Canadá	(a) 1901 ²	44	28	28
Dinamarca	(a) 1901 ²	42	28	30
Irlanda	(a) 1881 ²	44	30	26
Itália	(a) 1911 ²	45	32	23
Japão	(a) 1920 ²	41	29	30
EUA	(a) 1890 ²	43	28	29

(a) - exclui as mulheres na agricultura.

Fontes: - 1 - Fundação IBGE

2 - Colin Clark, *Las Condiciones Del Progreso Economico*, Alianza Editorial - Espanha - 1967.

Quais os tipos de análises poderíamos extrair das tabelas apresentadas anteriormente? A relativa estagnação do emprego no setor secundário é uma peculiaridade ao caso brasileiro ou é comum a diversos países em desenvolvimento?

O setor primário tem exercido a função de grande empregador de mão-de-obra, pois quase a metade da população brasileira ainda permanece na zona rural, apesar da remuneração do fator trabalho estar abaixo daquele condizente com a dignidade humana.

Para Helga Hoffmann⁹, também ao setor terciário já foi atribuído pa

9 - Helga Hoffmann - "Desemprego e Subemprego no Brasil" - Tese de Doutorado, USP, 1972.

pel predominante na criação de emprego em países subdesenvolvidos. Na prática, o terciário vem exercendo importante papel empregador no Brasil, mas não em consequência de qualquer estímulo oficial nesse sentido. Existe uma idéia bastante generalizada de que o elevado emprego no terciário surge como "resíduo", na medida em que a agricultura está liberando mão-de-obra e a indústria não está conseguindo absorvê-la em proporção suficiente.

Em muitos países subdesenvolvidos o próprio setor governo emprega mão-de-obra em proporções acima do necessário, a fim de aliviar tensões / resultantes da falta de absorção noutros setores. Também no Brasil já se acusou o Estado de uma política de "empreguismo", nas circunstâncias da existência de um excedente de mão-de-obra e, sobretudo em fins dos cinquenta, se falou em Estado "paternal" e "cantorial", que colocaria preocupações de abrigar mão-de-obra acima daquelas de eficiência. De qualquer modo, nunca se formulou como objetivo explícito o de encarregar o setor público de absorver ele próprio o excedente de mão-de-obra. O que se vem propondo há muito tempo, / vez por outra com um pouco mais de insistência, é que o Estado evite a mecanização excessiva em certas obras em que seria possível usar mais mão-de-obra, como na movimentação de terras na construção de estradas e barragens. Mas, ao que parece, considerações de prazo e de eficiência das empreiteiras tem / prevalecido sobre as preocupações com emprego.

Quanto a segunda questão, afirma-se que não é só no Brasil que o problema de absorção de mão-de-obra começa a aparecer com frequência nas discussões sobre o "tipo" de desenvolvimento do país. O tema é considerado relevante sobretudo para as chamadas regiões "superpovoadas", se bem que hoje a subutilização crônica - e não apenas cíclica - de uma parte da mão-de-obra seja fenômeno detectado até em países desenvolvidos.¹⁰

Para a América Latina a situação não é encorajadora quanto ao problema do desemprego. A taxa percentual de desemprego dobrou no período de 1950 - 1965, passando de 5,6 % para 11,1 %, e o número de pessoas desempregadas no período passou de 3 milhões para aproximadamente 9 milhões. (Tabela 1.3)

10 - Helga Hoffmann, obra cit. pp. 108.

Tabela 1.3

População, Força de Trabalho e Emprego na América Latina

	1950	1955	1960	1965
População total (mil)	151.116	173.104	199.307	229.691
Taxa de participação (% da população total)	34,85	34,80	34,70	34,60
Força de Trabalho(mil)	52.664	60.240	69.160	79.473
Pessoas empregadas(mil)	49.739	56.077	62.866	70.651
Pessoas desempregadas (mil)	2.925	4.163	6.294	8.822
Taxa de desemprego (% da força de trabalho)	5,60	6,90	9,10	11,10

Fonte: Lederman, Esteban, *Hacia una Política de los Recursos Humanos en el Desarrollo Económico Y Social de América Latina*, ILPES, julho 1968, OEA, El Problema Del Desempleo en América Latina (documento preparado para la Conferencia de Ministros Del Trabajo), Washington, DC., outubro/1960 - (*apud* OEA, 1972, pp.21), extraído de Helga Hoffmann, obra cit., pag. 89.

Antes, porém, de compreender que as condições atuais dos países em desenvolvimento são bastante diferentes, pretende-se forçar esses países a repetir aquela experiência ainda que à custa da estagnação econômica e do aumento da dependência tecnológica, sob alegação de que como eles sofrem de escassez de capital e dispõe de abundante mão-de-obra, deve-se preferir técnicas de uso intensivo de mão-de-obra. Segundo esse raciocínio, a absorção de mão-de-obra pelo setor industrial estaria sendo prejudicada por uma transferência de tecnologia inadequada e pela distribuição de renda.

O Produto Nacional Bruto cresce a uma taxa relativamente elevada ao tempo em que a absorção de mão-de-obra mantém-se muito baixa. A população continua crescendo a um ritmo muito elevado e, em consequência, a oferta de mão-

de-obra. Na medida em que se amplia o hiato entre o potencial de mão-de-obra e as oportunidades de emprego, a distribuição de renda vai-se tornando cada vez / mais desigual.¹¹

Ainda, de acordo com essa interpretação, as tecnologias transferidas para os países em desenvolvimento tem sido desenvolvidas em economias onde o capital é abundante e a mão-de-obra escassa. Essas tecnologias refletem a experiência histórica dos países industrializados e englobam um nível de qualificação e um grau de complexidade incompatível com a disponibilidade de fatores / dos países em desenvolvimento. A transferência dessas tecnologias apenas aprofunda o desequilíbrio entre os fatores nos países em desenvolvimento, pois, ao substituírem trabalho por capital, criam desemprego tecnológico e, com isso, / tornam mais abundante o fator mão-de-obra e mais escasso o fator capital.¹²

De um lado tem-se a pressão demográfica causada pela taxa elevada de crescimento, as altas taxas migratórias, diferenças consideráveis nas taxas de mortalidade (aumento de expectativa de vida e menor taxa de mortalidade infantil), menores taxas migratórias internacionais, níveis mais elevados de analfabetismo e do outro temos ciências mais desenvolvidas com tecnologias altamente absorvedoras de capital e pouco absorvedoras de mão-de-obra.

Observa-se que, ultimamente, alguns dos países em fase de desenvolvimento têm aumentado substancialmente (em termos relativos) suas exportações de produtos manufaturados para os países desenvolvidos. Essa competição vem se realizando com a utilização dos mesmos processos produtivos, cujas intermediárias são as chamadas empresas multinacionais, ou seja, através de um processo similar de industrialização, cujas consequências são: - deficits nos Balanços de Pagamentos em virtude de remessas de lucros, royalties (e não entrada de capital quando da transferência da indústria) e dependência tecnológica crescente.

Como no modelo primário exportador, quando as nações subdesenvolvidas canalizavam seus excedentes para adquirirem bens de consumo sofisticados para a minoria rica, o atual processo de industrialização utilizado pelas regiões em fase de desenvolvimento realizam o mesmo processo de transferência de excedentes, tomando como intermediários os grupos industriais internacionais que produzem nestes países os mesmos bens produzidos por suas matrizes nos países de origem, uma vez que utilizam processos produtivos idênticos.

11 - José Almeida - "Transferência de Tecnologia e Absorção de Mão-de-Obra" , IPEA, vol. 3, março/1973 - pp. 201.

12 - José Almeida, obra cit., pp. 201-2.

A forma de dinamizar o processo de desenvolvimento econômico das regiões periféricas é através da concentração de renda, uma vez que tal concentração permite uma crescente diversificação da produção para uma população pequena em termos relativos, passando este incremento na produção a medir o nível de "desenvolvimento econômico" de tais países.

1.3 - O MITO DO PLENO EMPREGO

O objetivo de elevar a economia à condição de pleno emprego tem sido uma meta dos economistas e políticos não só das regiões subdesenvolvidas, mas, principalmente, dos países desenvolvidos. Apesar dos países hoje desenvolvidos terem iniciado seus processos de industrialização no século passado / com uma tecnologia altamente absorvedora de mão-de-obra, elevando consideravelmente a taxa percentual de pessoas na classe média e criando assim, um potencial mercado consumidor para produtos industrializados e com isso reduzindo de maneira drástica o percentual de sua população no setor agrícola (permanecendo por volta de 5 e 10 %) e, contando também, em torno de 1 % de incremento populacional, não puderam ficar isentos dos efeitos desempregadores de mão-de-obra, em virtude da adoção de novos processos tecnológicos industriais desenvolvidos nas últimas décadas. (Tabela 1.4)

Tabela 1.4

Taxas de desemprego em países selecionados
(% da força de trabalho)

Países	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Canadá	4,1	4,8	4,7	5,9	6,4	6,3	5,6
Dinamarca	2,8	4,8	4,0	3,0	3,7	3,7	2,4
Finlândia	2,8	4,0	2,9	1,9	2,2	2,6	2,3
Alemanha	3,3	1,7	0,9	0,7	0,9	1,1	1,2
Itália	3,7	3,7	3,5	3,2	3,2	3,7	3,5
Japão	1,5	1,3	1,2	1,1	1,2	1,4	1,1
Suécia	1,5	1,7	1,5	1,5	2,5	2,7	2,5
USA	3,8	3,6	3,5	4,9	5,9	5,6	4,9

Fonte: OECD - Main Economic Indicators: 4/71 e 9/74.

Levando muito a sério os ensinamentos de Keynes¹³, que o problema do desemprego está ligado a insuficiente demanda agregada, os governos de todos os países passaram a financiar parcelas cada vez maiores de seus gastos na manutenção de uma demanda ascendente no sentido de promoverem o pleno emprego em suas economias, com consideráveis déficits governamentais. O resultado desta política foi a aceleração constante da alta dos preços nos últimos tempos agravando-se ainda mais com a crise do petróleo e jogando a economia mundial às proximidades de uma recessão de proporções desastrosas. Diante da espiral inflacionária que envolveu o mundo desenvolvido (Tabela 1.5.) a solução será a adoção de uma política anti-inflacionária, elevando de maneira espetacular as taxas de desempregos e a um crescimento ínfimo ou nulo do Produto Nacional Bruto destas nações.

Tabela 1.5

Inflação Mundial - Preços para o consumidor - variações percentuais em relação ao período anterior

Países	Taxas Anuais			
	Media 1961-71	1972	1973	12 meses até Julho 1974
Canadá	2,9	4,8	7,6	11,3
EUA	3,1	3,3	6,2	11,7
Japão	5,9	4,5	1,7	25,2
França	4,3	5,9	7,3	14,4
Alemanha	3,0	5,5	6,9	6,9
Reino Unido	4,6	7,1	9,2	17,1
Itália	4,2	5,7	10,8	18,9

Fonte: - Conjuntura Econômica, outubro/1974, pp.94.

13 - "We have shown that when effective demand is deficient there is under employment of labour in the sense that there are men unemployed who would be willing to work at less than the existing real wage. Consequently, as effective demand increases, employment increases, though at a real wage equal to or less than the existing one, until a point comes at which there is no surplus of labour available at the then existing real wage". - J. M. Keynes, "The General Theory of Employment Interest and Money"; Harcourt, Brace e World, INC - N.Y. - pp. 289.

1.4 - A REALIDADE BRASILEIRA

Pode-se definir um processo de desenvolvimento econômico como aquele que se caracteriza pela transição contínua da força de trabalho do setor / tradicional da economia para o setor capitalista, como no conhecido modelo de Arthur Lewis.¹⁴ Para Lewis, essa passagem de mão-de-obra pode dar-se pela movimentação física intersetorial, como no caso do movimento migratório do setor primário tradicional para o setor secundário, ou simplesmente, pela elevação dos níveis de produtividade no setor tradicional, transformando-o, conseqüentemente, num setor moderno da economia. Ambos os casos são acompanhados por um processo de acumulação de capital e expansão de mercados. Assim, teremos a eliminação do setor tradicional e abolindo, portanto, o dualismo estrutural da economia.

Na realidade brasileira, conforme o item 1.2, ocorreu o primeiro / caso, ou seja, a transferência contínua de mão-de-obra do setor rural para o urbano, gerando desemprego crescente, em virtude da reduzida absorção de mão-de-obra pelo setor secundário, considerada, proporcionalmente, uma das mais baixas do mundo.

Observa-se pela Tabela 1.6 a importante participação do nosso produto industrial em relação ao PIB. Esta participação chega a percentagens típicas de países desenvolvidos (em 1971, conforme dados da FGV, esta participação alcançou 32,1 %) e a participação da mão-de-obra empregada no setor em relação ao total de mão-de-obra ocupada na economia alcançou taxa irrisória. Enquanto os países desenvolvidos apresentam taxas de participação semelhantes entre produto secundário/PIB e emprego no setor secundário/população ocu

14 - Tendo em mente as noções de dualismo e de desemprego disfarçado na agricultura, é este um modelo clássico de crescimento de dois setores em que a economia se divide: - um setor capitalista e um setor subsistência. O setor capitalista se expande mediante o emprego de mão-de-obra barata que extrai da agricultura. - "Desenvolvimento Econômico e Oferta Limitada de Mão-de-Obra" - em A Economia do Subdesenvolvimento - A. N. Agarwala - Forense, 1969.

pada, o Brasil apresenta um acentuado desequilíbrio.

Tabela 1.6

Participação do setor secundário no emprego e no PIB, em 1971, para diversos países.

Países	Setor Secundário	Emprego Setor Secundário
	<u>PIB</u>	<u>População Ocupada</u>
Austria	38,1	38,8
Bélgica	43,8	44,2
Canadá	37,0	31,0
Dinamarca	38,7	37,2
Finlândia	42,3	35,2
França	48,4	38,6
Alemanha	53,5	50,1
Itália	40,5	44,1
Japão	44,3	36,0
Suécia	39,3	37,6
Portugal	44,3	36,3
USA	33,1	31,0
Brasil ¹	29,8	17,8

1 - Para 1970

Fonte: - OCDE - Etudes Economiques - Août 1974 - Statistiques de Base: Comparaisons Internationales e Fundação IBGE.

Tabela 1.7
 Brasil: População economicamente ativa por setores de atividades
 (1.000 pessoas)

Setor Econômico	1940		1950		1960		1970	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
<u>Primário</u>	<u>9.726</u>	64,1	<u>10.254</u>	59,9	<u>12.163</u>	53,7	<u>13.071</u>	44,3
Agric., Silvicultura e pecuária	9.434	62,1	9.887	57,8	11.698	51,6	12.712	43,1
Extração Vegetal	292	2,0	367	2,1	465	2,1	359	1,2
<u>Secundário</u>	<u>1.518</u>	10,3	<u>2.347</u>	13,7	<u>2.963</u>	13,1	<u>5.253</u>	17,8
Extrativa Mineral	126	0,9	116	0,7	108	0,5	175	0,6
Ind. de transform.	1.069	7,2	1.608	9,4	2.006	8,9	3.242	10,9
Ind. de construção	282	1,9	585	3,4	785	3,5	1.720	5,8
Prod. e Distrib. gás e energia elétrica	41	0,3	38	0,2	64	0,3	116	0,4
<u>Terciário</u>	<u>3.514</u>	23,8	<u>4.516</u>	26,4	<u>7.525</u>	33,2	<u>11.170</u>	37,8
Com. de Mercadorias	749	5,1	958	5,6	1.520	6,7	2.263	7,6
Transp., Comunic. e Armazenagem	500	3,4	697	4,1	1.089	4,8	1.244	4,2
Governo	406	2,8	512	3,0	662	2,9	1.152	3,9
Serviços	1.436	9,7	1.673	9,8	2.732	12,1	3.626	12,2
Atividades Sociais	204	1,4	434	2,5	700	3,1	1.471	4,9
Outros	219	1,5	241	1,4	822	3,6	1.414	4,7
Total Pop. Econ. Ativa	<u>14.759</u>	100,0	<u>17.117</u>	100,0	<u>22.651</u>	100,0	<u>29.494</u>	100,0

Fonte: - Anuários Estatísticos do Brasil - Fundação IBGE.

Tabela - 1.8

Brasil: Taxa geométrica de crescimento da mão-de-obra no setor secundário

Setor de Atividade	1940	1950	1960	1970			
<u>Secundário</u>	Absoluto	Absoluto	Taxa cres- cimento 1940/1950	Absoluto	Taxa cres- cimento 1950/1960	Absoluto	Taxa cres- cimento 1960/1970
Extrativa Mineral	126	116	-0,8	108	-0,7	175	5,0
Ind. Transformação	1.069	1.608	4,2	2.006	2,2	3.242	4,9
Ind. de Construção	282	585	7,5	785	3,0	1.720	8,3
Prod. e Distrib. e gás e energia elétrica	41	38	-0,7	64	5,3	116	7,0
Soma dos Subsetores	1.518	2.347	4,4	2.963	2,4	5.253	6,2

Fonte: - Anuários Estatísticos do Brasil - Fundação IBGE.

No período 1950/1960 a taxa de absorção da população economicamente ativa pelo setor secundário foi apenas de 10 % em relação ao crescimento da população economicamente ativa total (o setor secundário absorveu somente seiscentas mil pessoas, para um incremento de cinco milhões e quinhentas mil). Para o período 1960/1970 a situação melhorou consideravelmente, chegando a aproximadamente 32 % do total do acréscimo no período. É plenamente justificada pela grande dinamização do processo de industrialização no período 1967/1970 e a acentuada participação da indústria de construção. A participação da indústria de transformação em relação a população economicamente ativa passou de 7,2 % em 1940 para 10,9 em 1970 e em termos absolutos isto significa, aproximadamente, um acréscimo de apenas 2 milhões de pessoas. (Tabela 1.7)

Os fenômenos do desemprego e do subemprego urbano podem ser atribuídos às migrações rurais-urbanas que se tem processadas de maneira relativamente intensivas no período do processo de industrialização brasileira, criando uma acelerada taxa de urbanização em ritmo bastante superior ao da própria industrialização.

Tabela 1.9

Brasil: Distribuição da população em zonas rural e urbana
(em milhões de habitantes)

	1940		1950		1960		1970		Taxa geométrica de crescimento anual %		
	Abso		Abso		Abso		Abso		1940	1950	1960
	luto	%	luto	%	luto	%	luto	%	a 1950	a 1960	a 1970
Rural	28	68,8	33	63,8	39	55,0	42	44,0	1,6	1,6	0,7
Urbana	13	31,2	19	36,2	32	45,0	53	56,0	3,9	5,4	5,2
<u>Total</u>	41	100,0	52	100,0	71	100,0	95	100,0	2,4	3,5	2,9
Em aglo meraço- es de mais de 5.000 habitan- tes	9	21,6	14	26,9	26	40,0	45	48,7	4,6	6,2	5,9

Fonte: - Helga Hoffmann, obra cit. pp. 38

Se levarmos em consideração como população urbana somente aquela em aglomerações superiores a 5.000 habitantes, notamos que, atualmente, metade da população brasileira vive no setor rural.

Tabela 1.10

Brasil: Pessoas desocupadas e sua proporção na força de trabalho total de cada região (1.000)

Região	1968 (3º trimestre)		1970 (1º trimestre)		1972 (4º trimestre)	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
I - GB e RJ	75	1,3	96	1,6	154	2,1
II - SP	153	1,4	171	1,5	228	1,6
III - PR, SC e RGS	154	1,6	138	1,3	164	1,3
IV - MG e ES	128	1,6	131	1,6	177	1,8
V - MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA.	244	1,6	189	1,3	299	1,5

Obs.: - Os dados não cobrem os Estados do Norte, Centro-Oeste e Distrito Federal e Territórios.

Fonte: - Fundação IBGE - PNAD

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios a taxa de desemprego declarado no Brasil é relativamente baixa (Tabela 1.10). É tão baixa / que somente os países plenamente desenvolvidos tem condições de exibi-las. Então, qual a situação real do Brasil? Poderíamos medir a taxa de participação, ou seja, a participação percentual da população economicamente ativa em relação a população total e compará-la em países desenvolvidos. Para os anos de 1940, 1950, 1960 e 1970, a taxa de participação foi, respectivamente de 35 %, 33 %, 32 %, e 31 %. Em termos internacionais, esta taxa de participação é muito baixa, já que há países em que ela chega a quase 50 %. É baixa até mesmo / em relação aos padrões da América Latina, pois mesmo aí chega a cerca de 35 %, no período de 1950 a 1965. (Ítem 1.2)

Quais as causas que poderiam justificar esta baixa taxa de desemprego declarado no Brasil? Sem dúvida alguma, a causa mais importante a ser considerada, é o grande desempenho do setor terciário em absorver mão-de-obra; / grande parte dos indivíduos encontram trabalho com facilidade em atividades como: lavador de carros nas ruas, guardador de carros, engraxates, vendedores de frutos e de outros diversos produtos ambulantes e diversas outras formas de "biscate" que lhes proporcionam remuneração abaixo do desejável para atender ao mínimo de subsistência. Desta maneira pode-se ter reduzido o desemprego declarado e ter aumentado consideravelmente o desemprego disfarçado (termo empregado por Joan Robinson, ainda durante a depressão dos anos 30, para descrever as atividades daqueles que tendo perdido empregos de alta produtividade e remuneração, aceitavam trabalhos inferiores, geralmente de forma autônoma, como alternativas ao desemprego completo)¹⁵ urbano.

Para efeito comparativo vamos apresentar as taxas de desemprego declarado de mão-de-obra no setor não-agrícola referentes aos anos de 1968 (3º trimestre) e 1972 (4º trimestre) em relação a força de trabalho não-agrícola , de acordo com os dados de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

Tabela 1.11

Brasil: Desemprego Não-Agrícola (percentual)

Região	I	II	III	IV	V	Total
	GB e RJ	SP	PR, SC, RS,	MG, e ES	MA, PI, RN, CE, PB, PE, AL, SE, BA	
Desemprego Declarado (1968)	2,8	2,9	4,5	4,7	5,4	4,0
Desemprego Declarado (1972)	3,0	2,5	2,6	3,2	3,3	3,0

Fonte: - Fundação IBGE.

15 - F. S. O'Brien e C. L. Salm, - "Desemprego e Subemprego no Brasil" - RBE , vol. 24, nº 4, 1970, pp. 94.

Observa-se que no período considerado houve uma queda acentuada na taxa de desemprego declarado para todas as regiões, com exceção da região 1.

Tabela 1.12

Brasil: Desemprego e subemprego não-agrícola - 3º trimestre de 1968
(% da força de trabalho não-agrícola)

Região	I	II	III	IV	V	Total
	GB e RJ	SP	PR, SC, RS	MG e ES	MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA	
1 - Desemprego Declarado	2,8	2,9	4,5	4,7	5,4	4
2 - Subemprego Visível	3,4	3,6	7,6	7,1	12,6	7
1 + 2	6,2	6,5	12,1	11,8	18,0	11

Fonte: - Fundação IBGE - PNAD - 1968

Tabela 1.13

Brasil: Desemprego e Subemprego não-agrícola - 4º trimestre de 1972
(% da força de trabalho não-agrícola)

Região	I	II	III	IV	V	Total
	GB e RJ	SP	PR, SC, RS	MG e ES	MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA	
1 - Desemprego Declarado	3,0	2,5	2,6	3,2	3,3	3,0
2 - Subemprego Visível	3,9	2,4	4,8	6,3	9,2	5,3
1 + 2	6,9	4,9	7,4	9,5	12,5	8,3

Fonte: Fundação IBGE - PNAD - 1972

Dois técnicos do IPEA, O'Brien e Salm¹⁶, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), estimaram o subemprego no Brasil numa tentativa de apurar com maior cuidado a subutilização da força de trabalho não-agrícola. Os autores incluíram no estudo uma categoria adicional e chamaram / de "subemprego visível". Esta categoria inclui aquelas pessoas que trabalham / em tempo parcial (menos de 40 horas por semana) quando prefeririam trabalhar em tempo integral, e mais aquelas que normalmente trabalham em tempo integral, mas que por ocasião da pesquisa ocupavam-se em tempo parcial por "motivos econômicos"¹⁷. Desta maneira não só estavam disponíveis para o trabalho aquelas pessoas que se declararam desempregadas como também aquelas que constam com tempos disponíveis para exercerem outra atividade.¹⁸

Utilizando o método de O'Brien e Salm, vamos levantar as taxas de desemprego declarado e subemprego visível para os anos de 1968 (3º trimestre) e 1972 (4º trimestre) em relação a força de trabalho não-agrícola.

O confronto entre os dados de 1968 e 1972 revela razoável diferença. A queda verificou-se não somente para o desemprego declarado como também para o subemprego visível, com exceção da região I. Tal desempenho justifica-se pelo acelerado processo de industrialização do período e pelas grandes obras de infra-estrutura. Mesmo para a região V que inclui os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, / onde as taxas de desemprego declarado e subemprego visível alcançavam 18 % da força de trabalho não-agrícola em 1968, no período comparado caiu para 12,5 %. Esta redução percentual poderia ser atribuída a crescente oferta de emprego pelo setor industrial? O surto de industrialização do período parece-nos muito tímido em termos de absorção de mão-de-obra quando comparado com a volumosa taxa de desemprego e subemprego desta região. Outros fatores devem ter contribuído para esta redução. Dentre eles, o mais expressivo foi a grande seca veri-

16 - F. S. O'Brien e C. L. Salm, obra cit.

17 - Para fins de computação de regime de tempo de trabalho, são considerados / "motivos econômicos" pelo PNAD: escassez de trabalho, falta de material, reparo nas instalações de equipamentos, etc.

18 - Obs.: para toda a análise exclui-se a faixa de população de 10/14 anos e não são consideradas as pessoas que trabalharam há mais de 5 anos e nem aquelas que nunca trabalharam e estão desempregadas.

ficada no Nordeste, em 1970. A evasão de mão-de-obra não se verificou somente para os Estados do Sul, como também para os Estados do Norte, em razão do apresamento da construção da Rodovia Transamazônica e também devido a construção de outras obras de infra-estruturas que faziam parte do plano de emprego levado pelo governo na região, a fim de absorver todo aquele excedente de mão-de-obra, liberado pelo setor de subsistência e que se aglomerava nos centros urbanos, gerando inclusive, um princípio de comoção social. Apesar do salário pago ser relativamente baixo (girava, em torno de 70 e 80 % do salário mínimo da região), esta política teve resultado satisfatório uma vez que conseguiu amenizar o problema, como mostram as Tabelas 1.12 e 1.13.

Outro fator que deve ser levado em consideração é a própria mobilização de mão-de-obra dentro da região. No período 1970/1972, as atividades não-agrícolas da região V aumentaram em 5 % a mão-de-obra empregada enquanto as atividades agrícolas apresentaram um incremento de 20 %.

Para a região III (compreende os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), a queda das taxas de desemprego declarado mais subemprego / visível de 12,1 % para 7,4 % da força de trabalho não-agrícola pode ser explicada pela crescente participação do setor agrícola na absorção de mão-de-obra. No período 1968/1972 as ocupações em atividades não-agrícolas evoluíram de 3.043.000 para 3.172.000 pessoas ocupadas, enquanto o total de empregos no setor agrícola, no mesmo período, passou de 3.082.000 para 3.895.000 pessoas empregadas.

Além do "subemprego visível" O'Brien e Salm fizeram uma estimativa / do "desemprego disfarçado" levando em consideração o nível de renda das pessoas incluídas no grupo "empregadores e trabalhadores por conta própria". Nesta estimativa está implícita que a remuneração é um razoável indicador de produtividade e que a baixa produtividade decorre da subutilização da força de trabalho.

Utilizando este método, vamos comparar a participação dos "empregadores e trabalhadores por conta própria" que ganham até meio salário mínimo em relação ao total de empregadores e trabalhadores por conta própria referente / aos anos 1968 (3º trimestre) e 1972 (4º trimestre).

Tabela 1.14

Brasil: Desemprego disfarçado não-agrícola - 1968 - 3º trimestre
1% dos empregadores e trabalhadores por conta própria /
que ganham até Cr\$ 49,99⁺, mensais, em relação ao total
de empregadores e trabalhadores por conta própria)

	I	II	III	IV	V	
Região	GB e RJ	SP	PR, SC, RGS	MG e ES	MA,PI,CE, RN,PB,PE, AL,SE,BA	Total

Empregadores e trabalha-
dores por conta própria
que ganham até Cr\$49,99,
mensais.

8,2	7,1	10,5	24,9	41,7	23,4
-----	-----	------	------	------	------

Total de empregadores e
trabalhadores por conta
própria.

+ - Para o período considerado, Cr\$ 49,99, equivalem de uma maneira aproxima-
da a meio salário mínimo.

Fonte: - Fundação IBGE - PNAD - 1968.

Tabela 1.15

Brasil: Desemprego disfarçado não-agrícola - 1972 - 4º trimestre
1% dos empregadores e trabalhadores por conta própria que
ganham até meio salário mínimo, mensais, em relação ao to-
tal de empregadores e trabalhadores por conta própria)

	I	II	III	IV	V	
Região	GB e RJ	SP	PR, SC, RGS	MG e ES	MA,PI, CE, RN,PB,PE, AL,SE,BA	total

Empregadores e trabalha-
dores por conta própria
que ganham até 1/2 sala-
rio mínimo, mensais.

15,1	9,0	15,3	30,0	49,3	27,7
------	-----	------	------	------	------

Total de empregadores e
trabalhadores por conta
própria.

Fonte: Fundação IBGE - PNAD - 1972

Ao analisar as tabelas 1.14 e 1.15, observa-se que é substancialmente crescente a participação da mão-de-obra subocupada nas atividades não-agrícolas para as regiões comparadas. Como o setor secundário tem apresentado uma taxa / de absorção de mão-de-obra muito pequena em relação a demanda de emprego total, como consequência cresce assustadoramente a participação relativa da mão-de-obra subocupada no setor terciário, de 23,4 % do total de empregadores e trabalhadores por conta própria em 1968, para 27,7 % em 1972.

Dando sequência ao modelo de O'Brien e Salm, vamos determinar conjuntamente as taxas de desemprego declarado, subemprego visível e desemprego disfarçado em relação ao setor não-agrícola para os anos de 1968 (3º trimestre) e 1972 (4º trimestre). Uma vez que as cifras de "desemprego disfarçado" não podem ser simplesmente somadas às de "subemprego visível", levando ao perigo de / contagem dupla, pois uma pessoa pode estar percebendo, mensalmente, uma remuneração abaixo de meio salário mínimo e ao mesmo tempo seu trabalho esteja sendo utilizado parcialmente. Para resolver este problema os autores adotaram o artifício de supor que todos os "trabalhadores por conta própria" em tempo parcial recebiam menos de meio salário mínimo ao mês, e só acrescentaram às suas estimativas uma cifra correspondente a "desemprego disfarçado" quando havia um saldo positivo depois de subtraídos das cifras de "empregadores e trabalhadores por conta própria" que tinham até meio salário mínimo ao mês os valores correspondentes a essa mesma categoria nos ocupados em tempo parcial.

Tabela 1.16

Brasil: Desemprego declarado, subemprego visível e desemprego disfarçado no setor não-agrícola - (% da força de trabalho não-agrícola) - 3º trimestre - 1968

Região	I	II	III	IV	V	Total
	GB e RJ	SP	PR, SC, RS	MG e ES	MA,PI,CE, RN,PB,PE, AL,SE,BA	
Desempregados + tempo parcial + autônomos com até meio salário mínimo, mensais.	6,4	6,8	11,7	14,8	26,6	13,6
Força de trabalho não-agrícola						

Fonte: Fundação IBGE - PNAD - 1968

Tabela 1.17

Brasil: Desemprego declarado, subemprego visível e desemprego disfarçado no setor não agrícola (% da força de trabalho não agrícola) - 4º trimestre - 1972

	I	II	III	IV	V	
Região	GB e RJ	SP	PR, SC, RS	MG e ES	MA,PI,CE, RN,PB,PE, AL,SE,BR	Total
Desemprego + tempo parcial + autônomos com até meio salário mínimo, mensais.	7,6	5,5	9,0	13,4	24,9	11,9
Força de trabalho não-agrícola.						

Fonte: Fundação IBGE - PNAD - 1972

Apesar de ter reduzido o percentual total (de 13,9 para 11,9 %) nos períodos considerados, a situação não é animadora pois em termos absolutos são aproximadamente 2.300.000 pessoas desempregadas, subempregadas e com remuneração até 50 % do salário mínimo vigente na região, para uma força de trabalho / não-agrícola de quase 19 milhões de pessoas.

Seria interessante assinalar que segundo a PNAD, para o 4º trimestre de 1972, 7 milhões de pessoas nas atividades agrícolas e não-agrícolas gostariam de trabalhar em tempo integral recebendo salário mínimo.

A redução percentual do contingente de mão-de-obra no setor agrícola através das correntes migratórias tem aumentado consideravelmente as pressões / demográficas nos centros urbanos, fazendo com que os investimentos em infraestrutura tornem-se cada vez mais acentuados, pois grande parte da poupança governamental é canalizada para este setor e, por ser insuficiente, canalizam-se ainda poupanças do exterior acelerando fortemente as dívidas externas do país.

O crescimento demográfico à taxa de 2,9 % ao ano, como o verificado / na última década significa que a demanda de jovens no mercado de trabalho deverá crescer à ritmo idêntico. Como o crescimento da ocupação rural está se processando a uma taxa de 0,7 % (última década) ao ano e o aumento do emprego industrial é decepcionantemente pequeno (exceção feita a indústria de construção

que cresceu à ritmos elevados, gerando um milhão de novos empregos no período 1960/1970), são os serviços urbanos que estão sendo chamados a absorver, a níveis de subocupação e baixa produtividade, a maior parte da população que atinge a idade de trabalho, uma vez que, nas duas últimas décadas os centros urbanos mantêm um ritmo de crescimento de aproximadamente 6 %, anualmente.

1.5 - NATUREZA DO EMPREGO E A ESTRUTURA DE REMUNERAÇÃO NA AGRICULTURA BRASILEIRA

A Tabela 1.18 nos mostra a evolução dos índices de remuneração média real para os diversos tipos de emprego na agricultura, no período 1966/74. O índice de remuneração médio real sofreu ligeiro declínio de 1966 a 1970, recuperou o nível de 1966, em 1971, e cresceu em torno de 50 % no período referente ao 1º semestre de 1972 ao 1º semestre de 1974, sendo que a maior taxa de crescimento pertence aos trabalhadores eventuais com elevação de aproximadamente 60%. No período de 2º semestre de 1973 ao 1º semestre de 1974, a remuneração média diária do trabalhador eventual passou de Cr\$ 8,65 para Cr\$ 12,03¹⁹, permanecendo bem abaixo do salário mínimo vigente na época, considerando-se 25 dias de trabalho por mês²⁰.

19 - Conjuntura Econômica, vol 28 - n.º 12 - dezembro/74.

20 - Os dados de salários na agricultura, levantados pela FGV, são colhidos junto aos fazendeiros. Caso a remuneração percentual do intermediário que contrata diariamente a mão-de-obra, às vezes chamado de "gato", tenha aumentado, a remuneração do trabalhador não terá crescido na magnitude dos dados indicados. É importante notar que no período houve um grande contingente de trabalhadores que passaram da categoria de permanentes para eventuais. Nessa transição perderam certas vantagens de viver nas fazendas, como moradia e possibilidade de plantar para própria subsistência, tendo agora de pagar aluguel e serviços - se e que os recebem - nas cidades do interior. Todo dia estão sujeitos a ter ou não emprego, sem vínculo empregatício permanente e sem qualquer garantia social ou seguro para acidentes e/ou doenças e ainda tendo que pagar, diariamente, a condução ao "gato", que assim leva parte da remuneração (e possivelmente parte do aumento registrado).

Nosso objetivo seria identificar as variáveis que estariam favorecendo esta "distribuição de renda" no setor. Parece-nos que a mais importante delas seria a conscientização dos próprios trabalhadores eventuais de que tais / salários seriam incompatíveis com sua sobrevivência. Deve-se lembrar que nesta categoria de emprego inclui-se os conhecidos "boias-frias" que trabalham / sem vínculo empregatício e grande parte deles se deslocam consideráveis distâncias até ao local de trabalho, pois, geralmente, fixam suas residências nos centros urbanos. Apesar de serem trabalhadores de baixíssima qualificação, / não se integrando em empregos de melhor remuneração nos centros urbanos, poderiam, assim mesmo, conseguir alguma forma de "biscate" que lhes proporcionassem melhor remuneração que aquela referente as atividades agrícolas. A consequência desta conscientização e o engajamento em outra "atividade produtiva" / teria diminuído a elasticidade relativa da oferta de mão-de-obra no setor agrícola a determinado nível de salário.²¹ Pelo Censo de 1970, o pessoal empregado na agricultura correspondia a aproximadamente 35 % do pessoal ocupado do setor, enquanto o percentual dos trabalhadores por conta própria em relação ao pessoal ocupado girava em torno dos 33 %.

21 - Gonzales e Bastos acreditam que, "o sistema de trabalho volante no regime de empreitada é mais "racional" não só porque o empresário fica desobrigado dos encargos trabalhistas e dos ônus ligados ao trabalho permanente, mas principalmente, porque o trabalho volante implica, em razão da natureza de trabalho assalariado por tarefa, em mecanismos que permitem aumentar a parte excedente apropriada do trabalho necessário.

Por estas razões, as relações de trabalho assalariado por tarefa no sistema volante são incentivadas e se generalizam nas empresas agrícolas que dispõem de certo volume de capital. Esse incentivo se traduz em diárias diferenciadas pagas aos empregados permanentes e volantes".

Elbio N. Gonzales e Maria Inês Bastos, "O Trabalho Volante na Agricultura / Brasileira". - Trabalho apresentado na XIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais (SOBER) - Curitiba, 27/30 de Julho de 1975, p.24 - Mimeo.

Tabela 1.18

Índice de salários nominais e reais pagos no setor agrícola - Base: 1966 = 100

Semestres		1966		1967		1968		1969		1970		1971		1972		1973		1974
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º
Categorias	Índices																	
Administrador	IRMN	95	105	124	133	140	154	167	183	214	233	258	275	311	335	398	485	608
	ICV	91,9	108	124,1	136,8	150,4	167,9	184,3	206	225,7	252,3	274,4	299,7	323,8	345,5	265,9	387,8	450,1
	IRMR	103,3	97,2	99,9	97,2	93,1	91,7	90,6	88,8	94,8	92,3	94,0	91,7	96,0	96,9	108,7	125	135
Capataz	IRMN	94	106	123	136	150	159	176	201	224	246	275	305	329	358	432	504	607
	ICV	91,9	108	124,1	136,8	150,4	167,9	184,3	206	225,7	252,3	274,4	299,7	323,8	345,5	365,9	387,8	450,1
	IRMR	102,2	98,1	99,1	99,4	99,7	94,7	95,5	97,5	99,2	97,5	100,2	101,7	101,6	103,6	118,0	129,9	134,9
Tratorista	IRMN	95	105	117	128	146	147	169	177	197	222	252	269	313	333	386	433	531
	ICV	91,9	108	124,1	136,8	150,4	167,9	184,3	206	225,7	252,3	274,4	299,7	328,8	345,5	365,9	387,8	450,1
	IRMR	103,3	97,2	94,2	93,5	97,0	87,5	91,6	85,9	87,2	87,9	91,8	89,7	96,6	96,3	105,4	111,7	117,9
Trabalhador Permanente	IRMN	94	106	127	137	151	158	174	187	205	234	268	290	322	351	419	496	629
	ICV	91,9	108	124,1	136,8	150,4	167,9	184,3	206	225,7	252,3	274,4	299,7	323,8	345,5	365,9	387,8	450,3
	IRMR	102,2	98,1	102,3	100,1	100,3	94,1	94,4	90,7	90,8	92,7	97,6	96,7	99,4	101,5	114,5	127,9	139,7
Trabalhador Eventual	IRMN	94	106	125	138	154	162	182	193	212	238	273	296	330	361	431	532	740
	ICV	91,9	108	124,1	136,8	150,4	167,9	184,3	206	225,7	252,3	274,4	299,7	323,8	345,5	365,9	387,8	450,1
	IRMR	102,2	98,1	100,7	100,8	102,3	96,4	98,7	93,6	93,9	94,3	99,4	98,7	101,9	104,4	117,7	137,2	164,4
Remuneração Média Mensal	IRMN	94	106	125	137	153	160	178	191	210	236	271	293	327	357 ⁴	426 ⁴	517	695
	ICV	91,9	108	124,1	136,8	150,4	167,9	184,3	206	225,7	252,3	274,4	299,7	323,8	345,5	365,9	387,8	450,1
	IRMR	102,3	98,1	100,7	100,1	101,7	95,3	96,6	92,7	93,0	93,5	98,8	97,8	101,0	103,3	116,4	133,3	154,4

1 - IRMN - Índice de remuneração média nominal publicado na Conjuntura Econômica, FGV, n.7, 1971, n. 6 e n.12, 1972; e n.10, 1973.

2 - ICV - Índice de custo de vida da Guanabara publicado mensalmente na Conjuntura Econômica, FGV.

3 - IRMR - Índice de remuneração média real (1 : 2).

4 - Calculado segundo ponderação apresentada na Conjuntura Econômica, FGV, n. 7, 1971, p.84.

Extraído da Revista Visão, 12/5/75, "Salário Maior: o que muda nos preços e no mercado", Eduardo Matarazzo Suplicy.

Estas hipóteses podem ser confirmadas observando a Tabela 1.19. No período 1966/1974 (1º semestre), assumindo-se que o índice de emprego na agricultura tenha crescido em 5,4 % e o índice médio de salário real cresceu em 54,4 % para o mesmo período, mostrando que o aumento dos salários foi superior ao crescimento do índice do produto real por pessoa empregada. Os dados da Tabela indicam também que entre 1966 e 1974 (1º semestre) houve elevado crescimento na taxa de capitalização do setor, uma vez que o índice de emprego cresceu em apenas 5,4 % e o índice de produto total do setor cresceu em 56,7 %. Ou seja, houve elevado aumento da relação produto/homem. O índice do produto real da agricultura por pessoa empregada cresceu em 48,67 %.

Pela comparação entre a evolução do índice de produção e o do emprego de mão-de-obra, pode-se avaliar o ritmo da intensificação do uso de capital na agricultura. O resultado que logo se evidencia é a rápida diminuição do conteúdo de mão-de-obra por unidade de produção. Como ocorreu na indústria, deve-se evitar que a quantidade necessária de trabalho por unidade de produção reduza-se, nos períodos subsequentes, na agricultura. A consequência deste elevado ritmo de capitalização é o relativo insucesso de absorção plenamente produtiva de mão-de-obra.

Esta pequena taxa de crescimento do índice de emprego na agricultura reflete a utilização intensiva de capital no setor devido ao custo relativamente baixo do capital (juros negativos) em relação ao custo da mão-de-obra. Obviamente, este tipo de política incentiva os empresários a adotarem técnicas altamente intensivas de capital com baixa taxa de absorção de mão-de-obra. Substitui-se mão-de-obra abundante por capital escasso. É esta a incoerência na política geradora de emprego utilizada pelo governo.

Parece-nos que num país de estrutura dual como o Brasil a problemática de geração de empregos se agrava cada vez mais à medida que se utiliza "política de emprego" incompatível com a nossa realidade sócio-econômica.

Tabela 1.19

Produto por trabalhador comparado ao salário real médio na agricultura

<i>Ano</i>	<i>Índice do produto real na agricultura</i>	<i>Índice de emprego na agricultura</i>	<i>Índice do produto real da agricultura por pessoa empregada na agricultura</i>	<i>Índice do salário real médio pago na agricultura</i>
1966	100	100	100	100
1967	105,7	100,66	105,01	100,4
1968	107,1	101,32	105,70	98,5
1969	113,5	101,99	111,28	94,6
1970	119,9	102,66	116,79	93,2
1971	133,5	103,34	129,18	98,3
1972	139,5	104,02	134,11	102,0
1973	144,4	104,71	137,90	124,8
1974	156,7	105,40	148,67	154,4 (1º sem.)

Fontes:- O índice do produto real da agricultura (Conjuntura Econômica, FGV) foi dividido pelo índice de emprego na agricultura. Estimou-se que o índice de emprego na agricultura aumentou de 0,66 % ao ano no período, mesma taxa de aumento da população economicamente ativa na agricultura durante a década de 60, conforme indicam os censos de 1960 e 1970 (IBGE). O índice de salário nominal (Conjuntura Econômica, FGV) foi dividido pelo índice de custo de vida na GB para se estimar o valor aproximado do salário real.

Extraído da Revista Visão, 12/5/75, "Salário Maior: O que muda nos preços e no mercado", Eduardo Matarazo Suplicy.

CAPÍTULO II

A AGRICULTURA NO BRASIL

2.1 - CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Em termos de tendência, a evolução da produção de toda a agricultura foi satisfatória para a última década, apesar dos anos de 1963, 1964, 1966 e 1970, pois foram afetados por fortes adversidades climáticas e consequente redução na produção total de nossas lavouras. Estas quedas na produção das lavouras reduziu o produto total da agricultura.

Com relação a importação de produtos da agricultura, podemos notar um leve incremento no período considerado (Tabela 2.1), com exceção de 1973 em que houve um comportamento anormal, devido a participação expressiva de cereais. O caso do trigo, o produto agrícola importado de mais alto valor, reflete a expansão do consumo e a dificuldade da produção nacional em substituir este produto em nossa pauta de importação. Entre 1960 e 1973, a participação dos produtos agrícolas no total das importações apresentou, percentualmente, tendência decrescente.

Por outro lado, a exportação de produtos de toda a agricultura mostrou evolução acentuadamente positiva para o período em análise. (Tabela 2.1) A forte predominância dos produtos da agricultura no total das exportações brasileiras persistiu por todo o período, apesar de apresentarem participação relativa decrescente. Em 1960, esta participação girava em torno de 90 % e em 1973, era aproximadamente 80 %. No transcurso da segunda metade da década passada, o percentual tendeu a declinar na medida em que produtos de origem extrativo-mineral e produtos industriais foram sendo incorporados à pauta das exportações.

Apesar deste forte incremento, em valores absolutos, em nossas exportações, deve-se notar que o Brasil ainda ocupa posição bastante modesta no comércio internacional (quando comparada com alguns países desenvolvidos). À exceção dos produtos tradicionais, o Brasil participou, no período em análise, com menos de 1 % das exportações totais de todos os demais produtos de sua pauta no mercado internacional, percentual este extremamente reduzido em face do potencial produtivo da nossa agricultura.

Os dados referentes ao crescimento dos produtos disponíveis para o mercado interno (produto total da agricultura mais importações menos exportações) / quando comparados ao crescimento populacional no período 1960/1973 indicam cer-

Tabela 2.1

Brasil:- Exportações e importações de produtos da agricultura
Valores em termos reais em Cr\$ de 1965 - 67¹

Exportações (Milhões de Cr\$)						Importações (Milhões de Cr\$)				
Ano	Matéri- a Pri- ma de Origem Animal	Matéri- a Pri- ma de Origem Vege- tal	Óleos, gordu- ras de o- rigem Animal e Vegetal	Bebidas, prods. de mata douras, açúcar, café, ca- cau, chá, especia- rias, pesca, frutas	Totais	Matéri- a Pri- ma de Origem Animal	Matéri- a Pri- ma de Origem Vege- tal	Óleos, gordu- ras de Origem Vege- tal e Animal	Gene- ros a limen- tícios e bebi- das	Totais
1960	44	363	79	1.274	1.760	6	147	1	364	518
1961	41	628	113	1.361	2.143	7	108	1	476	592
1962	30	402	77	1.157	1.666	6	81	3	558	648
1963	30	520	77	1.219	1.846	15	67	4	548	634
1964	87	537	94	1.169	1.887	3	42	9	634	688
1965	108	632	115	1.546	2.401	4	36	6	543	589
1966	127	585	81	2.418	3.211	4	52	8	600	664
1967	98	506	74	2.083	2.761	7	47	8	664	726
1968	91	623	114	2.673	3.501	11	74	25	719	829
1969	155	892	136	3.006	4.189	8	71	18	668	765
1970	130	745	130	2.404	3.409	10	72	23	574	679
1971	378	828	142	2.469	3.817	40	94	35	438	607
1972	588	982	184	3.229	4.983	31	97	40	455	623
1973	586	1.668	278	4.046	6.578	31	74	54	969	1.128

1 - Deflator utilizado: Índice Geral de Preços Agrícolas por Atacado, Conjuntura Econômica - FGV, Vol. 29 - n.º 1, janeiro de 1975, pp. 106/110.

Fonte: - Fundação IBGE - Anuários Estatísticos de 1961 a 1974.

ta intranquilidade, pois, o incremento no produto disponível para o mercado inter-
no esteve bem abaixo do incremento populacional. Isto simplesmente nos informa
que a disponibilidade interna per-capita está em declínio, como nos mostra a Tabe-
la 2.2 .

Com o acentuado crescimento de nossas exportações, observa-se que a produção destinada à exportação é a principal responsável pelo crescimento deste setor.

Tabela 2.2

Brasil: Valor real da produção da agricultura, importação, exportação e disponibilidade interna, em cruzeiros de 1965 - 67.^a

Ano	Valor Real da Produção da Agricultura (Milhões de Cr\$) (1)	Exportações de produtos da Agricultura (Milhões de Cr\$) (2)	Importações de produtos da Agricultura (Milhões de Cr\$) (3)	Disponibilidade Total p/ consumo interno (Milhões de Cr\$) (4)	População (Milhares) (5)	Disponibilidade de Interna per-capita (em Cr\$) (6)
1960	8.899	1.760	518	7.657	70.119	109,20
1961	9.473	2.143	592	7.922	72.153	109,79
1962	10.697	1.666	648	9.679	74.245	130,37
1963	9.948	1.846	634	8.736	76.398	114,35
1964	10.384	1.887	688	9.185	78.614	116,84
1965	11.915	2.401	589	10.103	80.893	124,89
1966	10.215	3.211	664	7.668	83.239	92,12
1967	11.171	2.761	726	9.136	85.653	106,66
1968	11.840	3.501	829	9.168	88.137	104,02
1969	12.479	4.189	765	9.055	90.693	99,84
1970	10.377	3.409	679	7.647	93.139	82,10
1971	11.781	3.817	607	8.571	95.840	89,43
1972	12.231	4.983	623	7.871	98.619	79,81
1973	13.744	6.578	1.128	8.294	101.479	81,73

a - Deflator utilizado: Índice geral de preços agrícolas por atacado, Conjuntura Econômica - FGV, Vol. 29 - n.º 1, janeiro/1975, pp. 106/110.

Fontes: (1) - Contas Nacionais do Brasil, Vol. 11 - Quadros Estatísticos - FGV, 1972 - para os anos 1960/1969.
 - Conj. Econômica, Vol. 29 - n.º 1, p. 73, janeiro/75 - para os anos 1970/73.
 (2) - Fundação IBGE - Anuários Estatísticos 1961/1974.
 (3) - Fundação IBGE - Anuários Estatísticos 1961/1974.
 (5) - Fundação IBGE - para os anos 1960 e 1970. Para os demais estimou-se taxa de crescimento de 2,9 % ao ano.
 (6) - Dividiu-se (4) por (5).

Como se pode notar, a queda na disponibilidade interna per-capita, tanto para produtos alimentícios quanto para matéria-prima é uma realidade incontestável.²²

Durante este período a agricultura brasileira perdeu acentuada importância relativa, em termos de renda, em relação ao PNB. Apesar da agricultura apresentar durante o processo de desenvolvimento perda de sua importância relativa, em termos de renda e de população empregada, em consequência do conhecido fenômeno / "declínio secular da agricultura", esta perda de importância está além daquilo que a economia pode sustentar.

O processo de modernização da agricultura brasileira deve ser encarado / com maior seriedade pelos governantes, pois se hoje não temos uma escassez generalizada de diversos produtos é devido, exclusivamente, a liderança de seus preços / na corrida inflacionária, gerando real perda de poder aquisitivo para grande parte da população de menor poder aquisitivo.

Para C. R. Viana²³ os dados estatísticos não revelam toda a extensão da gravidade do problema do crescimento insuficiente da produção agrícola, uma vez / que a transferência de populações rurais para os centros urbanos determina uma maior procura de alimentos do que aquela correspondente ao crescimento vegetativo desta população. Num processo migratório intenso, como o que se verifica no Brasil, a produção chamada de subsistência (consumida no próprio local de cultivo e não levada ao mercado de trocas), decai substancialmente. Grande maioria dos trabalhadores rurais destina parte de seu trabalho ao cultivo de produtos para sua subsistência e a de sua família. Quando se desloca para a cidade, o camponês passa a engrossar o número dos compradores de gêneros alimentícios, sem que a queda de produção de subsistência tenha sido compensada pelo aumento da que é destinada ao mercado de trocas.

Por que a elevação dos preços dos produtos agrícolas não tem funcionado como estímulos para a elevação de oferta no mercado interno? Como veremos, o aumento da produtividade do setor como um todo tem sido insignificante (com exceção de alguns produtos de exportação). Uma vez muito baixo o índice de produtivi-

22 - Considerando-se somente o produto das lavouras, a disponibilidade interna / per-capita caiu de Cr\$ 69,21, em 1960, para Cr\$ 54,96, em 1970, em cruzeiros de 1965 - 67.

23 - C. R. Viana - "Estratégia do Desenvolvimento Brasileiro" - Civilização Brasileira - 1967 - p. 27 .

dade da agricultura brasileira, quando comparado com outros países, o aumento da oferta tem se processado através, basicamente, da incorporação de novas terras ao cultivo. Esta incorporação de novas terras ao cultivo traz consigo inúmeros problemas: investimento de infra-estrutura em estradas, armazens e meios de transportes; o deslocamento de populações e a expansão de assistência técnica e financeira, além da inevitável supervalorização das terras, elevando de maneira acentuada os custos de produção.

Nestes últimos cinco anos, em virtude dos preços em ascendência dos produtos agrícolas, as terras de melhor qualidade foram disputadas numa corrida que contou com a participação de agricultores tradicionais, que procuravam ampliar suas lavouras, depois que determinados produtos alcançaram altos preços, e de investidores desiludidos com as aplicações na Bolsa de Valores. Como resultado, terras boas chegaram a ser negociadas à base de 50 mil cruzeiros o alqueire, contra os 5 alcançados no final da década.²⁴

Considerável aumento na oferta de alimentos só poderá ser realizada através de aumento da produtividade, mediante uso de fertilizantes, eliminação de acidentes geográficos, execução de obras de drenagem e irrigação, sementes geneticamente preparadas, pessoal técnico e capital.

Tabela 2.3

Brasil: Valor médio das terras agrícolas - 2º semestre de 1973 e 1º semestre de 1974

Vendas de terras	Preços médios (Cr\$/ha)	
	2º semestre/73	1º semestre/74
Lavouras	1.355,99	1.968,19
Campos	652,19	999,50
Pastagens	1.166,16	1.679,31
Matas	645,93	922,32
Valor médio das terras	1.016,52	1.471,65

Fonte: - Conjuntura Econômica, Vol. 28 - nº 12, dezembro/1974, pp.99.

24 - Jornal "O Estado de São Paulo" - 11.8.74.

2.2 - O COMPORTAMENTO DOS PREÇOS DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS

Os preços dos produtos agrícolas apresentaram comportamento mais ou menos idênticos aos dos preços dos produtos industriais até 1969, pois a partir deste período a ascensão dos preços dos produtos agrícolas é visivelmente mais acentuada.

Tabela 2.4

Índice de preços por atacado no período de 1961 à 1974
(1965-1967 = 100)

Ano	Disponibilidade Interna		Oferta Global				
	Geral	Mate- rias pri- mas	Gêneros Alimen- tícios	Materi- ais de constru- ção	Geral	Produ- tos A- gríco- las	Produ- tais Indus- triais
1961	9,72	9,43	9,26	9,24	9,53	9,56	9,56
1962	14,6	14,9	14,9	13,2	14,6	15,3	13,9
1963	25,7	25,4	35,4	26,4	25,4	25,3	25,3
1964	46,6	49,2	46,5	43,5	48,6	50,5	46,6
1965	71,6	73,0	68,4	70,7	73,5	71,9	75,2
1966	101	102	103	97,9	101	102	99,5
1967	128	125	129	131	126	127	125
1968	157	152	150	177	156	149	163
1969	187	179	185	210	188	181	196
1970	223	215	228	247	229	233	229
1971	271	249	293	283	276	292	269
1972	319	285	352	340	327	357	312
1973	368	328	406	413	381	425	358
1974	475	445	520	554	492	550	463

Fonte: Conjuntura Econômica - FGV

Após 1965, o índice de preços dos gêneros alimentícios elevou-se bem mais que o índice de custo de vida e da inflação medida pelo conceito de disponibilidade interna (produtos para uso no mercado doméstico) do índice geral de preços. Apesar de todas as tentativas feitas pelo governo para conter a elevação, recorrendo inclusive ao tabelamento no varejo, os preços dos principais gêneros alimentí-

cios ainda continuam mostrando uma tendência altista e deverão seguir liderando as pressões para o aumento do custo de vida.

Uma relação de 11 produtos tabelados e vendidos pelos supermercados reflete, no período de um ano (de outubro de 1973 a outubro de 1974), uma elevação / média de preços superior à variação medida durante um ano pela Fundação Getúlio / Vargas, mesmo em se tratando de gêneros incluídos nas tabelas governamentais. Os aumentos variaram de 8,7 % para o fubá a granel a 147 % para o óleo de soja. A comparação que se segue foi feita com base na lista CADEP de outubro de 1973 e a lista do Ministério da Fazenda de outubro de 1974.

Tabela 2.5

Tabelamento de preços de diversos produtos

Produtos	Lista CADEP out/73	Lista M.F. out/74	Variação %
Arroz agulha, Blue Rose ou Marunhão, 1 kg	1,65	2,85	72,73
Feijão preto comum, 1 kg	3,00	3,50	16,67
Açúcar refinado, 1 kg	1,05	1,55	47,61
Café, pacote 1 kg	9,10	14,00	53,85
Farinha de mandioca fina a granel, 1 kg	0,72	1,10	52,87
Farinha de trigo, 1 kg	1,43	1,80	25,87
Fubá a granel, 1 kg	0,92	1,00	8,70
Óleo vegetal, lata 900 ml	3,40	8,40	147,06
Pão de forma Tip-Tin	0,65	0,77	18,46
Leite, 1 litro tipo "C"	1,00	1,70	70,00
Carne-Chã, patinho e lagarto, 1 kg	6,60	14,00	112,12

Fonte: Jornal "O Estado de São Paulo", 13.10.74.

Pela Tabela 2.6, depreende-se que os preços dos produtos agropecuários evoluíram mais que os preços urbanos, a partir de 1971. Para os preços dos produtos agrícolas esta tendência cada vez mais acentuada vem a partir de 1967. Em 1973, para lavouras o índice alcançado foi de 544, para a agropecuária 500, enquanto que o índice de preços urbanos por atacado de gêneros alimentícios atingiu 417.

Em suma, a evolução dos preços recebidos pelos agricultores superou em muito a dos preços urbanos.

Tabela 2.6

Índices de preços no mercado interno 1966/1973

Ano	Preços recebidos pelos agricultores brasileiros ¹		Preços Urbanos p/atacado de gê- neros alimentí- cios
	Lavouras	Agropecuária	
1966	100	100	100
1967	121	119	124
1968	149	140	146
1969	195	176	177
1970	252	226	228
1971	322	288	286
1972	387	356	350
1973	544	500	417
1974	733	709	-

1 - Dados anteriores não são disponíveis.

Fonte: - Conjuntura Econômica - FGV, Vol. 28, nº 7 - julho/74 p. 127.

Baseado na Tabela supra poderíamos indagar se houve transferência, realmente, de renda da indústria para a agricultura; parece-nos que não, pois com a / simples elevação do nível de preços não se pode generalizar ganhos acentuados neste setor em detrimento do setor industrial, por dois motivos: - a) o aumento da oferta de produtos agrícolas neste período foi acompanhada pela ampliação da fronteira agrícola e como mencionamos no item 2.1, este aumento da oferta provavelmente deve ter sido seguida por aumento acentuado dos custos de produção.- b) os lucros obtidos neste período com a elevação relativa dos preços dos produtos da terra, podem ter sido retidos pelos grupos monopolistas distribuidores e não chegam / às mãos dos produtores.

Segundo Theodore Schultz²⁵, não há razões básicas que impeçam o setor

25 - Theodore W. Schultz - "A transformação da Agricultura Tradicional", Zahar / 1965, p.17.

agrícola de qualquer país de contribuir substancialmente para o crescimento econômico. Naturalmente, uma agricultura que use apenas os fatores tradicionais não pode fazê-lo, mas uma agricultura modernizada é capaz de dar uma grande contribuição. Já não há mais lugar para dúvidas sobre se a agricultura pode ser um poderoso engenho do crescimento. Mas, para obter esse engenho, é necessário investir na agricultura, e isso não é simples, porque depende muito da forma que tomam os investimentos. Os incentivos para orientar e recompensar os agricultores são um componente crítico. Havendo oportunidades de investimento e incentivos eficientes, os agricultores transformarão areia em ouro. Vai mais além quando afirma / que existe uma base econômica lógica, em razão da qual a agricultura tradicional, empregando apenas os fatores de produção a sua disposição, é incapaz de crescimento, exceto a custo elevado, e que a taxa de giro do investimento nos fatores agrícolas modernos pode ser alta, comparada com os padrões de crescimento antigos. Assim, assume verdadeira importância o que é feito com vista ao desenvolvimento / da agricultura nos países que desejam conseguir o crescimento econômico tão barato quanto possível.

O aumento da renda do setor agrícola nem sempre se reflete em maior investimento, exigido pela melhoria da produtividade da terra. Isto ocorre porque o agricultor comumente não é o proprietário da terra, mas simples arrendatário / que não tem interesse em fazer investimento em propriedade alheia. Por outro lado, quando o produtor é proprietário, prefere, antes de investir em obras de / drenagem, irrigação, combate à erosão ou à acidez, aplicar sua poupança líquida na compra de novas terras, ampliando a extensão de sua fazenda, ou então destiná-la para operações imobiliárias na cidade.²⁶

2.3 - MERCADO INTERNO

Na verdade, dentro da atual estrutura de produção é impossível aumentar a oferta de produtos agrícolas, pois sendo esta oferta superior as "necessidades do mercado" isto levaria os produtores a grandes perdas uma vez que seus produtos

26 - C. R. Viana, obra cit., p. 31.

necessitam de preços mais elevados para cobrirem os custos crescentes.

Dentro da atual estrutura de mercado onde prevalecem as exigências de preços dos grandes grupos intermediários sem nenhum esforço para uma agricultura modernizada e competitiva, qual a situação do operariado brasileiro uma vez que aproximadamente 50 % de seu salário está destinado à aquisição de alimentos, pois se por um lado os salários não cresceram na mesma proporção da inflação, pelo outro os índices de preços dos alimentos superam em muito o índice de custo de vida. Como vimos no item 2.2, são os preços dos alimentos que geram maiores pressões inflacionárias.

A remuneração do fator trabalho, no Brasil, tornou-se cada vez mais defunilada, em virtude dos reajustes salariais bastante restritos para as classes menos favorecidas. Estes reajustes deveriam ser redefinidos por função de renda. Para as remunerações em torno do salário mínimo os reajustes levariam em consideração o aumento dos preços dos produtos e bens de primeira necessidade e não o índice geral de preços, pois estes indivíduos não consomem produtos sofisticados industrializados que em consequência do aumento da produtividade do setor seus preços permanecem relativamente constantes, amenizando, portanto, o crescimento do índice de custo de vida.

Parece-nos que uma maneira eficiente de quantificar o mercado / consumidor interno de um país é através da distribuição de renda. Vamos determinar, percentualmente, o nível de renda das pessoas com até um salário mínimo, mensais, em relação ao total das pessoas empregadas / nos dois setores que melhores remuneram a mão-de-obra no Brasil. Os dados foram extraídos do PNAD e são referentes ao quarto trimestre de 1972 e excetuam-se os Estados do Norte, do Centro-Oeste e Territórios / que ainda não foram cobertos pela pesquisa.

Tabela 2.7

Brasil: - Pessoas empregadas na indústria de transformação e construção civil com até um salário mínimo, mensais, em relação ao total das pessoas empregadas na indústria de transf. e const. civil.-

	I	II	III	IV	V	VI	
Região	GB e RJ	SP	PR, SC, RS	MG e ES	MA, PI, RN, CE, PB, PE, AL, SE, BA.	DF	Total
Pessoas empregadas na indústria de transformação e construção civil com até 1 salário mínimo, mensais.-	14,0%	22,2%	42,2%	42,4%	72,0%	25,8%	35,4%
Totais das pessoas empregadas na indústria de transformação e construção civil.							

Fonte: - Fundação IBGE - PNAD - 4º trimestre/72

Estas seis regiões empregam, nestes dois setores da economia, aproximadamente três milhões e setecentas mil pessoas e, conforme a Tabela 2.7 mais de um terço recebem até um salário mínimo, mensais, ou seja, 35,4 %.

A situação torna-se menos favorável quando levamos em consideração as pessoas empregadas nos diversos setores da economia mais os trabalhadores por conta própria em atividades não-agrícolas em relação ao total das pessoas empregadas mais o total dos trabalhadores por conta própria em atividades não-agrícolas.

Tabela 2.8

Brasil: - Total de pessoas empregadas mais trabalhadores por conta própria em atividades não-agrícolas com até 1 salário mínimo, mensais, em relação ao total de pessoas empregadas mais total dos trabalhadores por conta própria em atividades não-agrícolas.

	I	II	III	IV	V	VI	
Região	GB e RJ	SP	PR, SC, RS	MG e ES	MA, PI, RN, CE, PB, PE, AL, SE, BA.	DF	Total
Pessoas empregadas nos diversos setores da economia + trabalhadores p/conta própria em atividades não-agrícolas com até 1 salário mínimo, mensais.	26,8%	31,0%	48,4%	60,8%	78,6%	22,4%	50,0%
Total das pessoas empregadas + total dos trabalhadores p/conta própria em atividades não-agrícolas.							

Inclui: - Recebendo somente em dinheiro, dinheiro além parte em bens e recebendo somente bens.

Fonte: - Fundação IBGE - PNAD - 4º trimestre/72.

Pela Tabela 2.8 observa-se que 50 % da mão-de-obra empregada e mais aqueles que trabalham por conta própria em atividades não-agrícolas, nas regiões consideradas, recebem até um salário mínimo, mensalmente.²⁷

Estes dados vêm reforçar a nossa tese em relação ao estado da subalimentação da população brasileira e do diminuto mercado interno brasileiro, em termos relativos. Se 50 % do total da mão-de-obra considerada recebe até um salário mínimo, mensalmente, mais grave ainda se torna quando considerarmos o número de dependentes de cada pessoa ocupada com remuneração.

Na Tabela 2.8, estão excluídos mais de quatro milhões de trabalhadores por conta própria em atividades agrícolas devido a inexistência de dados quanto a remuneração. A percentagem dos trabalhadores por conta própria em atividades não-agrícolas com remuneração de até um salário mínimo, mensalmente, em relação ao total dos trabalhadores por conta própria em atividades não-agrícolas, chega a 53 %. Se utilizássemos esta mesma percentagem para os trabalhadores por conta própria em atividades agrícolas com até um salário mínimo, mensalmente, em relação ao total dos trabalhadores em atividades agrícolas, poderíamos afirmar que 51 % da população ocupada com remuneração do país recebem até um salário mínimo, mensais.

Diante deste panorama é difícil acreditar que o coeficiente de elasticidade-renda da demanda para produtos agrícolas seja muito baixo. Segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas²⁸, os coeficientes de elasticidade-renda da demanda para os produtos agrícolas, no meio rural e urbano no Brasil são, respectivamente, 0,40 e 0,55. Utilizando um coeficiente médio de 0,50 que acreditamos estar abaixo da realidade, crescimento de 2,9 % da população e 7,1 % o crescimento da renda per-capita (crescimento razoável dentro de uma distribuição equitativa de renda, uma vez que o PIB esteja crescendo a uma taxa média de 10 %), poderíamos estimar de uma maneira bastante superficial a taxa percentual de crescimento da demanda interna para produtos agrícolas :

$$0,50 \times 10\% = 5\%$$

A esta taxa de 5 % de crescimento da demanda interna de produtos agrícolas poderia ser adicionada também, uma taxa de crescimento proveniente da elasticidade

27 - Estes dados estão bastante próximos da realidade brasileira, pois as áreas incluídas no PNAD representam 91 % da população do país.

28 - Sylvio Wanick Ribeiro - "Desempenho do Setor Agrícola-Década 1960/70" - IPEA 1973 - pp.68-69.

dade-preço da demanda de produtos agrícolas, em virtude de uma relativa queda de / preços destes produtos em consequência do aumento da produtividade do setor.

Parece-nos bastante razoável um crescimento de 7 % da demanda interna para produtos agrícolas obedecida uma política de distribuição de renda e de aumento de produtividade, sem computar aquela parcela correspondente ao processo de / substituição de importação de produtos agrícolas, como no caso do trigo, cuja produção representou 40% do consumo interno, em 1973.²⁹

2.4 - A BAIXA PRODUTIVIDADE DO SETOR AGRÍCOLA E A DETERIORAÇÃO DOS SALÁRIOS

A baixa produtividade do setor agrícola brasileiro é uma realidade incontestável. Como vimos anteriormente, a expansão da oferta de produtos agrícolas / tem se dada a taxas muito baixas não acompanhando nem mesmo o crescimento vegetativo da população. (Tabela 2.2) Este crescimento teria de ser muito elevado , pois além de cobrir a demanda proveniente de crescimento populacional deveria cobrir ainda aquela referente ao grau de subalimentação de grande parte da população, desde que seu preço se compatibilizasse com os baixos níveis de renda das camadas menos favorecidas.

Pelas Tabelas 2.9 e 2.10 podemos comparar a área total com lavouras e o valor real da produção de todas as culturas e verificar que para o período 1959/1963 e 1968/1972 enquanto o valor da produção agrícola cresceu em 30 % a área total incorporada ao cultivo cresceu em 32 %. Esta comparação prova que a relação produto/área tem sido mais ou menos constante; poderíamos afirmar, também, que a relação produto/área é o melhor indicador como medida de índice de produtividade. Enquanto o índice para a área total com lavouras evoluiu de 100 para 132, no período considerado, o índice do valor real da produção de todas as culturas evoluiu de 100 para 130.

29 - Para aquele ano foram consumidas 3,8 milhões de toneladas e a produção interna comercializada totalizou 1,5 milhão de toneladas. - Conjuntura Econômica-FGV, Vol. 28 - n.º 4, abril/74 pp. 78-79.

Tabela 2.9

Brasil: - Área total com lavouras - média móvel

Período	Área total com lavouras	
	1000 ha	Índice (1959/63 = 100)
1959/63	27389	100
1960/64	28556	104
1961/65	29820	109
1962/66	30757	112
1963/67	31610	115
1964/68	32325	118
1965/69	33120	121
1966/70	33768	123
1967/71	34866	127
1968/72	36038	132

Fonte: - Conjuntura Econômica - FGV, Vol. 28, n° 7 - julho/74 p.124.

Tabela 2.10

Brasil: - Valor real da produção de todas as culturas

Período	Todas as lavouras	
	milhões de Cr\$	Índice (1959/63 = 100)
1959/63	6181	100
1960/64	6189	100
1961/65	6427	104
1962/66	6509	105
1963/67	6519	106
1964/68	6722	109
1965/69	7147	116
1966/70	7248	117
1967/71	7659	124
1968/72	8018	130

1 - Deflator utilizado: - Índice geral de preços agrícolas por atacado - Conjuntura Econômica - F.V

Fonte: - Conjuntura Econômica - FGV - vol. 28, n° 7, julho/74, p. 124.

No Brasil, o arroz ocupa, entre todas as lavouras, o primeiro lugar, em relação ao valor da produção, suplantando as culturas do café, milho, da cana, que ocupam o segundo, terceiro e quarto lugares, respectivamente. Com referência a área cultivada, a cultura do arroz só perde o primeiro lugar para a cultura do milho, ocupando a segunda colocação.

No período 1959/63, 3179 mil hectares se destinavam à cultura do arroz, representando 11,6 % da área total cultivada com lavouras. No período 1959/63 à 1968/72 a área destinada ao cultivo do arroz foi ampliada em 49 %, enquanto o valor real de sua produção foi acrescido em apenas 11 %. Lamentavelmente, este é o comportamento do cultivo do mais importante produto agrícola brasileiro, cuja cultura se reveste de caráter prioritário, pois se constitui num alimento básico para o consumo de nossa população.

Tabela 2.11

Brasil: - Área total destinada ao cultivo de arroz e % da área total com lavouras - média móvel

Período	Área com arroz		
	1000 ha	Índice (1959/63 = 100)	Participação % da área total
1959/63	3179	100	11,6
1960/64	3476	109	12,2
1961/65	3806	120	12,8
1962/66	3972	125	12,9
1963/67	4160	131	13,2
1964/68	4308	136	13,2
1965/69	4398	138	13,3
1966/70	4471	141	13,2
1967/71	4623	145	13,2
1968/72	4729	149	13,1

Fonte: - Conjuntura Econômica - FGV - Vol. 28 - nº 7, julho/74, p. 124.

Tabela 2.12

Brasil: Valor real da produção da cultura do arroz e participação % do valor real da produção de todas as culturas - média móvel

<i>Período</i>	<i>milhões de Cr\$¹</i>	<i>Índice</i> <i>(1959/63 = 100)</i>	<i>Participação</i> <i>%</i>
1959/63	891	100	14,4
1960/64	936	105	15,1
1961/65	964	108	15,0
1962/66	993	112	15,2
1963/67	999	112	15,3
1964/68	982	110	14,6
1965/69	976	110	13,6
1966/70	997	112	13,7
1967/71	990	111	12,9
1968/72	993	111	12,4

1 - Deflator utilizado: - Índice geral de preços agrícolas por atacado - Conjuntura Econômica - FGV.

Fonte: - Conjuntura Econômica - FGV - Vol. 28, nº 7, julho/74 - p. 124.

Pela Tabela 2.12, verifica-se a queda percentual do valor da produção de arroz em relação ao valor total da produção agrícola, após um período inicial de ascensão.

O rendimento médio (kg/área) da cultura do arroz no Brasil é muito baixo em relação a diversos países. Este fato ocorre devido a incorporação de novas áreas de menor fertilidade ao processo produtivo. A incorporação de novas áreas menos produtivas é a solução encontrada pelos agricultores brasileiros para ampliação da produção e conseqüentemente geram menor remuneração aos fatores de produção, principalmente a mão-de-obra empregada no cultivo destes produtos.

Tabela 2.13

Brasil: - Rendimento médio da cultura do arroz no Brasil - Kg/ha

Período	Regiões					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1959/63	830	1402	1432	2304	1496	1607
1960/64	823	1394	1405	3225	1514	1605
1961/65	872	1449	1381	2357	1521	1611
1962/66	895	1401	1318	2318	1483	1563
1963/67	925	1366	1295	2301	1496	1548
1964/68	941	1347	1290	2235	1531	1537
1965/69	963	1343	1281	2241	1433	1510
1966/70	972	1282	1275	2274	1357	1485
1967/71	983	1292	1229	2290	1303	1462
1968/72	1009	1283	1248	2347	1241	1471

Fonte: - Conjuntura Econômica - Vol. 28 - nº 7, julho/74, p. 127.

Tabela 2.14

*Rendimento médio da cultura de arroz em alguns países selecionados
kg/ha*

País	1968	1969	1970	1971	1972
Japão	5719	5551	5633	5243	5847
Coreia do Sul	3859	4662	4552	4630	4594
China	2876	2923	3074	3137	3089
Indonésia	1852	1941	2361	2410	2436
Vietnã do Sul	1824	2105	2277	2409	2390

Fonte: - Conjuntura Econômica, vol. 28, nº 7, julho/74 - p.126

Pela comparação entre as Tabelas 2.13 e 2.14, verifica-se que o rendimento médio da cultura do arroz no Brasil é o menor entre os países selecionados com aproximadamente 60 % em relação à Indonésia e o Vietnã do Sul e abaixo de 30 % do rendimento médio do Japão.

Para o terceiro produto de importância em nossa escala de produção a situação é relativamente melhor que a do arroz. O milho apresenta no período 1960/73, evolução de produtividade que pode ser considerada muito baixa, com a produção crescendo em torno de 4,4 % ao ano e a incorporação de novas áreas a uma taxa de crescimento por volta de 4 % e portanto um aumento de produtividade de aproximadamente 0,4 % ao ano.

Na Tabela 2.15 compara-se o rendimento médio do milho (toneladas/ha) entre diversos países, onde o rendimento médio do produto brasileiro aparece numa posição extremamente desvantajosa. Enquanto no período 1961/65 o Brasil apresentava uma produtividade média de 31 % em relação a produtividade média dos Estados Unidos, no período 1971/73 esta relação passou a ser apenas 24 %. Nota-se portanto, o baixo índice de tecnificação da agricultura brasileira com conseqüências desastrosas, sendo a principal delas o enfraquecimento de um potencial mercado consumidor brasileiro constituído de milhões de pessoas.

O Estado de São Paulo tem apresentado produtividade em torno de 2 t/ha e, em regiões tecnologicamente avançadas, com práticas agrícolas e uso de fertilizantes e defensivos, tem-se obtido um rendimento médio de 2,6 t/ha (como o caso de Orlandia e Barretos). Se houvesse uma política bem orientada para aumento da produtividade com o produtor estimulado a alcançar 2 t/ha, a produção brasileira poderia ser aumentada em 46 % com a mesma área cultivada.

Para o trigo, cacau, cana-de-açúcar, batata inglesa, mandioca e banana conseguiu-se aumentar o índice de produtividade destes produtos na década passada passaram por um nível estacionário a produtividade do milho, laranja e amendoim entretanto, para as culturas como café, arroz, feijão e algodão a produtividade caiu. Esses produtos, em conjunto, somam mais de 90 % do valor da produção agrícola total.

Tabela 2.15

Milho: - Principais produtores.-

Países	1961/65		1971		1972		1973	
	Produção (1000t)	Rendimento (t/ha)	Produção (1000t)	Rendimento (t/ha)	Produção (1000t)	Rendimento (t/ha)	Produção (1000t)	Rendimento (t/ha)
USA	95.561	4,16	143.290	5,52	141.053	6,08	144.200	5,79
China	22.756	2,47	30.053	2,83	28.560	2,71	29.750	2,81
Brasil	10.112	1,29	14.307	1,33	14.892	1,44	15.338	1,47
URSS	13.122	2,22	8.597	2,58	9.830	2,45	13.200	2,93
França	2.760	3,01	8.970	5,45	8.190	4,35	10.675	5,48
Argentina	4.984	1,75	9.930	2,44	5.860	1,86	9.650	2,63
México	7.369	1,05	9.302	1,30	9.401	1,33	9.500	1,34
Romenia	5.853	1,76	7.850	2,50	9.817	3,07	9.000	2,72
Iugoslávia	5.618	2,27	7.442	3,06	7.940	3,33	7.800	3,21
África do Sul	5.229	1,24	8.600	1,54	9.630	1,70	4.300	1,07
Total Mundial	216.617	2,17	305.656	2,73	302.854	2,80	313.560	2,85

Fonte: - Conjuntura Econômica, Vol.28 - nº 7, julho/74 p.168.-

Estes dados refletem muito bem a causa da fuga de mão-de-obra do setor agrícola para o setor não-agrícola: baixa remuneração do fator trabalho como consequência da queda da produtividade média do setor. Este afluxo de mão-de-obra para o setor urbano tem provocado declínio na produtividade média do setor serviços. Como a política governamental tem sido voltada para a criação do maior número possível de empregados urbanos, os reajustes salariais nestes últimos 10 anos tem sido inferiores (com exceção de 1975) aos índices inflacionários mais os índices de produtividade provocando uma queda no custo de mão-de-obra³⁰ por volume de produção, concomitantemente a um aumento dos lucros das empresas, ampliando de ma

30 - Para Edmar Lisboa Lacha e outros, no período 1949/69, a expansão do emprego na indústria de transformação foi de 2,7 %. Se não fosse o crescimento dos encargos trabalhistas, o emprego teria crescido a uma taxa de 3,1 % no período. - "Encargos Trabalhistas e Absorção de Mão-de-Obra" - IPEA/INPES, nº 12 - 1972.

neira satisfatória os investimentos no país.

O problema fundamental da economia brasileira é a oferta elástica de emprego em virtude da baixa produtividade da mão-de-obra no setor agrícola. Este / excedente na oferta de emprego tem proporcionado subsídios a uma política de achatamento dos níveis reais salariais para as classes menos favorecidas. Evidentemente, o problema do Brasil diante da modernização para melhoria da produtividade não é de fácil solução, apesar dos mercados interno e externo apresentarem perspectivas crescentes de capacidades de absorção, uma vez que possamos produzir com índices de produtividade em condições competitivas.

Uma comparação entre a evolução histórica dos salários e a evolução do custo de vida nos mostra uma real perda de poder aquisitivo de grande parte da população brasileira. Tal perda de poder aquisitivo gera como consequência o atrofiamiento de um potencial mercado consumidor tanto para produtos agrícolas como para produtos industriais. Com relação aos produtos agrícolas o efeito é duplo: / queda dos salários e aumento excessivo dos preços dos produtos agrícolas devido a redução do índice de produtividade dos alimentos básicos.

Tabela 2.16

Índice de preços por atacado e índice do salário mínimo médio¹
no período 1961 a 1975 (1965/67 = 100)

Ano	Oferta Global			Salário Mínimo Médio
	Geral	Prods. Agrícolas	Prods. Industriais	
1961	9,53	9,56	9,56	11,92
1962	14,6	15,3	13,9	16,4
1963	25,4	25,3	25,3	25,6
1964	48,6	50,5	46,6	49,4
1965	73,5	71,9	75,2	76,2
1966	101	102	99,5	99,3
1967	126	127	125	124
1968	156	149	163	153
1969	188	181	196	180
1970	229	233	229	212
1971	276	292	269	261
1972	327	357	312	312
1973	381	425	358	365
1974	492	550	463	436
1975 (3)	628	681	596	592

1 - Salário mínimo médio correspondente a Guanabara.

2 - A partir de 1962, inclui-se o 13º salário.

3 - Os índices para os meses de novembro e dezembro foram estimados.

Fonte: - Conjuntura Econômica-FGV (Para as três primeiras colunas).

Pela Tabela 2.16, observa-se a disparidade entre o crescimento do salário mínimo médio nominal e o crescimento dos preços dos produtos agrícolas, mostrando a real perda de poder aquisitivo de mais de 50 % da população com atividades remuneradas (conforme item 2.3, aproximadamente 52 % da população / empregada do país, em 1972, recebia uma remuneração de até um salário mínimo, mensais).

Com relação ao preço dos produtos industriais o comportamento foi / mais ou menos semelhante. Na realidade, esta comparação é desprezível pois a parcela da renda desta faixa da população destinada ao consumo de produtos industrializados é irrisória.

2.5 - O MERCADO EXTERNO

A contribuição da agricultura para a expansão total da economia tem sido muito tímida. O principal fator condicionante desta razoável contribuição tem sido a baixa produtividade do setor, tornando nossos produtos poucos / competitivos no mercado internacional. Como foi mostrado em itens anteriores, o fator que determinou o crescimento de nossa produção foi a expansão da fronteira agrícola e incorrendo conseqüentemente, em custos mais elevados de produção. A produção tem aumentado através do crescimento da área plantada e não através de aumentos de rendimentos (produto/área) ou da produtividade de outros fatores. Uma medida aproximada do nível de produtividade do setor agrícola é dada pelo fato de que, em 1970, 44 por cento da população economicamente ativa estavam em atividades do setor primário, porém, geravam apenas 15 por cento³¹ do produto interno bruto.

A predominância de produtos agropecuários no total das exportações / brasileiras é muito forte. Em 1973 esta participação estava em torno de 80%.

Os 13 produtos agrícolas apresentados na Tabela 2.17 contribuíram / em 55,7 % na obtenção de divisas para o ano de 1973. Na referida tabela, comparando-se os valores médios entre os anos 1970 e 1973 nota-se a acentuada alta neste ano, com aumentos de preço por volta de 200 % para os produtos: - soja em grão, óleo de mamona e farelo de soja. Obviamente, tal comportamento / não reflete a tendência a longo prazo do mercado internacional. Os preços de diversos produtos agrícolas muitas vezes aparecem com tendências declinantes e, na realidade, é muito desfavorável para o incremento de nossas exportações uma vez que os custos de nossa produção apresentam tendências crescentes.

31 - Conjuntura Econômica, Vol. 29 - nº 1 - janeiro/75 - p. 73.

Tabela 2.17

Exportações brasileiras dos principais produtos agrícolas.-

Produtos	1964			1967			1970			1973		
	Qtde (t)	Valor ² US\$ 1000	Valor mé- dio (US\$/t)	Qtde (t)	Valor US\$ 1000	Valor mé- dio (US\$/t)	Qtde (t)	Valor US\$ 1000	Valor mé- dio (US\$/t)	Qtde (t)	Valor US\$ 1000	Valor mé- dio (US\$/t)
Açúcar	253.004	33.138	131	1.998.311	80.017	80	1.126.223	126.631	112	2.819.953	558.686	198
Algodão, em rama	217.028	108.259	499	189.442	90.844	480	342.833	154.337	450	282.867	218.068	771
Cacau em amêndoa	74.710	34.816	466	114.351	59.161	517	119.768	77.679	649	82.774	88.522	1.069
Café em grão ¹	14.996	759.703	50.830	16.737	704.725	42.106	16.044	939.266	58.543	17.856	1.244.272	69.684
Castanha do Pará	24.185	10.421	431	19.979	10.129	507	32.267	13.638	423	33.848	22.673	673
Cera de carnaúba	11.088	10.243	924	10.888	7.509	690	13.602	9.585	705	14.150	13.311	941
Erva mate	48.415	7.776	161	24.290	4.984	205	25.830	4.784	185	18.195	3.475	191
Farelo de soja	41.325	2.852	69	122.997	10.023	81	489.191	40.654	83	1.561.863	418.636	268
Fumo	59.794	28.291	473	45.324	20.486	452	54.468	31.591	580	66.602	62.414	937
Manteiga de cacau	10.330	10.846	1.050	20.960	25.062	1.196	19.154	27.966	1.460	24.234	47.656	1.966
Óleo de mamona	111.014	24.435	220	74.648	23.190	311	153.485	38.232	249	132.223	123.337	933
Óleos vegetais	125.395	29.322	234	97.703	29.194	299	216.100	56.548	262	286.331	180.666	631
Soja em grão	-	-	-	304.543	29.243	96	289.623	27.084	94	1.786.139	494.153	277

1 - 1000 sacas

2 - Valor a bordo no Brasil

Fonte: Boletim do Comércio Exterior - Ministério da Fazenda - 1974 - n.º 4.

É interessante notar que embora caindo em termos relativos, o valor total das exportações dos 13 produtos considerados evoluiu de US\$ 1.060 milhões, em 1964 para US\$ 3.456 milhões, em 1973, o que representa um aumento de 226 %.

Em 1973, aproximadamente, 58 % da receita de exportação do país foram gerados pela venda de produtos das lavouras. Em 1972, essa contribuição foi ligeiramente maior (59 %). Assim, o esforço governamental para ampliar as exportações tem recaído, em maior proporção sobre produtos agrícolas, que vem respondendo razoavelmente devido aos estímulos dos preços. O acréscimo da receita cambial, em 1973, relativamente a 1972, foi da ordem de US\$ 2.207 milhões, sendo que somente os produtos agrícolas contribuíram em mais de 50 % deste acréscimo. Realça o fato de que esse aumento da receita cambial foi determinado em maior parte por uma alta de preços, pois os acréscimos de quantidade no total geral exportado foi de aproximadamente 40 % e na parcela relativa aos produtos agrícolas a apenas 11 %.

Para as importações, o produto agrícola mais importante continua ainda o trigo. Em 1964 foram importadas 2.609.016 toneladas e em 1973, 2.944.628.

Os dados disponíveis do consumo total de trigo no Brasil mostram que em 1973 houve um acréscimo de 12 % sobre o ano anterior, enquanto que, desde 1969, a média mensal deste aumento oscilava entre 4,5 % e 5,5 %. O total consumido em 1973 foi de 3.800 mil toneladas.³²

Somente os produtos apresentados na Tabela 2.18 representaram 7,3 % das importações do Brasil em 1973, sem mencionar outros produtos agropecuários dos quais o Brasil é tradicional importador: óleos e gorduras de origem animal e vegetal, leite em pó, bacalhau e demais importações esporádicas na ocorrência de escassez no mercado interno: feijão, arroz, carne, etc..

32 - Conjuntura Econômica, Vol. 28 - nº 4, abril/74 - p. 78.

Tabela 2.18

*Quantidade e valor dos principais produtos agrícolas importados pelo Brasil
(Quantidade em toneladas e valor CIF em US\$ 1000)*

<i>Produtos</i>	<i>1964</i>	<i>1965</i>	<i>1966</i>	<i>1967</i>	<i>1968</i>	<i>1969</i>	<i>1970</i>	<i>1971</i>	<i>1972</i>	<i>1973</i>
<u>Trigo em grão</u>										
<i>Valor</i>	209,560	135,899	167.771	178.107	181.678	160.637	127.236	124.450	141.168	376.658
<i>Qtde.</i>	2.609.016	1.876.292	2.380.659	2.428.872	2.614.303	2.346.240	1.957.827	1.710.521	1.796.757	2.944.628
<u>Maçãs, peras e uvas</u>										
<i>Valor</i>	11.476	11.921	14,692	23.401	31.645	34.607	36,168	37.664	38.171	51.436
<i>Qtde.</i>	49.035	67.690	69.993	109.283	138.215	141.425	138.670	148.608	160.324	106.000
<u>Malte de qualquer cereal</u>										
<i>Valor</i>	8.761	7,974	11.125	10,647	8,032	10.506	12,146	16.211	19,154	23.337
<i>Qtde.</i>	49.251	45.407	63.133	59.880	47.597	71.361	86.884	105.797	110.152	126.097

Fonte: - Boletim do Comércio Exterior - Ministério da Fazenda - 1974 - nº 4 -

2.6 - A ESTRUTURA AGRÁRIA

Estamos interessados em estabelecer uma relação entre a estrutura agrária e o problema do desemprego e subemprego na zona rural. Vamos verificar que os problemas de desemprego e subemprego estão intimamente relacionados com a distribuição da terra. O subemprego é ocasionado pelo excedente de mão-de-obra em relação a terra existente conduzindo grande parte destes trabalhadores a uma produtividade marginal igual a zero. Por outro lado, o desemprego é gerado em consequência da excessiva concentração de terra, cujos proprietários não oferecem oportunidades de emprego a grande parte da população.

Uma comparação entre os censos de 1950 e 1970 nos mostra razoáveis transformações ocorridas na estrutura agrária brasileira. Em 1950, os estabelecimentos com menos de 10 ha representavam 34,5 % dos estabelecimentos totais. Para 1970, esta participação passou a representar 51,2 % dos estabelecimentos e com área ocupada de apenas 3 %.³³ "Partindo da hipótese de que / em geral os estabelecimentos agrícolas, para alcançarem boa produtividade, não devem ser menores do que 50 hectares e maiores do que 1000 ha - hipótese essa conservadora, dada a latitude do intervalo entre os dois limites" ³⁴ - temos que, atualmente, aproximadamente 81 % dos estabelecimentos agrícolas brasileiros e 54 % de toda a área coberta por estabelecimentos agrícolas no país estão fora desses limites, conforme se pode verificar pela Tabela 2.19 .

33 - Rodolfo Hoffmann, com respeito a concentração da posse da terra no Brasil conclui que: "o índice de Lorenz da concentração da posse da terra no Brasil, tem-se mantido, de 1920 a 1967, ao redor de 0,84. Não há, portanto, / tendência para diminuir ou aumentar a concentração da posse da terra, no país. Este resultado mostra que não podemos esperar que a estrutura agrária brasileira se torne mais igualitária sem uma reforma agrária," em, "Contribuição à Análise da Distribuição da Renda e da Posse da Terra no Brasil" - Tese apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz, da USP-Piracicaba - 1971 :-

34 - Luiz Carlos Bresser Pereira - "Problemas da Agricultura Brasileira e suas Causas" - Journal of Inter - American Studies - Vol. VI - nº 1 - Janeiro/64 - p.51 . - Achamos bastante aleatório este limite de área dos estabelecimentos agrícolas proposto pelo prof. Bresser, pois a eficiência da empresa agrícola está associada a diversos fatores: tamanho da empresa, especialização agrícola, posse da terra, nível educacional do empresário e localização da propriedade. Em consequência destas variáveis torna-se difícil afirmar, categoricamente, o tamanho ótimo da propriedade. Deve-se realizar estudos, a nível regional, com o objetivo de verificar que tipo de empresa agrícola, conforme a área, está utilizando de forma mais adequada os recursos produtivos, do ponto de vista social.

Tabela 2.19

Brasil: - Evolução da estrutura da propriedade rural (%)

<i>Grupos de área</i>	<i>Estabelecimentos</i>		<i>Área ocupada pelos Estabelecimentos</i>	
	<i>1950(1)</i>	<i>1970(2)</i>	<i>1950(1)</i>	<i>1970(2)</i>
<i>Menos de 10 ha</i>	34,5	51,2	1,3	3,0
<i>De 10 ha a menos de 100 ha</i>	50,9	39,3	15,3	20,5
<i>De 100 ha a menos de 1.000 ha</i>	13,0	8,5	32,6	37,2
<i>De 1.000 ha a menos de 10.000 ha</i>	1,5	0,7	31,4	27,5
<i>10.000 ha e mais</i>	0,1	0,3	19,4	11,8
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: - 1) - Luiz Carlos Bresser Pereira, obra cit., p.50.-

2) - Fundação IBGE.-

Se considerarmos como latifúndios os estabelecimentos com área superior a 10.000 ha, temos que sendo detentores de apenas 0,3 % dos estabelecimentos totais são responsáveis por 11,8 % da área total. Apesar de ter havido uma "desconcentração", no período considerado, para estabelecimentos com mais de 1.000 ha (caindo de 50,8 % para 39,3 % da área ocupada), por outro lado houve uma "super concentração" para estabelecimentos com menos de 10 ha (passavam de 34,5 % para 51,2 % do total dos estabelecimentos e a área evoluiu / de 1,3 % para 3,0 %).

Pode-se comprovar a baixa utilização das terras das grandes propriedades pela comparação entre a área total que elas ocupam e o número de pessoas que empregam. A comparação entre as décadas de 50 e 70 vai revelar também que a participação relativa do pessoal ocupado caiu de 6,7% para 3 % nos estabelecimentos com mais de 1.000 ha e aumentou assustadoramente para os estabelecimentos com área inferior a 10 ha.

Tabela 2.20

Brasil: - Pessoal ocupado na agricultura e área ocupada (%)

Grupos de propriedades	Pessoal Ocupado		Área ocupada por estabelecimentos	
	1950(1)	1970(2)	1950(1)	1970(2)
Menos de 10 ha	22,6	40,0	1,3	3,0
10 ha a menos de 100 ha	46,8	42,6	15,3	20,5
100 ha a menos de 1.000 ha	23,9	14,4	32,6	37,2
1.000 ha a menos de 10.000 ha	5,9	2,7	31,4	27,5
10.000 ha e mais	0,8	0,3	19,4	11,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: 1) - Luiz Carlos Bresser Pereira, obra cit., p.53.-

2) - Fundação IBGE.-

A queda relativa do pessoal ocupado pertence a todos os estabelecimentos com área superior a 10 ha. Enquanto estes estabelecimentos, em 1950, absorviam 77,4 % do pessoal ocupado, em 1970, passaram a absorver somente 60 % (Tabela 2.20) e com participação de 82,4 % da área das lavouras (permanentes e temporárias). Um fator que tem contribuído bastante para esta acelerada queda percentual na absorção de mão-de-obra pelo setor é a intensiva utilização de capital substitutivo da mão-de-obra.

Estas comparações indicam-nos que a concentração da propriedade da terra numa economia em que o setor agrícola assume caráter importante na participação do emprego total da economia arrasta a concentração de renda e marginaliza / (desemprega ou subemprega) grande parte da população economicamente ativa.

Diante deste panorama, "as alternativas que se apresentam ao trabalhador livre / são integrar-se numa empresa agro-mercantil sob uma das múltiplas formas de relação de trabalho - como morador, foneiro, rendeiro, arrendatário, trabalhador assalariado, colono, etc. - as quais refletem as metamorfoses da grande propriedade em seu esforço para preservar o monopólio da propriedade fundiária, ou abrir uma roça por conta própria em terras de pequeno valor comercial. Como o homem / que pratica agricultura tropical a nível técnico rudimentar e baixa capitalização será necessariamente um agricultor itinerante, serão as precárias condições

da vida do roceiro itinerante, em terras marginais, que determinarão o "preço de oferta" da mão-de-obra rural".³⁵

Uma análise setorial da concentração da posse da terra no Brasil vai / nos indicar características próprias nas diversas regiões. Observa-se que ela é maior nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e menor nas regiões Leste e / Sul. Sendo esta análise feita por unidades da Federação, verifica-se que os Estados de Espírito Santo e Santa Catarina se destacam por apresentar níveis relativamente baixos.³⁶

A estrutura da propriedade da terra no Brasil é sensivelmente desigual, com uma estrutura de impostos que, em vez de progressiva (aumentando na medida / do tamanho da terra e das posses de seus proprietários), como seria justo espe- / rar, é regressiva. Os dois impostos de incidência direta sobre a terra (Imposto Territorial Rural e Taxa de Serviços Cobrada pelo INCRA) contribuem muito para a regressividade global. A taxa do INCRA para as propriedades de menos de uma / hectare é vinte vezes superior por hectare do que nas propriedades de mil a dois mil hectares. Por outro lado, o Imposto Territorial Rural tem menos peso neste sentido do que a taxa de serviços, pois as propriedades de um a dois hectares pa- / gam oito vezes mais ITR por unidade do que as propriedades com mais de duzentos hectares.³⁷

35 - Celso Furtado - "Análise do Modelo Brasileiro", pp.106-7.-

36 - Rodolfo Hoffmann, obra cit.

37 - Maria Cristina Tavares " Imposto Rural, a justificação", jornal "Opinião" - 5/9/75, p.8 - Este trabalho comenta uma pesquisa realizada em Caruaru-PE por técnicos do Ministério da agricultura e do Instituto de Pesquisas Econômicas de São Paulo, com a participação dos professores Douglas Young e Kenton Corum, da Universidade de Oregon, sobre a estrutura de impostos na propriedade rural.

CAPÍTULO III

O CRESCIMENTO DA DEMANDA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS E SUA VIABILIDADE

3.1 - MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

A nossa tese central é de que dado o baixo desempenho do setor industrial como absorvedor de mão-de-obra no decorrer do período do Processo de Substituição de Importações e durante o período de acelerada industrialização (a partir de 1967), torna-se necessário uma política de emprego objetivando eliminar as distorções³⁸ criadas pelo "modelo de desenvolvimento econômico brasileiro". Uma vez que a maior percentagem da população economicamente ativa do Brasil se encontra no setor agrícola, pertence a este setor a responsabilidade de dar os primeiros passos no sentido de eliminar as distorções verificadas.

Não se trata, obviamente, de canalizar o excedente de mão-de-obra / dos centros urbanos para o setor rural. A palavra "absorvedor" está sendo / empregada no sentido de proporcionar ao setor agrícola condições de reduzir , de maneira acentuada, o expressivo movimento migratório em direção aos centros urbanos verificado nas últimas décadas, através de aumento da produtividade, e consequentemente, melhor remuneração à mão-de-obra empregada no setor. Por pressuposto, não se pode deixar de lado o progresso tecnológico e um elevado / índice de modernização será necessário, procurando conciliar os interesses individuais dos agricultores com as necessidades da comunidade seguindo uma política mais seletiva e oportuna de mecanização e aplicando programas de incremento do emprego a nível regional.

Apesar do Brasil contar com mais de 40 % de sua população no setor / rural, não significa que toda aquela população esteja empregada de forma produtiva e integrada no sistema de mercado. A economia de subsistência ainda assume proporções consideráveis, notadamente nos Estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste. A situação torna-se mais crítica quando notamos que tem aumentado consideravelmente tanto a existência de maquinárias e de outros tipos de equipamentos como seu grau de utilização indiscriminada na agricultura, fazem-

³⁸ - Estas distorções referem-se ao desemprego, a perda de poder aquisitivo / por grande parte da população ocupada do país e o consequente aumento no / grau de concentração de renda pela minoria, citadas em itens anteriores.

do com que o setor continue a desempenhar seu papel histórico de liberador da mão-de-obra.

A característica histórica do comportamento do setor agrícola tem sido a da incorporação de novas terras, inclusive menos férteis, ao processo produtivo e pela necessidade de maiores investimentos à incorporação destas terras para prepará-las de forma razoavelmente produtivas, elevando, em consequência, os custos de produção e comercialização dos produtos. Além do mais, os investimentos em máquinas e equipamentos pelo setor tem se tornado cada vez mais sensíveis e a mão-de-obra liberada pela agricultura não tem encontrado ocupação satisfatória nas atividades absorventes dos centros urbanos, o que tende a agravar a situação social da população urbana marginal.

Ao efetuarmos investimentos de capital, mecanizando as tarefas agrícolas e eliminando a mão-de-obra, e o pessoal assim liberado não encontrando ocupação nas atividades absorventes, estamos desperdiçando o escasso capital da coletividade, e aumentando os custos fixos do setor. Deve-se levar em conta que modernização é diferente de mecanização; enquanto a primeira visa aumento na produção, a segunda visa a substituição do fator de produção trabalho; a primeira implica num aumento da relação produto/terra e a segunda implica num aumento da relação produto/homem, sendo que ambas as implicações são distintas. A escolha dos métodos para aumentar a produtividade não deve ser deixada exclusivamente ao jogo dos interesses particulares, quando a capacidade absorvedora de mão-de-obra do setor não agrícola é insuficiente, conforme o fator prevalente no Brasil. É necessário, portanto, dar preferência aquelas formas de tecnologia que elevem a produtividade e consequente aumento da renda do setor através da utilização intensiva de mão-de-obra, do que fazer através de investimentos poupadores de mão-de-obra.

O descompasso entre o desenvolvimento econômico brasileiro e a taxa de absorção de mão-de-obra pelo setor secundário é sensível. Este descompasso é característica da utilização de diversos níveis tecnológicos entre setores; esta ausência de uniformidade nos níveis tecnológicos verifica-se até no mesmo setor como é o caso da agricultura brasileira. Temos regiões agrícolas empregando alto nível tecnológico, adotando técnicas modernas recomendadas pelos centros de experimentação e pesquisa, incluindo-se desde as máquinas mais avançadas tecnicamente até adubos químicos e demais insumos que caracterizam a agricultura

moderna, e temos também, agricultores utilizando técnicas produtivas das mais rudimentares, tão rudimentares em que a adição de mais um fator de produção (o trabalho) conduz a uma produtividade marginal zero. É o típico caso de uma agricultura de subsistência.

Muitos estudiosos são unânimes na afirmação de que o setor agrícola ao se modernizar transforma-se em um setor altamente desempregador de mão-de-obra.³⁹ Para nós a tão discutida incompatibilidade entre a modernização do setor agrícola e a absorção de mão-de-obra não existe, podendo estes dois fenômenos coexistirem, desde que a estratégia de modernização seja convenientemente aplicada. Normalmente, costuma-se analisar a questão sob o prisma da incompatibilidade, considerando-se a inelasticidade-preço da demanda de produtos agrícolas, principalmente alimentos. Afirma-se também que a demanda por alimentos crescerá a ritmo menor que a renda das famílias. Não seria então o aumento da renda ou a baixa dos preços que as levariam a consumir mais. É possível no entanto que, com a baixa dos preços dos alimentos, houvesse uma melhoria no padrão alimentar. Acontece que a baixa de preços seria sempre mais que proporcional ao aumento da quantidade consumida, resultando em redução nos gastos das famílias com alimentação e menor renda para o produtor rural. Para que o produtor não fosse prejudicado seria necessário então que o aumento da produção decompensasse de acréscimos de produtividade sempre superiores à redução dos preços dos produtos. Haveria, portanto, a necessidade de modernização dos métodos produtivos para suplantarem o decréscimo de preços ocasionado por aumentos da quantidade produzida. Mas, com o aumento da produtividade, deveria diminuir o uso dos fatores terra e mão-de-obra na área rural, do contrário haveria superprodução. Mas a redução do emprego na área rural agravaria o já sério problema de desemprego. Seria necessário que, simultaneamente à modernização da agricultura se acelerasse a taxa de absorção de mão-de-obra na área urbana.

39 - "A renda real da sociedade, por conseguinte, depende, em grande parte, da produtividade da agricultura - não importa quão produtivas as técnicas industriais, se a sociedade não puder liberar gente da produção de alimentos, não será capaz de ter uma grande produção industrial" - Kenneth E. Boulding em "Princípios de Política Económica" - Mestre Jou, 1967.

No caso do Brasil, esta política seria altamente desfavorável, pois além de contarmos com 44 % de nossa população no setor rural, os centros urbanos contam com elevadas taxas de subemprego e desemprego e consequente marginalização e grande deveria ser a sua redução para alcançar a proporção que prevalece nos países desenvolvidos.

Quanto a questão de limitações impostas pelas condições de demanda, deve-se notar que a produção agrícola compreende tanto produtos alimentares como bens de consumo industrial, o que implica em que pelo menos para estes últimos, as perspectivas sobre elasticidade renda e preço pouco ou nada tem a ver com as limitações ditas anteriormente. Mesmo para produtos alimentares as limitações expostas representam uma simplificação da realidade, pois a análise corrente procura determinar as taxas ótimas de crescimento global da produção de alimentos, não se preocupando com a particularização das projeções para os diversos produtos e nem com os fatos de que no Brasil existe um potencial mercado consumidor interno, cujas limitações são impostas por uma distribuição de sinal de renda e, também, por ser o Brasil um pequeno exportador salvo no caso de dois ou três produtos agrícolas. Considerando-se apenas as possibilidades globais de colocação da produção ao invés da análise por produtos, a fixação de taxas ótimas de crescimento da produção agrícola implica na manutenção da estrutura corrente da produção de alimentos, estrutura esta que pode ser altamente inadequada.

Deve-se considerar ainda, especialmente no caso de produtos alimentares básicos, que a baixa produtividade do setor implica numa pequena retenção da produção pelos agricultores para efeito de consumo na área rural. Uma maior retenção da produção significa em termos práticos abdicação quase completa de consumo de outros bens (vestuário, alimentação, medicamentos, etc...). Um acelerado crescimento da produtividade e da produção por estes produtores não significaria necessariamente igual crescimento da oferta de produtos, mas sim elevação da retenção da produção para consumo próprio e, por conseguinte, elevação dos índices nutricionais na alimentação do homem rural. Partindo-se de uma análise produto por produto é bem possível que se chegasse à conclusão que a capacidade de absorção de produtos agrícolas pelo mercado poderia ser bem mais elevada do que a tradicionalmente considerada.

O acelerado crescimento da produtividade poderá proporcionar empregos mais produtivos à população e, através do aumento da produtividade do se -

tor conseguir-se reduções reais nos preços dos alimentos. O aumento da produção seria absorvido pela expansão de nossas exportações e pelo aumento do consumo interno mediante as elasticidades preço e renda da demanda destes produtos. O aumento do consumo através da elasticidade-preço da demanda seria devolver ao trabalhador brasileiro a sua capacidade anterior de poder aquisitivo deteriorada em consequência da liderança dos preços dos produtos agrícolas na corrida inflacionária. Este efeito passaria a funcionar como agente distribuidor, pois iria beneficiar aquela faixa de população de menor poder aquisitivo. O efeito elasticidade-renda da demanda de produtos agrícolas deverá ocorrer num estágio mais avançado, uma vez que toda a população economicamente ativa esteja empregada de forma produtiva a escassez de mão-de-obra deverá se generalizar e, em consequência, os salários reais deverão aumentar, forçando a abertura do mercado consumidor interno não somente para produtos agrícolas como também para produtos industrializados.

"Elevar a produtividade do trabalhador rural sem reduzir o emprego significa evidentemente intensificar o crescimento da produção agrícola. Quando se coloca esta questão, levanta-se imediatamente a dúvida sobre a capacidade de absorção dos mercados. Não se deve esquecer, entretanto, que, se o aumento da produtividade é acompanhado de uma redistribuição de renda agrícola em benefício da massa rural, o consumo adicional desta absorverá parte significativa do aumento da produção. (A experiência de países que têm realizado reformas agrárias indica que esse aumento de consumo dos produtos agrícolas nas zonas rurais pode ser considerável. O que importa no caso é ligar esse aumento do consumo ao incremento da produtividade e a melhoras qualitativas no fator humano). Contudo, nunca se insistirá demais sobre o fato de que a reconstrução do setor agrícola só é viável se o setor urbano estiver em rápida expansão. No Brasil essa expansão deveria ser acompanhada de um aumento relativo de massa salarial dos grupos de baixas rendas. (Trata-se de redistribuição de renda dentro do setor urbano, não devendo portanto afetar os termos de intercâmbio do setor agrícola). Por último, caberia considerar a possibilidade de exportações subsidiadas de certos produtos, a fim de regularizar o escoamento das safras e evitar a deterioração ocasional dos preços relativos do setor agrícola".⁴⁰

40 - Celso Furtado - "Análise do Modelo Brasileiro". - Civilização Brasileira - 1972 - p.121.

A argumentação normal admite adicionalmente que modernização é praticamente sinônimo de mecanização em detrimento do nível de emprêgo. Mas, na verdade, modernização significa utilização de técnicas produtivas mais eficientes que a tradicional, tais como: uso de fertilizantes e defensivos, uso de sementes selecionadas e geneticamente preparadas às características ecológicas das diversas regiões, uso intensivo e não extensivo da terra, etc.. Ainda, a mecanização poupadora de mão-de-obra não é aplicável a qualquer tipo de cultura agrícola, seja pela natureza do produto, seja pela natureza do terreno. A mecanização, quando poupadora de mão-de-obra, deveria ser adotada justamente naquelas regiões em que a mão-de-obra tende a ser escassa e não abundante, o que significa que sua adoção é, antes de tudo, função da necessidade de preencher com máquinas a falta de mão-de-obra.

A utilização de inovações técnicas na agricultura está ligada à utilização de capital no setor. Somente através de inversões de capital se pode melhorar a produtividade do setor agrícola, dependendo essa melhoria do nível de técnica que está associada a cada tipo de inversão.

Estevam Strauss ^{4/}, técnico das Nações Unidas, classifica as inversões na agricultura em três grupos:

- 1 - inversões sociais em educação, capacitação e pesquisas. Tais inversões melhoram a produtividade do setor agrícola através de educação e da aprendizagem do agricultor - que terá assim condições de utilizar mais / racionalmente os recursos disponíveis - da organização mais eficiente da produção, da rotação de solos e culturas etc..
- 2 - inversões em fertilizantes, inseticidas, sementes selecionadas etc..
- 3 - inversões em bens de produção, tais como arados, tratores, obras de irrigação, drenagem, cercas etc..

Dos três grupos, o primeiro não implica em maiores gastos diretos dos agricultores - pois, na maioria dos casos, as inversões sociais estão nas mãos do Estado, enquanto os outros dois tipos derivam de gastos diretos efetuados pelos agricultores. A intensidade dos gastos em tais tipos de inversões é que irá determinar o grau de utilização de inovações tecnológicas na agricultura.

4/ - Estevam Strauss, "Metodología de Evaluación de los Recursos Naturales" - Antecipos de Investigacion - 1969 (Cuadernos Del ILPES, série 11, nº 4).

É preciso verificar atentamente os efeitos que poderá ter sobre a produção agrícola a utilização de cada um desses dois últimos tipos de tecnologia, a fim de bem percebermos os tipos de limitações que deverão ser impostas à utilização generalizada de cada uma delas.

Basicamente, o primeiro tipo de técnica, ou seja - os investimentos / em sementes selecionadas, fertilizantes, inseticidas, etc. - tende melhorar o / rendimento da terra, sem, entretanto, deslocar os empregados. São técnicas que visam ao aumento da produtividade da terra.

O segundo tipo - investimentos em bens de produção (como tratores, máquinas agrícolas, arados, ceifadeiras, etc.) tem o poder de substituir mão-de-obra: são técnicas desenvolvidas com essa finalidade em centros onde existem problemas de suprimento adequado de trabalhadores. São técnicas mecânicas que exigem grande dispendio em capital fixo e que aumentam consideravelmente os custos fixos do setor.

Com isso, é possível classificar esses dois tipos de técnicas como / poupadoras de mão-de-obra e poupadoras de terra.

As tecnologias poupadoras de mão-de-obra afetam a produtividade dessa mão-de-obra ao nível de empresa agrícola, fazendo com que o custo da mão-de-obra no custo total de produção, do ponto de vista do empresário, se reduza. No entanto, é preciso ter em conta que, em condições de oferta abundante de mão-de-obra, em nada contribui para o aumento da produtividade social: reduzindo o emprego global sem aumentar a produção, mantém nos mesmos níveis anteriores a produção per capita do total da população. Por outro lado, ainda do ponto de / vista da economia como um todo, não existe uma redução real de custo, pois o custo de oportunidade de emprego da mão-de-obra que se encontra desocupada no campo é nulo. Dessa forma, quando se desloca mão-de-obra empregada na agricultura, substitui-se mão-de-obra de baixo custo, sem especialização e abundante, pela mão-de-obra de custo mais elevado e especializada incorporada a tais equipamentos. Se for considerado que mão-de-obra especializada é fator escasso nas economias subdesenvolvidas, cair-se-ia no paradoxo de substituir fatores abundantes por fatores escassos.⁴²

42 - Luiz Augusto de Queiros Ablas - "A Capitalização do Setor Agrícola Paulista e o Desemprego de Mão-de-Obra" - RAE, Vol. 11 - nº 2, abril/junho 1971.

Sempre que a modernização implicar no uso de fertilizantes, sementes selecionadas, etc., ao contrário de gerar desemprego, sua adoção implica na necessidade de maior absorção de mão-de-obra em todas as fases da cultura - do / preparo da terra ao acondicionamento da colheita. Isto se dá pelo fato de ser necessário certa quantidade de homens para operar as máquinas polvilhadeiras de inseticidas, espalhar o adubo, efetuar o plantio com as sementes selecionadas etc..

O alcance de elevados índices de produtividade no setor agrícola não está necessariamente condicionado a qualquer regra de proporcionalidade entre população total e população rural de uma região. O uso indiscriminado de uma tecnologia intensiva de capital leva a um falso aumento de produtividade: ele va-se a produção por homem e deve-se lembrar que foi adicionado ao processo / produtivo outro fator de produção (capital). Na realidade, a utilização desta tecnologia está conduzindo a uma substituição de fator de produção mão-de-obra pelo capital. Este aumento da produtividade de mão-de-obra em função da substituição de fator de produção não traz "consideráveis" aumentos de salários, u ma vez que se mantém no sistema oferta elástica de mão-de-obra. O aumento da produtividade deve ser visto sob a crescente relação produto/área. O aumento desta relação reflete o grau de modernização da agricultura.

O aumento da relação produto/área depende fundamentalmente de variáveis como qualidades de sementes, utilização de fertilizantes, grau de educação da mão-de-obra empregada no setor agrícola, irrigação etc.. O incremento na relação área/homem empregado depende fundamentalmente da mecanização agrícola. Se se eleva o grau de mecanização da economia não significa, necessariamente, que haverá um incremento na relação produto/área, por ser esta relação muito pouco sensível ao nível de mecanização. Em resumo, teríamos duas formas de elevar a produção por homem, dependendo da tecnologia que se utiliza. Ou investir em tecnologia que aumente a produção por unidade/área (sementes, fertilizantes, educação, irrigação, etc.), ou investir em mecanização na agricultura, fazendo com que cada homem cultive uma quantidade de terra maior ainda / que a produtividade por hectare não cresça.

A utilização de uma ou outra tecnologia depende da disponibilidade / relativa dos fatores utilizados no processo produtivo. Basicamente, vamos encontrar dois fatores que ditam a tecnologia a ser utilizada. Muitos dos países que possuem uma alta relação produto/área são países que tem a terra como fa -

tor extritamente escasso, como Japão, China e Coreia e por outro lado, com uma abundância relativa de mão-de-obra bastante grande. Esses países tiveram que desenvolver tecnologia de aumento da produção agrícola que utilizasse um fator abundante que seria a mão-de-obra e poupasse o fator escasso que seria o fator terra. A tecnologia que foi induzida para poder aumentar a produtividade da agricultura nesses países foi exatamente a tecnologia poupadora de terra.

No entanto temos países como Estados Unidos, Nova Zelândia, Austrália onde existe uma abundância relativa de terra e uma escassez relativa de / mão-de-obra, alcançando nível de mecanização bastante elevado.⁴³ Apesar de / serem países com abundância relativa de terra, possuem alta relação produto/área.⁴⁴

O desenvolvimento tecnológico para a agricultura, não somente a brasileira, deve ser aquele que vise aumento da relação produto/área. A acentuada expansão da fronteira agrícola conduz a uma produtividade marginal muito / baixa e conseqüente baixa remuneração ao fator trabalho. O problema cruciante

43 - Para Hayami e Ruttan a pesquisa agrícola é uma atividade induzida pelas / forças sociais e econômicas; a pesquisa seria induzida pelo preço relativo dos fatores de produção e por um processo dialético da pressão dos agricultores sobre os pesquisadores. Esse sistema de forças seria, assim, responsável pelo volume e pelo tipo de tecnologia produzida como resposta aos preços dos fatores. Para os autores, a elevação substancial do preço e a dramática escassez de terra no Japão, induziu o sistema de pesquisa agrícola / japonês a gerar tecnologias químicas e biológicas cujo impacto fundamental foi aumentar a produtividade da terra. As primeiras inovações naquele país se concentraram na descoberta de variedades de culturas de alta produtividade. No outro extremo os autores colocam as tecnologias mecânicas geradas nos USA como resposta ao elevado custo de mão-de-obra e que trouxeram / como resultado, um sensível aumento da produtividade do trabalho. (Hayami e Ruttan, *Agricultural Development : an International Perspective* - The John Hopkins Press, 1971).-

44 - "O sucesso da produção agrícola dos Estados Unidos é dramatizado pelos excedentes, pelas exportações extraordinariamente volumosas e por todas espécies de programas públicos para reduzir a produção. Mesmo assim, a produção agrícola aumentou 56 % entre 1940 e 1961, enquanto a terra cultivada diminuiu de 10 % (36 milhões de acres a menos!) e a força de trabalho empregada no campo diminuiu de cerca de dois quintos. A produtividade do trabalho na agricultura, em consequência, aumentou numa razão quase três vezes superior a do trabalho na indústria". Theodore W. Schultz, "A Transformação da Agricultura Tradicional" - p.32.-

da agricultura brasileira é sua baixa produtividade. (Item 2.4)

É ilusório argumentar que existe no Brasil uma relativa abundância de terra fértil. A escassez relativa de terra começou a se generalizar na década passada e a prova desta generalização são os consideráveis aumentos de preço nos últimos anos (Item 2.1). As terras de boa qualidade e de fácil acesso estão ocupadas e a pressão para a ocupação de novas áreas menos férteis e com menor produtividade é uma realidade.

A difusão e a adoção de tecnologia moderna dependem de uma série de fatores: facilidade de crédito, capacidade gerencial dos empresários agrícolas e disponibilidade de conhecimentos técnicos e de recursos materiais dos agricultores. São estes fatores imprescindíveis ao processo de modernização da agricultura de qualquer país em fase de desenvolvimento. Quais os canais que deverão / ser utilizados pelo governo no sentido de eliminar estas barreiras? Evidentemente, só poderão ser eliminadas através da utilização intensiva e eficiente / dos institutos de pesquisas (como: orientação técnica, suprimento de bens de / produção, prestação de serviços, fiscalização e controle), crédito agrícola, assistência, educação, etc..

A modernização da agricultura pode constituir-se num instrumental extremamente valioso no sentido de corrigir os desequilíbrios regionais e promover um desenvolvimento econômico harmônico. Deve funcionar, também, como instrumental valioso na distribuição de renda com conseqüente incorporação ao mercado interno consumidor do homem do campo, hoje marginalizado do processo de desenvolvimento econômico, pois um setor agrícola forte será capaz de formar a base para o crescimento auto-sustentável pela indução a um grande segmento da indústria que lhe supra as necessidades de bens de produção e insumos às indústrias de bens de consumo para que forneçam à população rural as utilidades que se tornam indispensáveis no nosso tempo. Para que se possa alcançar este objetivo, há necessidade de aumento da produção através do aumento de produtividade, que poderá ser alcançada com a modernização dos meios e instrumento de produção. Quanto maior a produtividade do setor, maior será o poder aquisitivo, maior o mercado para os produtos não-agrícolas, maior a taxa de crescimento do emprego urbano.

3.2 - O MERCADO EXTERNO

A dinamização da exportação dos produtos agrícolas não está simplesmente condicionada a uma eficiente política interna de produção. Deve-se levar em consideração vários fatores da conjuntura internacional, tais como: imperfeições do mercado internacional, restrições tarifárias, acordos bilaterais etc.. Provavelmente, deve ser ainda uma política orientada para cada tipo de produto exportado. Contudo, a situação internacional não parece apresentar um panorama tão desalentador, principalmente nos últimos anos em que a escassez / de alimentos tem tomado proporções consideráveis. Além do mais, algumas estimativas de funções de demanda de diversos produtos,⁴⁵ (milho, soja, arroz, cacau, frutas etc. e seus derivados) garantem absorção de importações crescentes para diversos países principalmente, se atentarmos para o fato de que nossa / participação no mercado internacional destes produtos é muito pequena. A pauta de exportações poderia ser amplamente diversificada, levando-se em consideração as perspectivas favoráveis da demanda destes produtos.

Verdadeiramente, o entrave para a manutenção definitiva do Brasil com participações crescentes no mercado internacional não está ligado às condições internacionais, mas sim, a uma não utilização de tecnologia moderna, gerando e levados custos de produção e preços não competitivos internacionais. Apesar / dos preços baixos da mão-de-obra, a baixa produtividade física da agricultura brasileira consegue impedir a aceleração de nossas exportações (Item 2.4.).

45 - Carlos Von Doellinger e outros, "Exportações Dinâmicas Brasileiras", Vol. II, p.98, JPEA, 1971 - Foram as seguintes as conclusões dos autores: -

"a) - Da década dos 50 até 1966, o Brasil vem experimentando "perdas de mercado" relativamente a maioria (ou quase totalidade) desses produtos. Isto significa que, enquanto as importações dos mesmos vem crescendo a taxa significativas (quase sempre acima da média global, fazendo com que as participações em valor nas pautas dos países importadores aumentem consideravelmente), a parcela brasileira nas compras externas de cada um desses países vem declinando sensivelmente. Obviamente, essa "perda" brasileira implicou "ganho" para vários outros países fornecedores, muito embora houvesse, em princípio vantagens comparativas potenciais para o Brasil. Esse fato permite concluir que, a menos que tenham ocorrido restrições diversas ao livre funcionamento das forças de mercado no âmbito internacional, serios problemas persistiram no lado da oferta nacional. Essa conclusão implicou a ênfase relativamente maior sobre os fatores da oferta na explicação das exportações, que, de resto, já havia sido a hipótese inicial de trabalho na pesquisa como um todo.

Mesmo para os produtos tradicionais de exportação, como café, açúcar, algodão e cacau a perspectiva do potencial de expansão não é desanimadora. Com exceção do café, que provavelmente os acordos internacionais manterão o mesmo nível de participação do Brasil, para os demais produtos o panorama é extremamente favorável. Para o cacau, a produção mundial tem crescido rapidamente na última década, com nível tecnológico relativamente alto em virtude dos preços atrativos no mercado internacional e tirando a vantagem comparativa do Brasil. Enquanto que para o algodão, apesar do Brasil ser o quinto produtor / mundial (com 5 % da produção), se situa em oitavo lugar como país exportador / (4,3 % das exportações mundiais no período 1970/72), sendo de 25,7 % e 15,1 % as participações dos Estados Unidos e União Soviética, respectivamente.⁴⁶ Está aí uma importante fonte geradora de renda interna, emprego e receitas cambiais, apesar do consumo no mercado mundial não ter apresentado crescimento expressivo (o consumo mundial cresceu de 16 % no período 1960-72)⁴⁷ em virtude / da crescente participação de fibras sintéticas (nylon, poliéster, acrílico e polipropileno). Obviamente, uma maior participação do Brasil no mercado internacional deste produto terá de ser feita a preços realmente competitivos e

b) - A participação brasileira nesses diversos mercados ainda é irrisória (nunca acima de 5 %, salvo casos muito excepcionais). Este fato, aliado a relativa homogeneidade dos produtos analisados, bem como a presença de grande número de ofertantes e demandantes, permite levantar a hipótese de concorrência perfeita no mercado internacional, sendo o Brasil uma das / "firmas" produtoras.

A presença de alguns "grandes" produtores não chegou a afetar a principal conclusão que daí resultou, isto é, a possibilidade de, em aceitando o preço de mercado de cada produto, expandirem-se as vendas externas indefinidamente. A oferta brasileira funcionaria, então, nos moldes de uma unidade produtora marginal num mercado competitivo, sendo então infinitas as elasticidades de procura no tocante ao Brasil.

- A análise da evolução recente da demanda mundial permitiu a constatação de que serão extremamente favoráveis as perspectivas do crescimento da procura desses produtos. Segundo estudos recentes da FAO, delineiam-se consideráveis os "deficits" potenciais nos suprimentos mundiais de cereais, carnes, madeiras e alimentos industrializados em geral, em meados da década dos 70, tendendo ao agravamento substancial nos anos 80. É de se esperar, por conseguinte, que tendem a se diluir os entraves ainda existentes ao livre comércio, o que não significa que alguns esforços de negociações não tenham que ser desenvolvidos pelos países interessados, entre eles o BRASIL."

46 - Conjuntura Econômica, Vol. 28 nº 7, julho 1974 - p.133.

47 - Idem, idem, p.131.

que deverá ser conseguido através de aumento substancial de produtividade. Deve-se notar que o algodão em caroço fornece além do algodão em pluma, óleo bruto, farelo e torta quando processado industrialmente. Quanto ao açúcar, o Brasil tem conseguido manter crescimentos excepcionais nas exportações, nos últimos anos, e afirmando sua participação como um dos principais exportadores. Em 1972, o açúcar colocou-se como o segundo produto na pauta de exportações brasileiras, proporcionando ao país um total de US\$ 421 milhões em divisas, com 2,6 milhões de toneladas exportadas. No ano de 1973, as exportações atingiram 2.977 milhões de toneladas, num valor de aproximadamente US\$ 600 milhões.⁴⁸

As perspectivas parecem ser bem mais favoráveis com relação aos produtos não-tradicionais de exportações brasileiras. O Brasil pode tornar-se um importante exportador de milho, arroz, soja, mate, frutas, trigo etc., embora isso venha a depender, grandemente, de se conseguir aumento na produtividade, do desenvolvimento de instalações de armazém, de melhoria nas instalações portuárias, etc.. "Ocorre, contudo, que a simples difusão de sementes melhoradas já alteraria totalmente o quadro. No caso do milho, a introdução de semente híbrida redundaria num aumento de 40 % na produção, o que poderia resultar numa redução do custo médio de até 25 %. Atualmente, a posição do Brasil, do ponto de vista internacional, é de rendimentos médios, (Kg/ha) cerca de 70 % / inferiores aos do Canadá e Estados Unidos. Para a soja a situação é algo melhor. Nossa produtividade média é de cerca de metade da vigente no Canadá e Itália. Nesse caso, a introdução das sementes melhoradas, juntamente com adubos, defensivos, corretivos etc. poderá reduzir o custo médio em cerca de 18 %".⁴⁹

Apesar do Brasil ser o terceiro produtor mundial de milho, produziu apenas 50 % da produção chinesa e 10 % da produção norte-americana, no período 1971-1973. Quanto a produtividade, encontra-se em oitavo lugar entre os maiores produtores. Quanto as exportações, em 1972, o Brasil participou com menos de 1 % do total mundial comercializado, sendo que no mesmo tempo os Estados Unidos participaram com 62 %, a França com 10 %, África do Sul 9 % e Argentina 8,5 %.⁵⁰

48 - Conjuntura Econômica, Vol. 28 nº7, julho 1974 - p. 152.

49 - Carlos V. Doellinger - "Exportações Brasileiras: Diagnóstico e Perspectivas" - Revista IPEA - vol. 1 nº 1 - junho 1971 - p.99.

50 - Conjuntura Econômica - Vol. 28 - nº 7 - julho 1974 - p.168.

O aproveitamento desta potencialidade para a pauta de produtos não-tradicionais geraria elevação da renda agrícola, como consequência de aumentos da produção exportável (podendo virem a ser os responsáveis pela expansão acelerada da receita cambial, pelo menos a médio e longo prazos) e expansão da oferta de empregos, e também em função dos investimentos em aumentos da produtividade.

O comportamento dos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional nos últimos anos tem sido altamente vantajoso para os países exportadores e o Brasil não tem conseguido tirar grandes proveitos desta situação (item 2.5), em consequência da baixa produtividade do setor. A expansão das exportações de produtos agrícolas se constitui numa necessidade imperiosa, pois somente através dela conseguiremos financiar o nosso desenvolvimento econômico. Se a situação persistir o Brasil estará se arriscando a uma crise no seu Balanço de Pagamentos e o nosso processo de desenvolvimento será fatalmente interrompido.

O Brasil tem uma longa tradição de após ser o primeiro produtor mundial de determinados produtos perder esta primazia em virtude da concorrência internacional. Pode-se citar como exemplos: açúcar, borracha, cacau, e provavelmente, muito em breve o café. A razão pode ser atribuída a aversão histórica no processo de modernização. Mesmo nos produtos para os quais o Brasil tem uma vantagem comparativa natural, outros países tem tomado os mercados através da adoção de níveis tecnológicos mais altos. Esse problema tem sido combinado com políticas econômicas infrutíferas. Existem três dimensões da questão. Uma é a tendência para restringir mercados a fim de aumentar os preços internacionais, como foi feito com o café e em menor escala com o cacau. Isto proporciona uma proteção e um incentivo para que produtores em outras partes do mundo comecem a produzir. Se eles entram com uma tecnologia nova e de melhor nível, logo a competição torna-se forte, e isto é combinado com o problema geral de excesso de produção, como resultado de preços garantidos acima do nível de equilíbrio. A segunda é uma consequência de políticas internas. Por exemplo, o Brasil por um longo período de tempo tentou conservar a produção de açúcar / no Nordeste, apesar de evidente vantagem comparativa dos solos e clima do Sul. A razão para isto foi um sério problema regional de renda baixa que teria resultado se a produção houvesse movido para o Sul. Em parte, como resultado /

dessa política, foram perdidos importantes mercados mundiais. Uma política mais racional, teria sido tratar o caso regional de um modo mais direto e capitalizar a vantagem comparativa que o Sul tinha. O terceiro aspecto é a visão negativa que os homens de decisão tem tido em relação a exportação. Parece ter-se pressuposto que uma política de industrialização de substituição de importação proporcionaria simultaneamente uma máquina de crescimento para a economia e solucionaria os repetidos problemas do Balanço de Pagamentos. Por essa razão, pouco ou nada foi feito para estimular as exportações.⁵¹

A alegação geral é de que os produtos agrícolas tem demanda inelástica e que nada adiantaria aumentar a produção exportável pois nossas receitas cairiam. Não discordaríamos da inelasticidade da demanda de produtos agrícolas no mercado internacional se o Brasil tivesse o controle monopolístico na produção de determinado produto. Uma vez que a participação de nossos produtos de exportação seja muito pequena no comércio internacional, exceção feita ao café, as quantidades exportadas poderiam ser substancialmente aumentadas dentro de uma agricultura modernizada e altamente produtiva, através da concorrência de preços. A título de ilustração, poderíamos citar que a produção de milho e de soja no Brasil corresponde a 10 % e 15 %, respectivamente, da produção norte-americana.

Não se trata aqui de tentar invalidar a tese de famosos economistas com relação a "deterioração das relações de troca entre o centro e a periferia",⁵² no decorrer deste século. As condições na conjuntura exterior eram /

51 - G. Edward Schuh - "O Desenvolvimento da Agricultura no Brasil" - APEC 1971 p.67-8.

52 - "O estrangulamento exterior do desenvolvimento não é apenas consequência da lentidão com que tendem a crescer as exportações primárias em face da rapidez com que o fazem as importações industriais, provenientes dos grandes centros, e do pequeno intercâmbio recíproco entre os países latino-americanos, mas também obedece em grande parte, nos últimos anos, a restrição da relação de preços de intercâmbio, que tanto afeta o poder de compra das exportações. Como resultado de tudo isto, o valor das exportações por habitante latino-americano baixou de 58 dólares em 1930 para 39 dólares em 1960 (preços de 1950).

A restrição recente da relação de preços está revelando mais uma vez a debilidade congênita dos países periféricos para reter todo o fruto do seu progresso técnico. Não é grande alívio pensar que quando os países latino-americanos chegarem no futuro a etapas superiores de desenvolvimento, com plena industrialização, terminaremos algum dia com este fenômeno, e tal não poderia ser, uma vez que isto requer muito tempo e, entretanto, a restrição da relação de preços agrava o estrangulamento exterior e deprime sensivelmente a capacidade interna de acumulação de capital em detrimento do próprio desenvolvimento". - Raul Prebisch, - "Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano" - Editora Fundo de Cultura, 1964 - p.17.

totalmente adversas naquela época. Nos anos 30, os países exportadores de produtos primários, como os latino-americanos, se encontravam diante de tal deterioração de relações de troca com os países do centro e de uma recessão econômica mundial. Foram estes os grandes incentivos para a formação de uma estrutura industrial praticamente isolada do mundo exterior, ou seja, o chamado Processo / de Substituição de Importações. Uma vez esgotado este processo, como no caso / do Brasil, a solução encontrada foi uma política industrial aberta para o mercado internacional.

Hoje, estamos diante de uma nova conjuntura internacional. A baixa / produtividade na produção dos produtos agrícolas das regiões subdesenvolvidas, o incremento na população mundial e as altas taxas de desenvolvimento econômico verificadas nos países centros, nas últimas décadas, acompanhadas de um forte / aumento na demanda, são os fatores responsáveis pela presença de escassez de diversos produtos com os evidentes aumentos de preços verificados nos últimos a nos. É interessante notar que são os países desenvolvidos, atualmente, os responsáveis pela maior parte das transações comerciais dos produtos agrícolas no mercado internacional.

3.3 - O MERCADO INTERNO

A execução de um plano voltado para o incremento da produtividade agrícola gera, necessariamente, um incremento no produto total, se não houver redução nas quantidades de fatores utilizados no processo produtivo. Este incremento na produtividade implica num excedente de produção que deverá ser absorvido pela expansão de nossas exportações (como já enfatizada) e pelo aumento do consumo interno, desde que se transfira aos consumidores parte dos ganhos obtidos com o aumento da produtividade, em consequência das elasticidades preço e renda da demanda destes produtos.

O aumento da produtividade do setor implica na oferta de empregos melhores remunerados e que podem beneficiar, substancialmente, percentagem expressiva da população rural desde que se dê preferência aquelas formas de tecnologia com utilização intensiva de mão-de-obra. Na medida em que se utilizar uma

política distributivista em todos os setores, provocará um aumento da demanda de produtos agrícolas, dado que a maior elasticidade-renda da demanda de bens agrícolas pertence a faixa de população mais pobre. O potencial mercado consumidor interno para produtos agrícolas se reflete na medida em que fizemos uma análise das condições nutricionais de grande parte da população brasileira, inclusive nas regiões mais desenvolvidas.

Atualmente, parece fora de dúvida que padrões nutricionais adequados têm um positivo e forte impacto, não apenas sobre o nível de saúde da população e, portanto, sobre o bem estar social, de uma comunidade, mas também sobre sua taxa de crescimento econômico.

No que diz respeito as consequências, no indivíduo, de estados nutricionais deficientes, existem uma série de problemas originados de déficits de alguns nutrientes específicos - os mais comuns em países subdesenvolvidos - que podem ser citados. O mais grave - devido à sua disseminação, em diversos graus, entre as populações de renda baixa e às suas consequências no ser humano - é a desnutrição proteico-calórica (DPC), provocada por insuficientes ingestão e/ou aproveitamento pelo organismo de alimentos ricos em proteínas e calorias. Os efeitos da DPC, reduzem o desempenho do adulto em suas atividades diárias e na criança provocam sérios prejuízos no seu desenvolvimento físico e mental. Quanto mais jovem é o indivíduo afetado e mais longo é o tempo de exposição à DPC, maior é a probabilidade de perdas irrecuperáveis de sua capacidade física e intelectual.

Outras doenças, tais como anemia (deficiências de ferro), Xeroftalmia - ou cegueira noturna (deficiência de vitamina A), bócio (deficiência de iodo), são também comuns em populações de dietas pobres.

Além destes problemas específicos diretamente vinculados à desnutrição, sua ocorrência afeta de maneira geral o estado de saúde do indivíduo, expondo-o a uma série de doenças infecciosas e parasitárias, que por sua vez, / quando instaladas reduzem a percentagem de absorção dos alimentos pelo organismo. Assim, as altas taxas de mortalidade infantil verificadas em países pobres estão altamente correlacionadas com a desnutrição, como mostra dados da Organização Panamericana de Saúde: ⁵³ 47% dos óbitos de crianças de 0 a 4 anos de idade, devidos primariamente a doenças infecciosas e parasitárias (diarreias, sarampo, doenças do aparelho respiratório e outras), estão associados à

53 - Pesquisa Interamericana de Mortalidade en la Minéz, OPAS / 1968.

desnutrição.

É claro que os efeitos da desnutrição não comprometem apenas o nível de bem estar da sociedade, mas repercutem de maneira significativa na atividade econômica de um país, na medida em que o número de dias de trabalho perdidos por doença é alto e a produtividade da mão-de-obra é reduzida. Por outro lado, a desnutrição parece ser um dos principais fatores responsáveis pelo baixo aproveitamento escolar e pelas altas taxas de repetência da população jovem atingida por deficiências nutricionais, o que representa um prejuízo para a força de trabalho potencial.

No Brasil, como na maioria dos países subdesenvolvidos, a desnutrição se apresenta como um dos grandes problemas a resolver. Segundo dados de pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas em 1963,⁵⁴ o consumo brasileiro médio diário de proteínas é deficitário até a terceira faixa de renda familiar cujo limite superior é de 2,9 salários mínimos, (43,3 gramas de proteína/dia na 1a. classe, 54,5 na 2a. e 61,0 na 3a.); isto se tomarmos como base de comparação as necessidades médias/diárias de um adulto: entre 65 e 70 gramas.

Em relação à ingestão de calorias, os déficits aparecem até a 5a. classe de renda (até 6,4 salários-mínimos familiar), variando de uma média de 1951 calorias/dia na 1a. classe até 2.669 na 5a., quando consideradas as necessidades/diárias médias de aproximadamente 3.000 calorias. Ao contrário do que ocorre com proteínas, mesmo a média para o Brasil como um todo de calorias é baixa, situando-se em torno de 2.566.

Outro trabalho realizado em 1974 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas⁵⁵ com uma amostra de famílias paulistanas com renda de até 1 salário mínimo familiar per-capita, mostrou que além de um consumo insuficiente de calorias e proteínas, essas famílias apresentam déficits mais graves no que diz respeito a ferro e vitamina A. Em relação a vitamina A, apenas 26 % das famílias da 1a. classe de renda (até 0,5 salário-mínimo familiar per-capita) e 46 % da 2a. (de 0,5 a 1,0 salário-mínimo) satisfaziam suas necessidades diárias. Das famílias com déficits, 41 % na 1a. classe e 14 % na 2a. não conseguiram satisfazer 40 % de suas necessidades diárias. No que diz respeito a ferro, 37 % das famílias de 1a. classe e 68 % de 2a. ingeriam níveis adequados. Es -

54 - Food Consumption in Brazil - Family Budget Surveys in the Early 1960's - Fundação Getúlio Vargas-.

55 - Campino, Antonio Carlos C. e outros - "Fatores Sócio-Econômicos Associados à Desnutrição no Município de São Paulo" - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1974

tes dados ganham expressão na medida em que refletem as condições nutricionais da principal cidade da região brasileira mais desenvolvida e evidenciam a necessidade de medidas efetivas a nível de política econômica, de ataque à desnutrição. Neste sentido, além da importância dos programas específicos de intervenção na situação nutricional (do tipo "Campanha da Merenda Escolar, por exemplo) e dos programas previstos de redistribuição de renda contidos no II PND, é também fundamental enfrentar o problema via oferta e preços de alimentos, o que significa orientar as atenções para os setores de produção e distribuição de produtos agrícolas.

Assim, a melhoria nutricional da população pode ser tomada como um critério adicional de alocação de recursos dentro do setor agrícola.

3.4 - COMO AMPLIAÇÃO DO MERCADO INTERNO PARA PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

O modelo "clássico" de desenvolvimento econômico⁵⁶ baseado na hipótese de que a expansão do setor capitalista geraria uma absorção crescente da mão-de-obra excedente do setor agrícola tradicional a níveis mais elevados de salários foi incompatível com a realidade brasileira. Temos, hoje, excedente de mão-de-obra e em consequência níveis de salários muito baixos. A oferta de mão-de-obra se mantém elástica nas zonas rurais e o desemprego e o subemprego são marcantes nos centros urbanos, pois a taxa de crescimento do emprego no setor secundário está muito aquém da taxa de crescimento dos centros urbanos, isto porque não existe uma relação proporcional entre crescimento da produção e crescimento do emprego. Se tal relação existisse o emprego na indústria manufatureira estaria crescendo em torno de 15 % ao ano. Esta relação não existe em consequência da adoção de processos produtivos mais evoluídos tecnicamente e pouco absorvedores de mão-de-obra. A própria indústria manufatureira se comporta como agente desempregador ao substituir a capacidade instalada por processos produtivos mais modernos e mais eficientes.

56 - Arthur Lewis, obra cit..

O resultado desta excessiva tecnificação caracterizou-se pelo restrito mercado consumidor, pois como foi mostrado no Capítulo 11, em 1972, mais de 50 % da população ocupada do país ganhava até um salário mínimo, mensais. Apesar do mercado consumidor brasileiro ser relativamente pequeno, em termos absolutos é bastante expressivo. Consequentemente, a aceleração do progresso econômico tem se dado num processo de diversificação de produtos para as classes mais favorecidas ao invés da difusão dos produtos existentes.

Enquanto os salários das classes trabalhadoras menos favorecidas tem sido flexíveis para baixo (caracterizando-se por uma excessiva perda de poder aquisitivo),⁵⁷ os salários dos trabalhadores qualificados tem apresentado crescimentos reais acentuados fazendo com que o "diferencial salarial" entre os dois níveis de qualificação torne-se ainda mais evidente.⁵⁸

Por que este achatamento nos níveis salariais dos trabalhadores menos qualificados? O seu único objetivo seria o da contenção da espiral inflacionária ou tal política estaria ligada a um programa de emprego? Seria desnecessário uma política de achatamento salarial dos trabalhadores menos qualificados, para contenção de uma inflação de demanda uma vez que o poder aquisitivo desta faixa de população estaria voltado para aquisição de bens de consumo / ao nível de sobrevivência. O máximo que poderia ser feito seria a estagnação destes salários. Parece que esta política de declínio da taxa salarial do trabalhador estaria voltada, realmente, para um "programa de emprego", pois como vimos no item 1.4 a taxa de desemprego caiu, mais o emprego disfarçado aumentou, no período 1968-1972.

Diante desta política salarial dois "mercados consumidores" específicos foram criados: o primeiro, constituído pela minoria, beneficiada pela concentração de renda e consumidora de produtos industrializados, permitindo uma /

57 - A partir de 1961 o salário mínimo real médio tem decrescido substancialmente como consequência de subestimação dos resíduos inflacionários esperados para os períodos seguintes e não compensados corretamente. Para o período, 1961-1973, enquanto o produto real per-capita do Brasil cresceu de 58 %, o salário mínimo real médio diminuiu de 30 %. Eduardo Matarazzo Suplicy, -"Alguns Aspectos da Política Salarial" - RAE, Vol. 14 - nº 5 - Setembro/Outubro - 1974.-

58 - A evolução da remuneração dos gerentes estaria desvinculada do curso dos salários dos trabalhadores, prendendo-se aos movimentos dos lucros das empresas. - Edmar Lisboa Bacha, "Hierarquia e Remuneração Salarial", apres. no I Encontro da Associação Nacional de Centros Pós-Graduação em Economia, IPE - USP, novembro/1973, mimeo.

uma aceleração na taxa de crescimento do PIB e o segundo, constituído pela maioria, não participando do mercado de produtos industrializados e consequentemente alheios aos benefícios criados pelo "modelo de desenvolvimento económico brasileiro".

Diante deste panorama, segundo Celso Furtado,⁵⁹ "as firmas controladas por capitalistas locais também tem um papel nesse sistema. As indústrias / que produzem para a massa de população enfrentam o problema do crescimento lento da demanda, porque a taxa de salário real do trabalhador não qualificado está em declínio ou estagnada. Entretanto, os mercados para as indústrias se ampliam horizontalmente, graças ao crescimento demográfico e à transferência de pessoas anteriormente ocupadas em atividades ligadas à subsistência para o setor que paga o salário mínimo, garantido pela legislação social. Como esta cesta de bens de consumo não inclui a introdução de novos produtos, o controle de progresso / técnico não é importante como fonte de poder de mercado. Em consequência, neste setor as grandes empresas não tem as mesmas vantagens ao competir com os capitalistas locais".

Vários estudiosos tem apresentado sugestões para o problema de desemprego no Brasil.⁶⁰ Evidentemente, o problema não se prende, exclusivamente, ao desemprego pois acreditamos ser o subemprego e o emprego disfarçado os maiores / problemas porque são estes os fatores limitativos do mercado consumidor interno, gerando baixo poder aquisitivo para a maioria populacional.

Na realidade, o setor agrícola nunca proporcionou um mercado em expansão para os produtos não-agrícolas. Um aumento da produtividade do setor agrícola

59 - Celso Furtado, obra cit., p. 104.

60 - Para Edmar Lisboa Bacha e outros, a problemática de geração de empregos num país de estrutura dual como o Brasil se agrava devido a que, sob o regime de propriedade privada, a remuneração do fator trabalho representa um custo para o fator capital. Consequentemente, qualquer tentativa de redistribuir a renda através de elevações salariais tende a ser parcial ou totalmente frustrada com a resposta empresarial de redução do nível de emprego, pela adoção de técnicas de produção mais capitalizadas. Para a solução do problema apresentam a sugestão de uma substituição, total ou parcial, dos encargos empresariais / por uma maior participação do Governo no financiamento da Previdência Social. Acreditam os autores que os encargos trabalhistas apesar de representarem uma parcela substancial do custo de mão-de-obra, não constituem remuneração dos assalariados, pois uma parcela significativa do aumento do custo da mão-de-obra foi devido a elevação desses encargos. A tese central do trabalho é que o custo da Previdência Social vem contribuindo para a redução da oferta de empregos no setor industrial. - "Encargos Trabalhistas e Absorção de Mão-de-Obra", IPEA/INPES - 1972.

la iria gerar salários mais elevados em virtude de uma utilização mais produtiva da mão-de-obra e criando, assim, um mercado para compra de bens do setor não-agrícola.

O atrofiado mercado consumidor interno não só de produtos industrializados mas, também, de produtos agrícolas é uma consequência dos baixos salários da maior parte da população ocupada do país (item 2.3). A ampliação das classes médias urbanas e rural constitui, hoje, uma necessidade imperiosa para a aceleração do processo de industrialização e criação de economias de escala. Como resultado da política de industrialização adotada pelo Brasil, temos um parque industrial excessivamente protecionista. "A política de industrialização que o Brasil tem seguido, especialmente, com relação a industrialização, tem sido infeliz sob muitos aspectos. A substituição de importações resultou numa industrialização que tem sido grandemente orientada para os grupos de renda mais alta. A produção para um mercado de massas, e a produção de insumos / para o setor agrícola, tem sido marcadamente ignorados".⁶¹

A dinamização da produção de diversas culturas proporciona ao país economia de divisas (como o caso do trigo) e maiores entradas de divisas (como o milho, arroz, soja, cacau, mate, frutas, açúcar, etc.), mediante um esforço de aumento de produtividade do setor, gerando poder competitivo no mercado internacional e ampliando as oportunidades de empregos mais produtivos na economia. A ampliação das oportunidades de empregos mais produtivos na economia é o fator mais relevante para a dinamização do mercado consumidor interno para / produtos industrializados e produtos agrícolas.

A acelerada taxa de crescimento do consumo de trigo no Brasil (próximo aos 60 % no período 1966/73 e somente em 1973 um acréscimo de 12 %) mostra a necessidade urgente de uma política voltada para a autosuficiência na produção desta cultura. Eis uma das fortes geradoras de empregos e de aumento do nível de renda do setor agrícola. (Tabela 3.1)

A insuficiência de mercado consumidor foi consequência de uma política voltada, em potencial, para a dinamização do parque industrial altamente absorvedor de capital e pouco absorvedor de mão-de-obra, deixando ao completo abandono uma política de aumento de produtividade e criação de uma eficiente infraestrutura de comercialização e modernização do setor agrícola.

61 - G. Edward Schuh, obra cit., p. 80.

Tabela 3.1

Consumo, Importação (milhares de t) e preço médio importado do trigo no Brasil

	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Consumo	2.448	2.404	2.884	2.908	3.034	3.209	3.378	3.799
Importação	2.467	2.433	2.417	2.237	1.930	1.527	2.000	3.011
Preço Médio US\$/t(FOB)	55,39	62,53	57,96	56,97	53,43	62,46	69,32	123,99

Fonte: Conjuntura Econômica, Vol. 28 nº 4, abril/74, pp. 78-9.

Não se pode negar a notória exclusão das massas rurais e grande parte da população urbana do mercado de produtos manufaturados e que dentro das condições prevalescentes dificilmente a industrialização brasileira poderá alcançar elevados índices de produtividade através de criação de economias de escalas para ter condição de competição, sem protecionismo, no mercado internacional.

A expansão da procura é o fator expressivo e inerente à aceleração do nível de atividade econômica para os diversos setores do sistema. Daí a necessidade de se manter em nível crescente a capacidade de poder aquisitivo da massa populacional.

3.5 - TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL

A necessidade de levantamento de recursos internos para financiamento do desenvolvimento é um fator extremamente relevante. Historicamente, a transferência de capital do setor primário para o setor secundário tem representado papel importante, em diversos países, quer através da tributação do setor, / quer através da deterioração da relação de troca.⁶²

62 - As opiniões de diversos estudiosos, para o caso do Brasil, são bastante / controvertidas provavelmente em consequência da carência de dados. Celso / Furtado, em "Formação Econômica do Brasil" sustenta a tese de que a agricultura de exportação teria, efetivamente, transferido grande volume de capitais para a indústria, estimulada não apenas pela crise do setor, como pelos preços relativos altamente favoráveis à produção manufatureira.

Antonio B. Castro, em "7 Ensaios sobre Economia Brasileira" - p.134, afirma: "Durante a guerra, dada a recuperação de preços e a não expansão da lavoura cafeeira, talvez tenha havido condições favoráveis a transferência / (ainda assim é possível que a agricultura de mercado interno tenha recebido a maioria dos recursos). A crise da indústria no imediato pós-guerra (46 / 47) e, a seguir o início da elevação das cotações internacionais dos produtos primários, que atinge o auge nos primeiros anos da década dos 50, constituiriam, uma vez mais, fatores de desestímulo à transferência de recursos para as atividades industriais. Por fim, caberia advertir que pesquisas recentemente realizadas revelam que as fortunas industriais raramente correspondem a famílias integrantes da oligarquia agrária".

"Os fazendeiros proprietários de grandes plantações de café passariam, depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores do século XVIII a / constituir o escol social brasileiro. Com as fortunas acumuladas principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, passariam a ter importante

A função da agricultura como fornecedora de divisas deve assumir papel importante para o desenvolvimento econômico do Brasil. Uma política de menor dependência do mercado financeiro internacional necessitará de exportações crescentes para permitir a importação de bens de capital necessários à modernização e ampliação do parque industrial, a execução de obras de infra-estrutura e uma não desnacionalização do setor industrial brasileiro em virtude da excessiva entrada de capital de risco estimulada pelo governo a fim de cobrir o déficit no Balanço de Pagamentos.

A manutenção do ritmo elevado de crescimento do PIB do Brasil tem trazido elevados custos: remessas de royalties, juros e manutenção de excessivas / divisas que funcionam sob forma atrativa para os banqueiros internacionais.

Para que a agricultura contribua de maneira efetiva para a aceleração do processo de industrialização, através de transferências direta e indireta de capitais, há necessidade de aumentar sua participação relativa no PIB. O aumento da renda agrícola e, portanto, a criação de poder de compra no setor agrícola

- papel na sociedade do país. Cabem a eles funções políticas no Império, em que constituem a parte mais significativa da burguesia galardoada com títulos de nobreza. A chamada Primeira República apoiar-se-ia nos fazendeiros do café e os estados cafeicultores exerceriam na política federal o comando indiscutível. Seria, a partir, principalmente, das fortunas feitas com o café que se iniciaria o grande surto industrial moderno brasileiro, com São Paulo na posição de líder. Ary França "A Marcha do Café e as Frentes Pioneiras" - Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1960 - pp.12-13".

"A atividade cafeeira está vinculada a dois importantes elementos da história econômica de São Paulo: a colonização, por meio de trabalhadores livres europeus, e a estrada de ferro. Esta nasceu intimamente ligada ao café, pois os seus promotores, quer no Rio de Janeiro, quer em São Paulo e mesmo em outras regiões, foram fazendeiros, e toda a rede ferroviária, com raras exceções, foi construída em função da expansão da cultura cafeeira. As primeiras tentativas, fadadas ao fracasso, seguiram-se experiências animadoras, que fizeram com que, em 1866, se inaugurasse a linha de Santos a São Paulo, atingindo Jundiaí no ano seguinte. Dado esse primeiro passo, as iniciativas se sucedem. Não se interessando a companhia inglesa que construiu a ligação / Santos-São Paulo pelo prolongamento de suas linhas, pois um monopólio de quase um século assegurava-lhe a exclusividade do transporte no "funil" da serra, de maneira que qualquer estrada que se construísse no interior se tornaria sua tributária, coube a fazendeiros e capitalistas paulistas promoverem o desenvolvimento do grande melhoramento, que tão bem se iniciara. Na década 1870 - 1880 são inaugurados os primeiros trechos de quatro importantes ferrovias: a Paulista, a Itaboraí, a Sorocabana e a Mogiana a frente das quais se encontravam grandes fazendeiros das áreas por elas beneficiadas. Odilon Nogueira de Matos "Café e Ferrovias", Editora Alfa-Omega, 1974 - pp.123-24."

É evidente que o surto de industrialização dos anos 30 foi financiado pelo setor cafeeiro, mas parece-nos que, nos períodos subsequentes tal transferência direta não se tem registrada de maneira marcante devido a tendência dos agricultores de canalização deste excedente em especulações imobiliárias, tanto nos centros rurais quanto nos centros urbanos, ao invés de investirem na própria lavoura com o objetivo de aumento de produtividade.

la, é necessário para adquirir novos bens industriais, e permitir poupanças que podem ser mobilizadas, por meios diretos ou indiretos, para financiar o desenvolvimento industrial.

O comportamento da agricultura brasileira parece ter sido desfavorável ao progresso econômico geral, ultimamente. Basta citarmos que, em 1973, a participação do setor primário na renda interna do Brasil era de apenas 15,2 %, ⁶³ e sendo que mais de 40 % da população economicamente ativa do país se dedicam às atividades primárias da economia. Diante deste comportamento é difícil, ou até mesmo impossível, mantermos ritmos elevados de industrialização financiados pelo setor agrícola objetivando eliminação gradativa das acentuadas dependências financeira e tecnológica do mundo desenvolvido.

3.6 - VIABILIDADE DA MODERNIZAÇÃO - Uma discussão da tese de R.M. Paiva ⁶⁴

Paiva reconhece a necessidade de modernização do setor agrícola, mas estabelece algumas restrições quanto a difusão do processo:

- "o processo de modernização está preso a um "mecanismo de auto controle", pois os elementos de desestímulo (quedas nos preços do produto e dos fatores) são criados pelo próprio crescimento da modernização (endógenos ao processo); - existe um limite ou "grau máximo" na difusão da modernização, imposto pelo mecanismo de auto controle; - a difusão da modernização, após alcançar o grau máximo, fica basicamente na dependência do crescimento do setor não-agrícola". ⁶⁵

A sua análise se desenvolve num campo de competição entre as vantagens e desvantagens da utilização de técnicas modernas versus técnicas tradicionais. "havendo difusão da tecnologia moderna, ocorre aumento de produção, queda de preços dos produtos (os produtos exportáveis constituem um caso especial, pois seus

63 - Conjuntura Econômica, Vol. 29 - nº 1, janeiro/1975 - p. 73

64 - Ruy Miller Paiva - "Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura: Uma Reformulação" - Revista IPEA, Vol. 5 - nº 1 - junho/75.

65 - Idem, idem - p. 130/31.

preços, sendo estabelecidos pelo mercado externo, não sofrem queda) e, posteriormente, com maior difusão, queda também de preços dos fatores tradicionais (mão-de-obra e terra); - ao ocorrer a queda dos preços dos produtos a vantagem da tecnologia moderna torna-se menor; e, a seguir, ao ocorrer também a queda dos / preços dos fatores tradicionais, a vantagem da tecnologia moderna torna-se ainda menor, podendo mesmo tornar-se desvantajosa." 66

"Apesar das quedas de preços dos produtos e dos fatores tradicionais, / que fazem com que a técnica moderna torne-se economicamente menos vantajosa (ou desvantajosa) em relação à tradicional, tem-se um "freio" ou desestímulo do processo, uma vez que se reduz o número de agricultores interessados em modernizar." 67

"Face a esses elementos, torna-se forçoso reconhecer que a difusão da / modernização não pode processar-se livremente pelos agricultores. Se o crescimento da produção e da força de trabalho na agricultura estão de certo modo presos ao crescimento do setor não-agrícola, a difusão da modernização (com aumento de produção e redução de mão-de-obra) não poderá deixar de estar também preso ao desenvolvimento desse setor." 68

Quanto a participação no mercado internacional, Paiva acredita que "os produtos de exportação oferecem melhores possibilidades para a ampla modernização do setor agrícola dos países em desenvolvimento... Esses produtos estão menos sujeitos ao mecanismo de autocontrole, pois seus preços não caem com a difusão da modernização e o aumento de produções (considerando a ação individual de um país pequeno exportador). Pode-se, assim, ampliar a modernização sem prejudicar o nível de renda dos agricultores que se modernizam". 69

"Não é fácil, porém, incrementar as exportações agrícolas. Os preços / no mercado internacional refletem a eficiência de produção dos principais países exportadores, que, em geral, são países economicamente desenvolvidos e com agri-

66 - Ruy Miller Paiva - obra cit., p. 131

67 - Idem, idem, idem.

68 - Idem, idem, p.132

69 - Idem, idem, p.157

cultura altamente produtiva. É o caso dos Estados Unidos, Canadá, Austrália e outros, que dispõe de um eficiente setor industrial capaz de fornecer insumos / modernos a baixo custo e de uma infra-estrutura comercial que permite colocar / seus produtos no mercado a preços baixos." 70

Após a apreciação das hipóteses básicas de Paiva, vamos tecer alguns comentários a respeito daqueles fatores que consideramos de caráter primordial. O primeiro deles seria o que se refere ao problema da absorção da mão-de-obra / pelo setor agrícola. Paiva salienta o processo histórico de liberação de mão-de-obra como fator crítico que impede o processo de modernização, pois, "a capacidade desse setor de absorver os acréscimos da produção agrícola e os excedentes de mão-de-obra rural torna-se, em certo momento, o elemento controlador da difusão da nova tecnologia." 71

O problema da absorção de mão-de-obra, para o caso brasileiro, vem as sociado a dois outros problemas que se referem a estrutura agrária e a demanda de produtos agrícolas, tanto nos centros urbanos quanto na zona rural. Devido ao esforço de generalização que Paiva apresenta no seu modelo (deveria ser apli cado a qualquer país subdesenvolvido), ele se torna parcial e estático quando / adaptado à nossa economia.

A modernização da agricultura brasileira deve ser analisada dentro de um processo dinâmico e integrado. À medida que se introduz o mecanismo de auto controle e queda dos salários no setor agrícola a análise torna-se parcial, pois está se considerando de maneira independente o setor. Na realidade, o setor agrícola está integrado a outros setores produtivos e conjuntamente formam o sistema. Quando ocorre um aumento de renda no setor agrícola esta população / passa a consumir mais, não somente produtos agrícolas como também produtos industrializados. É uma vez que tenhamos uma estrutura produtiva industrial que satisfaça as necessidades de consumo desta população ao seu nível de renda, estamos dinamizando o setor industrial tradicional e conseqüentemente a taxa de crescimento de emprego na zona urbana, devido a um potencial mercado consumidor, se levarmos em consideração que, em 1972, 52 % da população economicamente ativa do país recebe até um salário mínimo, mensais e que grande parte desta percentagem se encontra nas zonas rurais. Ainda mais; o forte aumento da produti-

70 - Ruy Miller Paiva, obra cit., p. 158.

71 - Idem, idem, p. 131.

vidade agrícola engendrará massa substancial de recursos a ser utilizada na ampliação do emprego urbano.

Esses incrementos na renda não se destinam somente ao consumo de bens industrializados, mas também ao consumo de produtos alimentícios se levarmos em consideração a insuficiência alimentar não somente qualitativa como também quantitativa de grande parte de nossa população (Item 3.3). Portanto, as elasticidades renda e preço não devem ser tão baixas como afirma Paiva,⁷² principalmente quando constatamos que a disponibilidade interna per-capita de produtos da agricultura apresentou acentuado declínio no período 1960-73. (Item 2.1) Este acentuado declínio prova que a agricultura mostrou-se impotente na manutenção / de uma oferta de produtos a níveis de preços compatíveis com o nível de remuneração de grande parte da população economicamente ativa. A liderança do índice de preços dos produtos agrícolas tem sido notória, principalmente nos últimos a nos. Esta liderança do índice de preços dos produtos agrícolas gerou sensível perda de poder aquisitivo para aquela faixa de população de menor remuneração.

Schuh fez os seguintes comentários a respeito da versão do trabalho / de Paiva publicado em 1971: - "não há motivo para que a agricultura deva necessariamente perder sua função dinâmica como fonte de crescimento à medida que a economia se expande. A introdução de nova tecnologia na agricultura pode constituir grande fonte de crescimento ou de renda e, se os preços agrícolas forem permitidos cair a níveis que refletem os melhoramentos nas técnicas de produção, este aumento de renda será amplamente distribuído por toda a economia e / em favor dos relativamente mais pobres. A renda assim criada e distribuída permite a expansão do emprego não-agrícola e, desse modo, gera a solução dos problemas de ajustamento que ele mesmo cria.

Entretanto, não é automática a solução dos problemas de ajustamento. O excedente agrícola precisa ser mobilizado para financiar a expansão do setor

72 - "Quando a renda per-capita se eleva, ela aumenta a procura de alimentos agrícolas, relativamente mais nos países de baixa renda do que nos de alta / renda (deixando de lado o crescimento da população). A razão para esta importante diferença baseia-se no fato firmemente estabelecido de que há países de alta renda nos quais a elasticidade da renda da demanda de alimentos agrícolas está se aproximando de zero e que há países de baixa renda nos quais ela ainda está em torno de 0,9. "Theodore W. Schultz, "A Transformação da Agricultura Tradicional" - p. 24.

não-agrícola. Os impedimentos à absorção da mão-de-obra precisam ser reduzidos, principalmente os que resultam da política inadequada de preços dos fatores. Substanciais investimentos em educação e treinamento são necessários a fim de facilitar a mobilidade do trabalho." ⁷³

Esta análise seria válida mesmo para países que mantivessem uma estrutura equitativa da distribuição da terra. Para a economia brasileira ela se mantém reforçada, uma vez que existe excessiva concentração de terra. Para o último Censo, as propriedades com menos de 10 hectares absorviam 40 % de mão-de-obra empregada no setor e detinham apenas 3 % da área ocupada por estabelecimentos. (Item 2.6) Para todos os grupos de estabelecimentos com áreas superiores a 10 hectares houve queda na participação relativa da absorção de mão-de-obra, no período entre 1950-1970. Existe, portanto, uma correlação inversa entre tamanho / do estabelecimento e absorção de mão-de-obra. Quanto maior o estabelecimento / menos mão-de-obra, percentualmente, ele absorve. Esta correlação inversa nos mostra a utilização intensiva de técnicas de capital nos médios e grandes estabelecimentos em substituição a mão-de-obra.

Dada esta estrutura da propriedade da terra, parece-nos bastante difícil a incidência do mecanismo de autocontrole em virtude de um acelerado processo de modernização. Poderíamos dividir em dois grandes grupos a estrutura da propriedade da terra, ou seja, os estabelecimentos com menos de 10 hectares e os estabelecimentos com mais de 10 ha e verificar os resultados posteriores à modernização. Havendo um aumento de produtividade, por área, igual a 100 % para o primeiro grupo (estabelecimentos com menos de 10 ha) o produto total irá aumentar em taxa percentual relativamente baixo, pois este grupo detém apenas 3 % da área ocupada e, por outro lado, 40 % da mão-de-obra empregada do setor se beneficiaria de maneira sensível. Para o segundo grupo (estabelecimentos com mais / de 10 ha) que reflete uma substancial área cultivada modernizada, além de acelerar o processo de modernização para os estabelecimentos restantes, deve-se eliminar os incentivos para utilização de máquinas e equipamentos substituidores de mão-de-obra nas regiões onde esta seja abundante. Desta maneira, a difusão da modernização para o segundo grupo não geraria incrementos violentos no produto / total e os acréscimos no produto total decorrentes da difusão da modernização se

73 - G. Edward Schuh, - "Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura: Alguns Comentários" - Revista do IPEA, Vol. 3, nº 1 - março/73 - p. 91.

riam absorvidos pela expansão do mercado consumidor interno⁷⁴ e por maior volume nas exportações, em decorrência da redução nos preços.

Quanto ao mercado internacional, nossa pauta de exportações poderá ser amplamente diversificada, levando-se em consideração as perspectivas favoráveis da demanda de diversos produtos (Item 3.2). Evidentemente, tal expansão só poderá ser realizada a níveis de produtividade bastante elevados,⁷⁵ pois são os países desenvolvidos os maiores concorrentes neste mercado. É este mais um fator estimulante para a difusão do processo de modernização e uma grande fonte / geradora de emprego.

74 - "A transformação de uma agricultura tradicional (no sentido de T.W. Schultz) e, portanto, a longo prazo, a única alternativa para aumentar a produção a custos decrescentes e, simultaneamente, elevar o lucro líquido dos agricultores. Esta redução de custos, tomando a forma de diminuição no preço destes / bens permitiria uma ampliação sensível do consumo interno. No caso particular dos produtos de alimentação, os benefícios sociais daí decorrentes são particularmente elevados. De fato, uma vez que estes produtos são consumidos, em maior proporção pelos indivíduos de renda mais baixa, a queda no preço é equivalente a um aumento sensível de poder aquisitivo dos rendimentos que beneficia relativamente mais justamente este grupo social. Por outro lado, vários estudos tem demonstrado que e também nos grupos de renda mais baixa que e maior o crescimento na quantidade demandada a medida que se reduz o preço. (isto é, a demanda por produtos de alimentação torna-se menos inelástica em relação ao preço a medida que se reduz o nível de renda.) Desta forma, a redução no preço dos produtos básicos de alimentação resultará numa queda relativamente menor da receita total dos agricultores, porque permite a incorporação mais ativa de uma massa de consumidores antes marginalizados. Portanto, a expansão do consumo associada a este efeito redistributivo permite reduzir a taxa de liberação de fatores do setor agrícola que acompanha a incorporação de novas tecnologias." - Carlos Geraldo Langoni, - "A Economia da Transformação" - p.93/94.

75 - "...Um efeito semelhante ocorre quando a absorção de insumos modernos permite a expansão substancial da oferta de matérias-primas e produtos de alimentação para exportação. Na medida em que o Brasil seja um produtor relativamente pequeno face ao total da produção mundial, o preço de venda será simplesmente o preço do mercado internacional. Desta forma todos os ganhos de produtividade serão capitalizados pelo setor agrícola que poderá inclusive / ampliar significativamente o nível de emprego domésticos.

A orientação do processo de modernização prioritariamente para os produtos de alimentação e de exportação, permitirá desta forma maximizar os benefícios sociais para o consumidor final e, ao mesmo tempo, minimizar os efeitos negativos sobre o nível de emprego agrícola. Numa economia como a brasileira em que a mão-de-obra é relativamente abundante esta transformação deverá se proceder através de estímulos ao uso de insumos modernos, que não resultem em liberação excessiva de mão-de-obra como no caso da mecanização maciça. Esses insumos são novas variedades genéticas, adubação, correção do solo, inseticidas, fungicidas, herbicidas e, para o caso particular de animais, além da melhoria qualitativa da raça, mudanças na alimentação e trato sanitário". Carlos Geraldo Langoni, obra cit., p.94.-

4.1 - ELIMINAÇÃO DO DESEMPREGO CÍCLICO

O aparecimento do desemprego cíclico no setor agrícola é ocasionado pela estacionalidade da produção. A estacionalidade da produção tem grande importância no aproveitamento da mão-de-obra. É importante lembrar que o desemprego cíclico ou estacional é um problema não só econômico, mas também humano, social e político.

A eliminação do desemprego cíclico só seria possível com a utilização de um instrumental que permitisse manter relativamente constante a taxa de oferta de empregos ou o total de pessoal empregado no setor.

Esta estacionalidade se verifica em consequência do tipo de exploração agrícola, como no caso de linhas de exploração competidoras, ou seja, aquelas que exigem, ao mesmo tempo, o uso de certos recursos, tais como: terra, capital e mão-de-obra. As regiões mais atingidas pelo desemprego cíclico são aquelas que praticam a monocultura ou uma cultura dominante e, portanto, no período da colheita a demanda de mão-de-obra torna-se muito grande, voltando a cair no período da entre-safra.

A eliminação do desemprego cíclico está condicionada a adoção das seguintes políticas:

1) - diversificação da produção ⁷⁶

a) a diversificação determina o uso mais completo dos recursos disponíveis. Assim, a diversificação favorece o uso mais contínuo da mão-de-obra, evitando o problema social e econômico do desemprego cíclico.

b) a diversificação reduz os riscos devido a preços desfavoráveis e a condições meteorológicas prejudiciais.

c) permite rotação de cultura.

2) - pesquisas agrícolas - através de pesquisas agrícolas pode-se desenvolver novos tipos de culturas capazes de se adaptarem em solo, clima e estações / adversas. A limitação das pesquisas agrícolas não somente tem prejudicado a absorção de mão-de-obra no setor como também ao processo de modernização da agricultura.

76 - Rodolfo Hoffmann e outros, - "Administração da Empresa Agrícola", Piracicaba: - ESALQ/USP, série Didática nº 25, pags. 73-74.-

CAPÍTULO IV

POLÍTICA ECONÔMICA PARA AUMENTAR A DEMANDA DE MÃO-DE-OBRA NA ZONA RURAL

Segundo Ruttan,⁷⁷ "existe uma apreciável evidência de que enquanto os retornos ao investimento em pesquisa agrícola tem sido excepcionalmente favoráveis, para alguns países, a experiência geral tem sido muito menos favorável, e muitos sistemas nacionais de pesquisa tem sido relativamente improdutivos. A capacidade de produzir o conhecimento científico e técnico necessário para gerar novas oportunidades de crescimento na agricultura, ainda não foi / claramente institucionalizada com sucesso na maioria dos países. Em muitos / deles, as instalações de pesquisa não são usadas plenamente, devido ao fato de serem trabalhadas com pesquisadores que tem um limitado treinamento técnico e científico; devido ao inadequado suporte financeiro, logístico e administrativo; devido ao isolamento em que estão em relação às principais correntes de inovação técnica e científica; e devido à falta em desenvolver uma estratégia científica que relacione a atividade de pesquisa com o valor econômico potencial que o novo conhecimento deve gerar".

A alocação eficiente de recursos de pesquisa relativamente escassos pode abrir novas fontes de crescimento na absorção de mão-de-obra, tornando-se central para a consecução do processo de desenvolvimento econômico brasileiro.

4.2 - EDUCAÇÃO BÁSICA E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NAS ZONAS RURAIS

As experiências históricas dos países desenvolvidos têm demonstrado que a educação e a pesquisa representam importantes fatores para o aumento do nível de produtividade no setor agrícola da economia de um país.

Landim⁷⁸ concluiu, através de uma pesquisa realizada em Piracicaba, que os empresários rurais dotados de maior nível educacional apresentaram-se mais eficientes economicamente. Depreende-se, portanto, que os investimentos

77 - Vernon W. Ruttan, - "Mudança Técnica e Institucional Induzida e o Futuro da Agricultura", - XV Congresso Internacional de Economistas Agrícolas - SP, "paper"- pags. 11 e 13.

78 - José Roberto M. Landim, - "Fatores Sócio-Econômicos e Eficiência Econômica da Empresa Rural de Piracicaba" - Tese apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - Piracicaba - 1972.

em educação poderão se constituir em fator importante para o empresário rural adquirir habilidades e formar atitudes que o levem ao melhor desempenho econômico das atividades agropecuárias.

As deficiências tanto no nível de investimento quanto no tipo de educação proporcionada à população brasileira têm sido alarmantes. Além disso, o nível de progresso educacional tem sido bastante baixo para a sociedade como um todo, havendo ainda um sério desequilíbrio entre os setores rural e urbano, sendo o primeiro grandemente desfavorável. A política educacional não deve estar condicionada a uma uniformização qualitativa do ensino. Ela / deve ser adaptada às exigências da população. De que adianta ensinar ao indivíduo: - história, geografia, etc. se ele nem mesmo sabe executar sua tarefa de maneira produtiva. O ensino profissionalizante deve ser difundido de maneira intensiva no sentido de adaptar o indivíduo às condições de cada região. A difusão do ensino profissionalizante agrícola, promovido e dirigido pelos / institutos de pesquisas agrícolas, deve revestir-se de caráter primordial. Há, também, necessidade de que as escolas de agronomia e veterinária voltem-se para o exame da conjuntura do mercado de trabalho profissional e se capacitem a atualizar permanentemente seus estudos, de modo que a formação acadêmica volte-se para uma integração na realidade. Como exemplo, enquanto que em países de alto nível de tecnificação da agricultura, tem em média por volta de 200 / profissionais (agronomos e veterinários) para cada 10 mil trabalhadores rurais, no Estado de São Paulo, que ocupa a vanguarda de nosso desenvolvimento, a disponibilidade é de apenas 14. Imagine-se, então o que acontece em outras regiões do país, sobretudo nas do Norte e Nordeste, onde a infra-estrutura fundiária tem sido um dos elementos de resistência à expansão da produtividade e da elasticidade do mercado de trabalho profissional.

Não se conseguirá o incremento da produtividade em termos de bases sólidas para o desenvolvimento sócio-econômico apenas através da aplicação de medidas fáceis e de efeitos rápidos. Não é suficiente proporcionar um pedaço de terra a cada trabalhador rural, como não é também suficiente qualquer outra concessão, isoladamente. Nem mesmo incentivos e financiamentos produzem resultados se não forem concedidos sob segura orientação técnica e econômica. No caso de aumento da produtividade, todos os fatores interdependentes devem ser levados em consideração, a começar com a preparação do elemento humano / que será incumbido da promoção.

4.3 - INCENTIVOS PARA QUE AS EMPRESAS AGRÍCOLAS TORNEM-SE GRANDES ABSORVEDORAS DE MÃO-DE-OBRA

O decorrer do modelo primário exportador foi caracterizado pelo domínio econômico e político do latifúndio. Com o processo de substituição de importações, este sistema tornou-se um pouco enfraquecido, notadamente na região sul. Dentro do atual modelo brasileiro de desenvolvimento persiste, ainda, tal estrutura agrária e pouco se tem feito para resolver o problema, ou pelo menos, até a gora os resultados foram insatisfatórios.

Se por um lado temos minifundistas sub-utilizando sua capacidade de / trabalho e de sua família, por outro lado temos grandes empresas agrícola utilizando pouca mão-de-obra em consequência das facilidades excessivas de financiamentos de máquinas e equipamentos agrícolas (os juros são negativos). Tal comportamento tem gerado uma oferta ilimitada de mão-de-obra, sendo os salários determinados pela lei da oferta e da procura.

Pesquisas tem demonstrado que existe uma relação inversa entre absorção de mão-de-obra e tamanho da área cultivada. Segundo a pesquisa de Maria Cleide⁷⁹ sobre o emprego de mão-de-obra nos estabelecimentos agrícolas os resultados revelaram que:

a) o emprego de mão-de-obra no Brasil é mais intensivo nos estabelecimentos com área inferior a 2 hectares, existindo uma relação aproximada de 3 homens por hectare cultivado; nos incluídos na categoria de médios esta relação se aproxima de um homem para cada 5 hectares cultivados; e nos grandes, um homem para cada 16 hectares cultivados.

b) no tocante à mão-de-obra assalariada comparada com a mão-de-obra total, a relação entre as duas cresce com a área média dos estabelecimentos. Nos pequenos estabelecimentos a mão-de-obra assalariada atinge até um terço do total; nos médios esta proporção se eleva para pouco mais da metade; e nos grandes a razão se eleva a mais de dois terços.

79 - Maria Cleide Rodrigues Carlos - "Relação entre a distribuição da posse de / terra e o uso de fatores de produção na agricultura brasileira", Tese de Mestrado apresentada à Escola Superior de Agricultura - Luiz de Queiroz" - Piracicaba - 1971.-

c) na maior parte dos Estados a predominância da mão-de-obra assalariada é típica dos grandes estabelecimentos. Nos Estados do Ceará e Paraíba há predominância da mão-de-obra assalariada nos estabelecimentos referentes aos estratos de 200 a 2.000 hectares e 500 a 5.000 hectares, respectivamente.

A inovação técnica induzida parece ser desaconselhável para eliminar a característica do setor agrícola de agente desempregador de mão-de-obra, para o caso das grandes empresas. A inovação induzida sofre influência das forças / associadas com a transferência internacional de tecnologia agrícola de capital-intensivo e o exercício do poder econômico e político são tão dominantes ao ponto de induzirem, ainda mais, as áreas modernizadas e continuarem substituindo / mão-de-obra por capital.

4.4 - CRIAÇÃO DE BENEFÍCIOS A POPULAÇÃO RURAL EQUIPARADOS AOS DOS CENTROS URBANOS

A obtenção de melhores condições de vida e de maiores salários no setor rural constituem-se num fator primordial. A situação do trabalhador agrícola como também a de muitos pequenos proprietários rurais, no Brasil, é bastante desfavorável, não somente sob o ponto de vista da remuneração como também em relação as condições de vida (em termos de habitação, saúde, alimentação, recreação e educação). Esta situação, provavelmente, deve ser fruto dos seguintes elementos:

- 1) - baixa produtividade do trabalho.
- 2) - trabalhadores desqualificados.
- 3) - concentração da propriedade.

A baixa produtividade do trabalho é o elemento mais difícil de ser resolvido, pois está condicionado a atual estrutura de produção. A elevação da / produtividade está na espera da modernização da agricultura. A difusão da modernização terá que se efetivar em escala suficientemente ampla para garantir elevações sensíveis de salários.

Por outro lado, os trabalhadores ganham pouco porque são desqualificados. É o círculo vicioso. A qualificação deve ser dirigida especificamente pa

na a execução de suas tarefas, através de uma ação efetiva do governo.

Quanto ao último item, o problema de concentração da propriedade só poderia ser resolvido através da reforma agrária. A escassez de terra que provoca o desemprego disfarçado, não deve ser consequência da excessiva densidade demográfica, mas da atual estrutura da propriedade que não permite o acesso à terra de grande parte da população. A pressão populacional recai sobre áreas reduzidas, em forma de minifúndio, levando ao uso de métodos intensivos de baixa produtividade, devido à lei dos rendimentos decrescentes. Diante de tal estrutura de propriedade "o crescimento populacional não tem maior influência, pois nada obriga os grandes proprietários a empregarem toda a força de trabalho adicional produzida pelo crescimento demográfico. Esta força de trabalho é forçada, pois, a se empregar naquela parte da terra agriculturável que se acha nas mãos dos pequenos proprietários e, no caso dos trabalhadores sem terra, a emigrar ou a procurar trabalhos sazonais, etc." ⁸⁰

Dada a excessiva concentração de terra (o pessoal ocupado nos estabelecimentos com menos de 10 hectares representa 40 % do pessoal ocupado no setor, em 1970) e a incapacidade dos pequenos agricultores em aumentarem sua produtividade numa economia de subsistência e alimentado ainda por forte crescimento populacional, esta área passa a ser potencial geradora de acentuado excedente de mão-de-obra que se desloca para outros centros, rurais ou urbanos, a procura de melhores condições sócio-econômicas.

Uma comparação, em valores absolutos, entre os Censos de 1950, 1960 e 1970 nos mostra esta característica, conforme tabela abaixo:

Tabela 4.1

Pessoal ocupado segundo grupos de área - 1950/70

	1950	1960	1970
Menos de 10 ha	2.241,261	4.820,738	7,263,006
10 ha a menos de 100 ha	5.070.269	7.061.542	7.707.331
100 ha a menos de 1.000 ha	2.893,170	3.049,383	2.615,761
1.000 ha a menos de 10.000 ha.	703,529	626.611	478,120
10.000 ha e mais	86.981	59.983	43.948

Fonte: Fundação IBGE - Censos, 50, 60 e 70.

80 - Paul Singer, - "Dinâmica Populacional e Desenvolvimento" - Edições CEBRAP, 1970 - p. 96.-

Nota-se pela Tabela 4.1 que no período de 1950 a 1970 houve um forte incremento de pessoal ocupado nas pequenas áreas, enquanto que para os estabelecimentos com áreas superiores a 100 ha o período 1950/60 foi de estagnação e no período 1960/70 houve queda acentuada.

A combinação destes três fatores associados às melhores condições de vida oferecidas pelos centros urbanos conduzem para o êxodo rural. Como consequência, os processos migratórios estão causando ao Brasil uma acelerada concentração de população em áreas urbanas, particularmente nos centros metropolitanos, contribuindo para o desequilíbrio regional, estimulando o desajuste social do povo, além de deixar de contribuir para a solução final de nossos problemas nacionais. A rapidez desta urbanização gera desemprego, redução da produtividade, pressão sobre as instituições de serviços urbanos, favelização, marginalização e aumento do índice de criminalidade.

"A medida, todavia, que a mecanização vai sendo introduzida na agricultura, em decorrência da própria acumulação, dos financiamentos bancários e da elevação do preço da terra, trazendo consigo o aumento da produtividade do trabalho e a consequente diminuição da mão-de-obra necessária, torna-se mais vantajosa para o empresário rural a exploração da força de trabalho no sistema de salariedade. Esta solução desonera o proprietário dos compromissos com as instalações e a manutenção da numerosas famílias dos arrendatários e parceiros, além de permitir-lhe um maior controle sobre a qualidade da produção, feita agora em melhores condições técnicas. É quando o Estatuto do Trabalhador Rural aparece como variável significativa na opção, pela contratação do diarista."⁸¹

O êxodo rural agravou-se ainda mais em consequência da lei nº 4.214, de 02-03-63, que criou o Estatuto do Trabalhador Rural. Com a entrada em vigor do Estatuto do Trabalhador Rural, fazendeiros e usineiros para escaparem / aos encargos sociais, optaram pela mão-de-obra avulsa, nascendo com ela a discutida figura do "Turmeiro", ou seja, o intermediário entre o fazendeiro e a mão-de-obra agrícola localizada nos centros urbanos (boias-frias).

As consequências mais graves desta forma de relação de trabalho são a exploração por parte do intermediário e a sua marginalização dos benefícios criados pelo Estatuto do Trabalhador Rural, pois não se estabelece qualquer re

81 - Maria Conceição D'Incao e Mello, "O "Boia-fria": Acumulação e Miséria", / Editora Vozes, 1975, p. 120.

lação de trabalho com o proprietário.

Apesar destas conseqüências, ainda estão condicionados a sazonalidade da demanda de mão-de-obra, pois grande parte do ano não encontram empregos e estão sujeitos ao desemprego ou subemprego urbano.

"A ampliação das relações capitalistas de produção no meio rural, / feita pela expansão da agricultura comercial, às expensas da agricultura de / subsistência, se faz acompanhada, de um lado, da concentração da propriedade / fundiária e, de outro, da substituição dos sistemas de exploração da força de trabalho com remuneração total ou parcial "in natura" (arrendamento, parceria ou agregados), pelo sistema de remuneração monetária (trabalhadores assalariados)." 82

"Na medida em que o referido processo se faz acompanhado da expulsão de uma considerável parcela da população do meio rural, e em que o desenvolvimento industrial do país se faz de modo a não ampliar as condições de absorção da força de trabalho, a conseqüente formação de um excedente de oferta de força de trabalho nas cidades tende a produzir, em escala crescente, o trabalhador rural volante. Este atende melhor as necessidades de capital, por ser mais adequado às demandas irregulares de força de trabalho por parte dos proprietários, e por permitir-lhes mais facilmente furtarem-se aos compromissos legais trabalhistas." 83

Parece-nos bastante claro que as fontes geradoras do excedente de / mão-de-obra são a estrutura da propriedade da terra e o excessivo processo de mecanização do setor agrícola que se caracteriza pela mudança do sistema de exploração da força de trabalho, causando a expulsão de considerável parte da / mão-de-obra permanente e aumentando, em conseqüência, as reservas de mão-de-obra volante.

82 - Maria Conceição D'Incao e Mello, obra cit. , p.148.

83 - Idem, idem, idem,-

4.5 - COMERCIALIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO

Uma das maneiras de elevar substancialmente a eficiência do setor agrícola consiste em aumentar os investimentos na melhoria e expansão dos transportes e armazenamento. Um sistema de transporte ineficiente leva o agricultor a uma dupla perda: paga preços mais elevados pelos produtos que compra e recebe menos pelos produtos que vende.

É evidente que o aumento da produção agrícola em função da expansão / da fronteira agrícola tem agravado ainda mais o problema. Esta expansão gera pressões para novos investimentos em infra-estrutura de comercialização onerando, consequentemente, os cofres públicos; por outro lado a taxa decrescente de crescimento da população economicamente ativa no setor e o consequente aumento das migrações gerando tensões urbanas de diversas naturezas pela incapacidade / das cidades em absorverem os crescentes contingentes que buscam ocupação nas cidades, tem exigido investimentos em infra-estrutura urbana consumindo desproporcional parcela da poupança nacional. O resultado é que nenhuma das necessidades de infra-estruturas podem ser satisfeitas, devido a carência de recursos.

Ultimamente, o governo brasileiro se conscientizando da gravidade do problema, partiu para a execução de um ambicioso programa de abastecimento que vem sendo implantado aceleradamente, visando beneficiar não somente a regularização do mercado de produtos hortigrangeiros, concentrando-se quase que exclusivamente no Sistema das CEASAs, reduzindo custos de transporte urbano e racionalizando a comercialização. Outro fator importante a ser considerado é a redução do número de agentes de comercialização entre o produtor e o consumidor final, beneficiando o consumidor em custos menos elevados e o consumo de produtos frescos e de melhor qualidade.

A adoção de uma eficiente política de comercialização, favorecendo o escoamento da produção para os mercados internos e externos possibilitará um aumento na taxa de investimentos do setor agrícola. Esta eficiência proporcionará mercados mais organizados e mais amplos, como também menor flutuação nos / preços dos produtos agrícolas, oferecendo mais segurança, menos riscos e maiores perspectivas de rentabilidade na agricultura, propiciando o incremento nas inversões. Os objetivos da modernização da comercialização transcendem a impor

tância da maior estabilidade de preços e maior disponibilidade de produtos para o consumidor, atingindo as próprias condições do processo de desenvolvimento do setor primário da economia.

O planejamento e a diversificação da produção não são características de produção do setor industrial. Tanto quanto para os produtos industriais é importante para o setor rural a análise do mercado e a diversificação da produção, por serem relevantes à determinação de melhor rentabilidade dos investimentos. A oferta de produtos agrícolas não deve ser função dos preços do ano anterior, podendo implicar em grandes perdas para o produtor. A partir da produção de café em larga escala, São Paulo apresenta atualmente produção considerável de uma variada gama de produtos antes tido como privilégios de outras regiões do país. É o que é mais significativo, São Paulo os produz com índices de produtividade mais acentuados do que aqueles que prevalecem para as regiões tidas como mais adequadas ecologicamente à produção de seus produtos típicos. (Poderíamos citar a produção de cana-de-açúcar.)

Por outro lado, a diversificação através da combinação adequada das / linhas de exploração agrícola complementares e suplementares, facilita o uso mais completo dos recursos disponíveis e reduz os riscos em consequência da oscilação dos preços dos produtos agrícolas e das condições meteorológicas.⁸⁴

Preferivelmente ao temor de limitação das possibilidades de crescimento da produção, deverá haver maior cuidado na questão da comercialização, planejamento e diversificação da produção, tendo em vista os mercados interno e externo.

84 - Rodolfo Hoffmann e outros, obra cit., pp. 73-74.-

CONCLUSÕES

- 1 - A ênfase dada ao processo de industrialização tem acentuado as desigualdades no sistema de distribuição da renda, em virtude da adoção de processos / produtivos intensivos em capital e a consequente manutenção de elevadas taxas de desemprego disfarçado e subemprego no sistema.
- 2 - A utilização de máquinas e equipamentos em substituição a mão-de-obra tem gerado crescente liberação da mão-de-obra do setor agrícola que não obtém acesso a empregos produtivos nos centros urbanos e a manutenção de uma oferta elástica de mão-de-obra no sistema.
- 3 - O baixo desempenho do setor agrícola tem gerado substancial elevação do / nível de preços de seus produtos em relação aos demais índices de preços da economia, gerando real perda de poder aquisitivo para aquela faixa de população que se encontra marginalizada do processo de desenvolvimento econômico / brasileiro.
- 4 - A agricultura brasileira ainda se processa segundo a utilização extensiva de terra, com baixos índices de produtividade e elevado custo social. O desenvolvimento do setor agrícola, simultaneamente aos demais setores, é condição básica para a aceleração e difusão dos benefícios criados pelo processo de desenvolvimento econômico a todas as faixas da população. O ponto de estrangulamento para a difusão do processo de desenvolvimento se relaciona ao problema da mão-de-obra do setor agrícola que merece atenção especial dos / nossos governantes.
- 5 - A aceleração do processo de modernização simultaneamente a uma difusão / dos institutos de pesquisas agrícolas a nível nacional constitui fator primordial para incrementar a produtividade do setor.
- 6 - Incentivos para que as empresas agrícolas absorvam mais mão-de-obra, como a eliminação dos encargos trabalhistas.

- 7 - *Eliminação dos subsídios aos créditos agrícolas para aquisição de máquinas e equipamentos substituidores de mão-de-obra a nível regional, onde a oferta deste fator permanecesse abundante e a introdução de subsídios à adoção de fatores de produção que visassem a um aumento da produtividade.*
- 8 - *Na ausência da reforma agrária, torna-se necessário a criação de mini - povoados rurais objetivando amenizar o problema do exodo rural e dar uma solução à questão dos "boias-frias". Incentivos na formação de cooperativismo entre os pequenos produtores tornam-se necessários.*
- 9 - *Reformulação do sistema tributário com a introdução de um sistema eficiente de taxaço progressiva da terra, cujas consequências seriam sua utilização mais intensiva, a redução do seu valor e desestímulo ao latifúndio.*

B I B L I O G R A F I A

- 1 - Ablas, Luiz Augusto de Queiroz - "A Capitalização do Setor Agrícola Paulista e o Desemprego de Mão-de-Obra". RAE 11 (2):41-55, abr./jun. 1971.
- 2 - Almeida, José - "Transferência de Tecnologia e Absorção de Mão-de-Obra". Revista IPEA 3 mar. 1973.
- 3 - Bacha, Edmar Lisboa - "Hierarquia e Remuneração Salarial". I Encontro da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, IPE-USP, nov. 1973. Mimeo.
- 4 - Bacha, Edmar Lisboa e outros - "Encargos Trabalhistas e Absorção de Mão-de-Obra. IPEA/INPES, 1972.
- 5 - Boletim do Comércio Exterior. - (Ministério da Fazenda) 5 (4) 1974.
- 6 - Bouilding, Kenneth Ewart - "Princípios de Política Econômica". São Paulo, Mestre Jou, 1967.
- 7 - Caldas, Alvaro - "Em Um ^{Ano} Alimento Sobe 41,3 %". em "O Estado de São Paulo", p.32, 13.10.74.
- 8 - Campino, Antonio Carlos C. e outros - "Fatores Sócio-Econômicos Associados à Desnutrição no Município de São Paulo". - São Paulo, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1974
- 9 - Carlos, Maria Cleide Rodrigues - "Relação entre a Distribuição da Posse da Terra e o Uso de Fatores de Produção na Agricultura Brasileira". Piracicaba, 1971. Tese de mestrado.
- 10 - Castro, Antonio B. - "Sete Ensaio Sobre Economia Brasileira". vol. 1. Rio de Janeiro, Forense, 1969.
- 11 - Clark, Colin. - "Las Condiciones del Progreso Economico". Alianza Editorial, 1967. Espanha.
- 12 - Doellinger, Carlos V. - "Exportações Brasileiras: Diagnóstico e Perspectivas. Revista IPEA 1 (11), jun. 1971.
- 13 - Doellinger, Carlos Von e outros. - "Exportações Dinâmicas Brasileiras". - IPEA, vol. 11, 1971.

- 14- Douring, Folke. - "The Share of Agriculture in a Growing Population". In: Eicher, Carl & Witt, Lawrence, ed. *Agriculture in economic development*. McGraw-Hill, 1964. p.95.
- 15- *Études Economiques* (OCDE) août, 1974.
- 16- França, Ary. - "A Marcha do Café e as Frentes Pioneiras". Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1960.
- 17- Fundação Getúlio Vargas. - *Food consumption in Brazil: family budget surveys in the early 1960's*. Rio de Janeiro, 1963.
- 18- _____ - "Inflação Mundial - Perspectivas de Desaceleração", em *Conjuntura Econômica*, Vol. 28, nº 10, p.94, outubro de 1974, Rio de Janeiro.
- 19- _____ - "Cana-de-Açúcar - Demanda Externa Aciona a Produção", em *Conjuntura Econômica*, Vol.28, nº 7, p.152, julho/1974. Rio de Janeiro.
- 20- _____ - "Algodão-Situação Mundial e Nacional", em *Conjuntura Econômica*, Vol. 28, nº 7, p.131/33, julho de 1974. Rio de Janeiro.
- 21- _____ - "Contas Nacionais do Brasil", Vol. 11, Rio de Janeiro, 1972.
- 22- _____ - "Milho- Mercado Mundial Requer Maior Produtividade", em *Conjuntura Econômica*, Vol. 28, nº 7, p.168, julho/1974. Rio de Janeiro.
- 23- _____ - "Arroz - Participação do Produto Agrícola em Decréscimo" - em *Conjuntura Econômica*, Vol. 28, nº 7, p.124-127, julho de 1974. Rio de Janeiro.
- 24- _____ - "Indústria de Alimentos - Perspectivas", em *Conjuntura Econômica*, Vol. 28, nº 4, p.78/79, abril de 1974. Rio de Janeiro.
- 25- _____ - "Estatísticas Básicas", em *Conjuntura Econômica*, Vol.29, nº 1, janeiro de 1975, p.106/110, Rio de Janeiro.
- 26- _____ - "Agropecuária - Alguns Indicadores", em *Conjuntura Econômica*, Vol. 28, nº 12, p. 99, dezembro de 1974. Rio de Janeiro.

- 27- Fundação IBGE - Censos de 1940/50/60/70.
- 28- _____ - Anuários Estatísticos de 1961 à 1974.
- 29- _____ - PNAD de 1968 (3º trimestre), 1970 (1º trimestre) e 1972 (4º trimestre).
- 30- Furtado, Celso - "Análise do Modelo Brasileiro". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- 31- _____ - "O Mito do Desenvolvimento Econômico". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- 32- _____ - "Formação Econômica do Brasil". São Paulo, Cia. Editora Nacional, 12a. Edição, 1974.
- 33- Gonzales, Elbio N. & Bastos, Maria Inês. - "O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira". Curitiba, Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais (SOBER) XIII, jul. 1975. mimeo.
- 34- Hayami, Yuziuro & Ruttan, Veron W. Agricultural development; an international perspective. Baltimore, Hopkins, 1971.
- 35- Hoffman, Helga.-"Desemprego e Subemprego no Brasil". Brasília, 1972. Tese de doutorado.
- 36- Hoffman, Rodolfo.-" Contribuição à Análise da Distribuição da Renda e da Posse da Terra no Brasil". Piracicaba, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP, 1971.
- 37- Hoffmann, Rodolfo e outros. - "Administração da Empresa Agrícola". Piracicaba, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP, 1970.
- 38- Jornal "O Estado de São Paulo" - "A "Corrida" das Terras, da Euforia à Realidade", p.228, 11.08.74.
- 39- Keynes, J.M. - "The General Theory of Employment Interest an Money". New York, Harcourt, 1935.
- 40- Landim, José Roberto M. - "Fatores Sócio-econômicos e Eficiência Econômica da Empresa Rural de Piracicaba. Piracicaba, 1972. Tese de mestrado.

- 41- Langoni, Carlos G. - "A Economia da Transformação". Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.
- 42- Lewis, Arthur. - "O Desenvolvimento Econômico com Oferta Limitada de Mão-de-Obra" In: Agarwala, A.N. A Economia do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Forense, 1969. p.406-456.
- 43- Matos, Odilon Nogueira de. - "Café e Ferrovias". São Paulo, Alfa-Omega, 1974.
- 44- Mello, Maria Conceição d'Incao e. - "O "Baía-fria": Acumulação e Miséria. Petrópolis, Vozes, 1975.
- 45- O'Brien, F.S. & Salm, C.L. - "Desemprego e Subemprego no Brasil. - Revista Brasileira de Economia. 24 (4): 93 - 137, dez. 1970.
- 46- OECD. - Main Economic Indicators: 4/71 & 9/74.
- 47- OPAS - Pesquisa Interamericana de Mortalidade En La Unión, 1968.
- 48- Paiva, Rui. - "Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura: Uma Reformulação. Revista IPEA 5 (11) jun. 1975.
- 49- Pereira, Luiz Carlos Bresser. - "Problemas da Agricultura Brasileira e suas Causas". Journal of Inter-American Studies. 6 (1): 43-55, jan. 1964.
- 50- Prebisch, Raul. - "Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano". Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- 51- Ribeiro, Sylvio Wanick. - "Desempenho do Setor Agrícola : década 1960/70. IPEA, 1973.
- 52- Ruttan, Vernon W. - "Mudança Técnica e Institucional Induzida e o Futuro da Agricultura". São Paulo, IAE, 1973.
- 53- Schuh, G. Edward. - "O Desenvolvimento da Agricultura no Brasil". Rio de Janeiro, APEC, 1971.
- 54- _____ - "Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura: Alguns Comentários". - Revista IPEA 3 (11) mar. 1973.
- 55- Schultz, Theodore W. - "A Transformação da Agricultura Tradicional". Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- 56- Singer, Paul Israel. - "Dinâmica Populacional e Desenvolvimento". São Paulo, Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP, 1970.

- 57- Soares, Glaucio A.D. - "A Nova Industrialização e o Sistema Político Brasileiro". Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1967.
- 58- Strauss, Estevam.- "Metodologia de Evaluacion de Los Recursos Naturales : Antecipos de Investigacion". ILPES, 1969.
- 59- Suplicy, Eduardo Matarazzo. - "Alguns aspectos da Política Salarial". RAE 14 (5) : 32-45, set./out. 1974.
- 60- _____ - "Salário Maior: o que muda nos preços e no mercado". Visão. 46 (9): 40-48, mai. 1975.
- 61- Suzigan, Wilson e outros. - "Crescimento Industrial no Brasil. IPEA/INPES, nº 26, Rio de Janeiro, 1974.
- 62- Tavares, Maria Cristina. - "Imposto Rural, a Mistificação". Opinião. 05.09.75, p.8.
- 63- Viana, Cibilis da Rocha. - "Estratégia do Desenvolvimento Brasileiro". - Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

Impresso pelo Departamento Gráfico da
FACULDADE DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
E CONTÁBEIS " PAULO EIRÓ ", mantida
pelo INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "COSTA ERE-
GA", sita a Rua Barão de Cotegipe, 111,
Fone 247-7871, Santo Amaro, São Paulo.